



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM GEOGRAFIA**



GISLAINE FERNANDES

**POTENCIALIDADES PARA O TURISMO NO ESPAÇO RURAL DO
ASSENTAMENTO FAÇÃO EM CÁCERES-MT: ESTRATÉGIA DE
PERMANÊNCIA NO CAMPO**

CÁCERES – MT

2022



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM GEOGRAFIA**



GISLAINE FERNANDES

**POTENCIALIDADES PARA O TURISMO NO ESPAÇO RURAL DO
ASSENTAMENTO FACÃO, EM CÁCERES-MT: ESTRATÉGIA DE
PERMANÊNCIA NO CAMPO**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Dinâmica Espacial, para obtenção do título de Mestra.

Orientador: Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza

CÁCERES – MT 2022

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

F363p FERNANDES, Gislaine Fernandes.
Potencialidades para o Turismo no Espaço Rural do Assentamento Facão em Cáceres-MTEstratégia de Permanência no Campo / Gislaine Fernandes Fernandes – Cáceres, 2023.
135 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Geografia, Faculdade de Ciências Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2023.
Orientador: Edevaldo Aparecido Souza

1. Potencialidades. 2. Turismo. 3. Facão. 4. Cáceres. 5. Rural. I. Gislaine Fernandes Fernandes. II. Potencialidades para o Turismo no Espaço Rural do Assentamento Facão em Cáceres-MT: Estratégia de Permanência no Campo.
CDU 91(817.2)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM GEOGRAFIA



GISLAINE FERNANDES

**POTENCIALIDADES PARA O TURISMO NO ESPAÇO RURAL DO
ASSENTAMENTO FACÃO, EM CÁCERES-MT: ESTRATÉGIA DE
PERMANÊNCIA NO CAMPO**

Esta dissertação foi julgada e aprovada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia, junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo), da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

Cáceres, 14 de dezembro de 2022.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza
Orientador
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

Prof. Dr. Aumeri Carlos Bampi
Avaliador interno
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

Prof. Dr. Jean Carlos Vieira Santos
Avaliador Externo
Universidade Estadual de Goiás (UEG)

DEDICATÓRIA

Se você está lendo esta página é porque eu consegui. E não foi fácil chegar até aqui. Do processo seletivo, passando pela aprovação, até a conclusão do Mestrado, foi um longo caminho percorrido. Nada foi fácil, tampouco tranquilo. “A sola do pé conhece toda a sujeira da estrada” (provérbio africano).

Quero dedicar este trabalho a todos aqueles que sempre confiaram em mim.

A meu esposo Ricardo Vanini, filho Luis Eduardo Fernandes dos Santos, meus Pais Joel Fernandes e Emilia Epifânia da Silva Fernandes, meus irmãos Joelcio Alessandro da Silva Fernandes, Giuliana Fernandes, Tatiane Fernandes, aos familiares, amigos, e ao meu orientador sempre. Sempre mesmo.

“E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
das lições diárias de outras tantas pessoas.
É tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente
Onde quer que a gente vá.
É tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho
Por mais que pense estar...”

(Caminhos do coração – Gonzaguinha.)

AGRADECIMENTOS

Nesses anos de mestrado, de muito estudo, esforço e empenho, gostaria de agradecer a algumas pessoas que me acompanharam e foram fundamentais para a realização de mais um sonho. Por isso, expresso aqui, por meio de palavras sinceras, um pouquinho da importância que elas tiveram, e ainda têm, nesta conquista. Minha sincera gratidão a todas elas.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Joel e Emília, às minhas irmãs, pela compreensão, ao serem privados em muitos momentos da minha companhia e atenção, e pelo profundo apoio, me estimulando nos momentos mais difíceis.

Agradeço a meu filho e ao meu esposo pelo apoio e parceria, com incentivos nos momentos mais difíceis.

Minha gratidão especial ao Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza, meu orientador e, sobretudo, um querido e grande amigo, pela pessoa e profissional que é.

Agradeço também aos professores Dr. Aumeri Carlos Bampi e Dr. Jean Carlos Vieira Santos, membros da banca de Qualificação e Defesa de Mestrado, pelos conselhos, sugestões e interesse em contribuir para o desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, o agradecimento mais importante: agradeço a Deus, por estar sempre comigo, me guiando e me iluminando cada passo e me abençoando.

A verdadeira filosofia consiste em reaprender a ver o mundo.

Merleau-Ponty

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

BDG – Banco de Dados Geográficos

CNT – Conselho Nacional de Turismo

COMTUR – Conselho Municipal de Turismo

EMBRATUR – Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo

EMPAER – Empresa Mato-Grossense de Pesquisa Assistência e Extensão Rural

EMPRETER – Empreendedores de Turismo no Espaço Rural

FORNATUR – Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IFMT – Instituto Federal de Mato Grosso

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IDESTUR - Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural e Equestre

INTERMAT – Instituto de Terras de Mato Grosso

LEADER – Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural

MIT – Municípios de Interesse Turístico

MTur – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

PMDR – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural

SNPT – Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

Seadtur – Secretaria Adjunta de Turismo

SEDEC – Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso

SEMATUR – Secretaria Municipal de Turismo

SIG - Sistema de Informação Geográfica

TAR – Turismo nas Áreas Rurais

TARS – Turismo em Áreas Rurais

TER – Turismo no Espaço Rural

TR – Turismo Rural

TRAF – Turismo Rural na Agricultura Familiar

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

UTM - Universal Transversa de Mercator

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tipologias do turismo no espaço rural/meios de hospedagem	73
Quadro 2: Leis estaduais para o turismo rural de alguns estados	...93
Quadro 3: Leis para o turismo rural em Mato Grosso	...94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Respostas dos assentados sobre as motivações para implementar o turismo nas propriedades rurais do Assentamento Facão	112
Gráfico 2: Quantificação do uso e cobertura do solo do Assentamento Facão	114

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Etapas do desenvolvimento da pesquisa	20
Figura 2: Mapa de localização da área de estudo	25
Figura 2.1: O assentamento em relação a cidade de Cáceres	26
Figura 3: Principais pontos turísticos da cidade de Cáceres	57
Figura 4: Tipologias de hospedagens no Espaço Rural	73
Figura 5: Alguns grupos de gestores no TER Brasil	78
Figura 6: Mosaico de atrativos no Assentamento Facão	100
Figura 7: Pontos atrativos ao turismo ecológico de contemplação	101
Figura 8: Aula campo, escola Estadual Senador Mário Motta	102
Figura 9: Imagens por Drone de pontos turístico no Facão	103
Figura 10: Festa do Frango do Assentamento Facão em 2016	105
Figura 11: Chácaras de recreio no Assentamento Facão	106
Figura 12: Imagem das potencialidades turísticas no Assentamento Facão	108
Figura 13: Mapa de uso e cobertura do solo do Assentamento Facão	118

RESUMO

Este estudo foi desenvolvido com o objetivo de descrever as potencialidades para o turismo no espaço rural do Assentamento Facão em Cáceres-MT, como estratégia de permanência no campo. A implementação do turismo no espaço rural pode ser um mecanismo de desenvolvimento sustentável e fortalecimento da economia regional, bem como uma atividade geradora de renda extra para a agricultura camponesa. Para a efetivação dessa modalidade de turismo, faz-se necessária a adoção, por parte do poder público, de medidas que garantam o acesso aos empreendimentos rurais. O turismo no espaço rural, quando bem estruturado e planejado, torna-se agente fomentador de boas práticas de preservação e conservação do meio ambiente, além de contribuir na divulgação das culturas e tradições locais e regionais. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, de modo a conceituar a temática referente ao turismo no espaço rural; trabalho de campo com entrevistas de proprietários e produtores do Assentamento Facão, para aferição e registro das potencialidades turísticas; e trabalho de gabinete para compilação dos dados. Considera-se que a área de estudo apresenta pouco investimento de políticas públicas por parte dos gestores municipais, estaduais e nacionais. A localidade possui bons atrativos naturais com boa localização próxima à cidade. Ressalta-se a necessidade de pensar no desenvolvimento do turismo, desde que haja o respeito às características socioambientais, ambientais e socioculturais, com o menor impacto possível ao ambiente físico, nos sistemas ecológicos e comunidades humanas, como é o caso da área de estudo.

Palavras-chave: Turismo no espaço rural. Políticas públicas. Assentamento Facão. Paisagens turísticas.

ABSTRACT

The study was developed with the objective of describing the potential for tourism in rural areas in the machete settlement in Cáceres - MT, as a strategy for staying in the countryside. The implementation of rural tourism can be a mechanism for sustainable development and strengthening of the regional economy, as well as an activity that generates extra income for peasant agriculture. For the effectiveness of this type of tourism, the government must adopt measures that guarantee access to rural enterprises. Rural tourism, when well-structured and planned, becomes an agent that promotes good practices for the preservation and conservation of the environment, in addition to contributing to the dissemination of local and regional cultures and traditions. The methodology adopted was the bibliographic research to conceptualize the theme related to tourism in rural areas, interviews with residents, owners, and entrepreneurs of the Facão settlement, fieldwork to measure and record tourist potential, and office work to compile the data. We consider that the study area has little investment in public policies by municipal managers, however, the locality has good natural attractions with a good location close to the city, it is emphasized the need to think about the development of tourism respecting the physical and environmental, to use in a balanced way, causing the least possible impact on the environment.

Keywords: Tourism, Public Policies, Facão Settlement, Rural Space.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
1.2 Área de Estudo	24
2 O CONCEITO PAISAGEM: CONTRIBUIÇÕES PARA AS REFLEXÕES ACERCA DOS ESTUDOS DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL	27
2.1 Abordagens e ponderações da literatura geográfica sobre a paisagem como categoria de análise espacial	32
2.2 A cultura e os aspectos ecológicos para a formação da paisagem	39
2.3 Paisagem transformada e suas fragilidades ambientais	44
2.4 A paisagem e suas relações conceituais e práticas com o turismo	48
3 CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA COMPREENDER AS POTENCIALIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA DO TURISMO RURAL E DO ESPAÇO RURAL	53
3.1 Conceito de turismo e seus diversos segmentos	53
3.2 Conceito de turismo no espaço rural e turismo rural	58
3.3 Caracterização do espaço rural e o TER brasileiro	66
3.4 Gestores rurais no contexto do TER brasileiro	75
3.5 Dimensão das relações socioculturais camponesas: uma conexão com o Assentamento Facão	82
4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO EM MATO GROSSO E AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS NO ASSENTAMENTO FACÃO EM CÁCERES-MT	86
4.1 As políticas públicas estaduais para o turismo e o turismo rural em Mato Grosso Cáceres e a ausência de medidas para o turismo no espaço rural	91
4.2 Políticas públicas para o turismo rural: entre a ausência e as possibilidades	95
4.3 Principais atrativos turísticos do Assentamento Facão	97
4.4 Mapeamento de uso e cobertura do solo no Assentamento Facão	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	119
Anexo I	133

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta como proposta de pesquisa o turismo em espaço rural no Assentamento Facão, município de Cáceres-MT. Essa prática econômica tem ganhado importância no cenário nacional e possui diversas segmentações, entre as quais, destacam-se atividades com o ecoturismo, o de aventura, o religioso, o cultural e, dentre outros, o turismo no espaço rural.

Concebido e estereotipado como lugar de atraso, tem-se, agora, nova realidade do espaço rural, por meio de atividades de sustentação para o desenvolvimento que contemplem a organização do meio rural com seus atributos físicos e culturais. Nesse viés, destaca-se a organização socioespacial da agricultura familiar como contributo para o turismo no espaço rural no Assentamento Facão.

O município de Cáceres situa-se a sudoeste do estado de Mato Grosso, na “Região imediata 510004 – Cáceres e região intermediária 5102 – Cáceres” (IBGE, 2017). A área de estudo encontra-se entre as coordenadas geográficas 16° 9’28.42” Latitude Sul e 57° 36’58.47” Longitude Oeste, no limite da área urbana do município com a Província Serrana. Segundo Neves (2006), o município, bem como a cidade de Cáceres, são drenados pelo rio Paraguai e afluentes, se descortina sobre o ecossistema pantaneiro. A região possui áreas remanescentes do Cerrado.

Essas características garantem ao município e ao Assentamento Facão condições propícias para o desenvolvimento do turismo em espaço rural, especialmente com práticas de baixo impacto, no caso específico, o turismo de base local. Ao associar os aspectos físicos da região, com as práticas rurais desenvolvidas nas pequenas propriedades, criam-se meios sustentáveis para o incremento dessa atividade no lugar.

O avanço da urbanização e da consequente globalização mundial tem impulsionado a busca de lazer fora do meio urbano e o turismo rural engloba modalidades que não se excluem e que se complementam, de tal forma que o turismo no espaço rural é a soma de ecoturismo, turismo verde, turismo cultural, turismo esportivo, agroturismo e turismo de aventura (SILVA; *et al*, 2000, p. 16).

Na conjuntura dessa prática econômica e social, Bauermeister (2010) menciona que o turismo se apresenta em muitos lugares como vetor impulsionador de economias locais, apesar de ser uma atividade globalizada.

De acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2008), o turismo rural é um conjunto de atividades desenvolvidas no campo, seja em pequena propriedade ou em assentamentos rurais que, comprometido com práticas sustentáveis, agrega valor a produtos e serviços, resgata e promove o patrimônio histórico-cultural e natural do lugar.

Nessa mesma direção, Tulik (2003 p. 31-32) sintetiza que essa modalidade de turismo se refere “ao conjunto de atividades praticadas no espaço rural, consiste no aproveitamento turístico do conjunto de componentes existentes no espaço, incluindo aqueles basicamente rurais e culturais e elementos da natureza”.

É no homem que se justifica o turismo e este não depende da condição de sua promoção, ou seja, dos motivos que possam aferir sua importância. A visão econômica e a social do turismo se complementam dentro da mesma fundamentação que é inerente e serve de benefício para o homem.

O fenômeno turístico está relacionado com as viagens, a visita a um local diverso do da residência das pessoas. Assim, em termos históricos, ele teve início quando o homem deixou de ser sedentário e passou a viajar, principalmente motivado pela necessidade de comércio com outros povos. É aceitável, portanto, admitir que o turismo de negócios antecedeu o de lazer. (IGNARRA, 2003, p.02).

Dessa forma, o turismo no espaço rural surge como alternativa para o fomento econômico na área rural dos municípios do Brasil e de Mato Grosso, em especial, aqueles que possuem grandes potencialidades, considerando as belezas cênicas ambientais.

Este contexto tem propiciado a revalorização do modo de vida e o surgimento de novas funções econômicas, sociais e ambientais para o espaço rural, permitindo ao agricultor novas maneiras de garantir sua permanência no campo. Aos poucos, o agricultor vem deixando de ser somente um produtor de produtos alimentares ou para matéria-prima e descobre a possibilidade de desenvolvimento de atividades não-agrícolas, como é o caso do turismo. Sob essa perspectiva, o Ministério do Turismo declara que se assiste ao crescimento da atividade turística no meio rural devido especialmente ao caráter transversal, dinâmico e global do turismo, capaz de impactar as várias dimensões que afetam os processos de desenvolvimento de setores, atividades e territórios. Hoje, é relevante o número de propriedades rurais que incorporam atividades turísticas em suas rotinas. (BRASIL, 2003. p.11).

O turismo tenta se solidificar no Brasil e encara as dificuldades impostas pelas condições na qual é inserido no meio ambiental e social, assim como nas precárias disponibilidades de recursos, planejamento e qualificação profissional. Politicamente, ao analisar estudos realizados pelo Ministério do Turismo, percebe-se que nos últimos anos, os governos federais têm procurado praticar políticas que fomentem o turismo como indutor de incremento regional, tentando motivá-lo em áreas fora do litoral, onde é mais efetivo.

Destacam, nesse sentido, as políticas públicas voltadas para o turismo, como a Lei nº 11.771/2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, a Lei nº 8.623/93, sobre a profissão de guia de turismo e outras providências. Em nível estadual, Mato Grosso tem, por exemplo, a Lei nº 10.183/2014, que dispõe sobre a Política Estadual do Turismo de Mato Grosso e a Lei nº 10.396/2016, que regulamenta o Conselho Estadual de Desenvolvimento do Turismo (CEDTUR). Essas normativas são regulamentadoras para a criação de políticas públicas nacionais, regionais e locais, conforme as demandas e necessidades. Desse modo, servem para elaboração de planejamento e fomento de políticas públicas no espaço rural de Cáceres-MT.

São nos municípios do interior do Brasil que se encontram as maiores falhas para o incremento do turismo, tais como a falta de infraestrutura para receber os turistas, bem como ausência de políticas regionais, qualificação de profissionais, sistema organizacional, investimentos, fomento, fatores cruciais para o desenvolvimento da atividade turística. É evidente a necessidade de organização, planejamento e formação dos interessados em desenvolver ou promover o turismo, principalmente no interior do Brasil como é o caso de Cáceres, reforçado com a necessidade de investimento e construção de políticas públicas locais que fomentem e regulamentem a atividade do turismo.

Os municípios estão no foco do incremento turístico, uma vez que neles estão localizadas as belezas naturais e arquitetônicas. Grande parte dos pontos potencialmente turísticos estão em área rural, necessitando de acessibilidade, vitalidade e sustentabilidade no uso e na ocupação do espaço. As transformações sociais estão intimamente relacionadas às produções do espaço, cuja compreensão é a de que o desenvolvimento social surge quando o espaço físico, político e natural oferecem condições para tal.

Famílias e produtores rurais enfrentam, ao longo da história, muitas dificuldades para permanecerem no campo, com destaque para as questões

financeiras. No chamado cinturão verde de Cáceres, onde está o Assentamento Facão, evidencia-se a necessidade de identificação e implementação de políticas públicas e atividades alternativas para ampliar a renda dos pequenos produtores e, conseqüentemente, motivar a sua permanência na área rural.

Uma oportunidade que tem crescido no Brasil é o turismo no espaço rural, cuja finalidade é a geração de renda extra e a utilização do meio ambiente de forma sustentável. No entanto, para sua efetivação, necessita-se de investimentos em estruturas, cursos de atendimento ao público, guias capacitados, construção ou manutenção periódica das estradas, para receber os turistas. Contudo, o que se pode observar na pesquisa é que não há investimento no turismo em espaço rural.

A partir dos conteúdos expostos, o objetivo deste estudo foi investigar as potencialidades e limites para as práticas de turismo e lazer no Assentamento Facão em Cáceres-MT¹, observando tanto as atividades agrícolas e não agrícolas no contexto da agricultura familiar/camponesa, como estratégia de permanência no campo.

Dessa forma, o estudo tem intenção de desenvolver elementos para possibilidade de geração de uma renda adicional para as comunidades locais, destacando o turismo no espaço rural no assentamento, o qual pode contribuir para a revitalização econômica e social, a valorização dos patrimônios e produtos locais, a conservação do meio ambiente, a atração de investimentos públicos e privados em infraestrutura para os locais onde se desenvolve. Outra meta é apresentar um aporte teórico que sirva de fonte e embasamento para outros estudos na região em análise.

Diversifica a atividade agrícola, desenvolve novos serviços, valoriza a produção do homem do campo, gera rendimentos complementares à atividade primária, produz melhoria na infraestrutura e de modo geral coloca-se como fator de desenvolvimento socioeconômico e gera emprego e renda, sobretudo para a população local (BENI, 1998 p. 80).

Na perspectiva de desenvolvimento local e regional do município de Cáceres-MT, o turismo, especificamente o rural, enquanto prática econômica, se apresenta como um caminho para complementação da pequena agricultura.. Salienta-se que o espaço rural do município de Cáceres-MT é constituído por diversos assentamentos

¹ Para facilitar a leitura, doravante será chamado de Assentamento Facão.

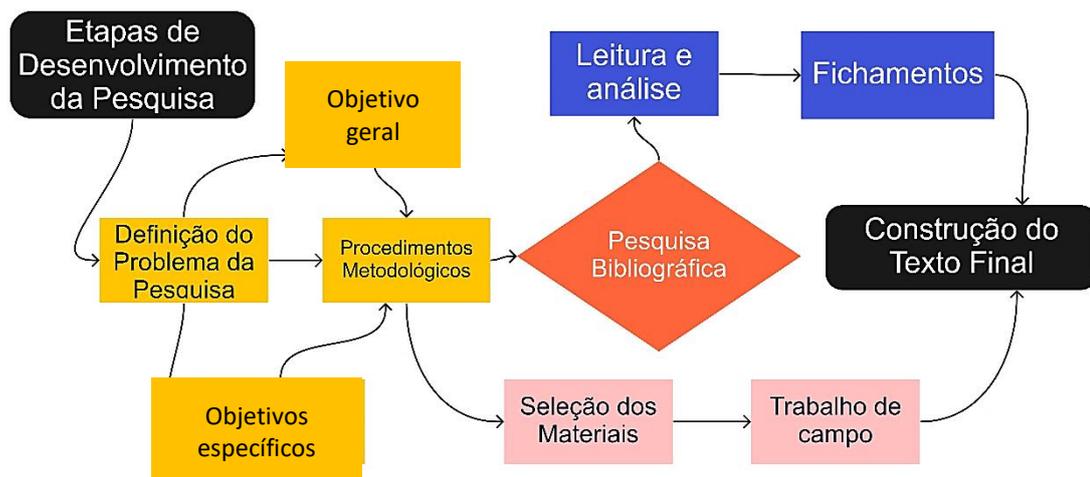
rurais, os quais dispõem de potencial físico-cultural para a prática do turismo no espaço rural.

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A estratégia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa passou por algumas etapas, com foco no aprofundamento da problemática, tendo em vista que uma pesquisa exploratória, conforme Severino (2007, p. 123) “busca levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”.

Os métodos de pesquisa estão embasados em pesquisa bibliográfica, coleta e análise dos dados utilizados no estudo. Foram buscados tanto dados qualitativos quanto quantitativos. Gil (2017) descreve essa abordagem como mista e destaca diversas formas de seu desenvolvimento. A análise dos dados quantitativos e qualitativos foi realizada de modo separado, posteriormente, procedeu-se “a fusão dos resultados e, por fim, a interpretação dos dados obtidos” (GIL, 2017). As etapas de desenvolvimento da pesquisa podem ser vistas na Figura 1.

Figura 1: Etapas do desenvolvimento da pesquisa



Organização: FERNANDES, Gislaine, 2022.

A pesquisa seguiu o caminho metodológico proposto por Coriolano (2006) que aponta para o turismo de base local, visando entender a importância do turismo no processo de desenvolvimento regional e local, a contribuição na geração do trabalho

e na práxis social nas regiões e núcleos receptores de turismo, aproximando-se de microterritórios, denominado Assentamento Facão.

Outra linha é apontada por Milton Santos, ao eleger as categorias forma, função, estrutura, processo e totalidade como as principais para a análise geográfica do espaço, categoria principal, e auxiliar na compreensão da paisagem de um determinado lugar (SANTOS, 1978).

Para Godoy (1995, p. 58), "a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos que vão se definindo na medida em que o estudo se desenvolve".

Após esse processo, as informações quantitativas foram analisadas e tabuladas por meio de texto corrido, gráficos, tabelas, quadros, entre outros instrumentos auxiliares para a melhor compreensão do leitor.

Foi necessária a realização de um levantamento bibliográfico para ampliar o embasamento teórico a respeito do espaço rural e do turismo; identificar as políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal, que podem contribuir com o fomento do turismo no espaço rural na área analisada; apresentar as potencialidades e possibilidades de uso do dessa atividade turística do Assentamento Facão.

No contexto do turismo no espaço rural, a pesquisa se fundamenta teórico-metodologicamente à luz dos conceitos de espaço geográfico e paisagem para subsidiar as discussões do conhecimento geográfico, sob o prisma do método dialético.

Marconi e Lakatos (2017) citam que as leis da dialética são: ação recíproca, unidade polar ou tudo se relaciona; mudança dialética, negação da negação ou tudo se transforma; passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa; interpenetração dos contrários, contradição ou luta dos contrários.

Na ação recíproca, as coisas não devem ser analisadas como objetos fixos, mas sim em movimento: nada se acaba totalmente, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro. As coisas não existem isoladas, destacadas uma das outras e independentes, mas como um todo unido, coerente. Tanto a natureza quanto a sociedade são formadas por objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-se reciprocamente (MARCONI; LAKATOS, 2017, p.13).

Também foi utilizada a pesquisa de campo para observação participante, constatação e apuração das potencialidades turísticas no Assentamento Facão. A pesquisa de campo é “uma investigação empírica que se realiza no local onde ocorre um fenômeno, dispondo de elementos como questionários, entrevistas e testes para coletar os dados e desenvolver a pesquisa” (VERGARA, 2007, p. 36). Incorporam ainda a essa ação as percepções e registros fotográficos.

Foram entrevistados três assentados, denominados no texto como “A, B e C”, sobre a ideia de investir no turismo na área do assentamento. Priorizou-se a escolha das principais propriedades rurais visitadas, considerando a localização, o acesso, a disponibilidade de conversar com o proprietário, pois se trata de propriedades particulares. Buscou-se estabelecer contato com os assentados, para uma entrevista semiestruturada. O tempo das visitas e entrevistas duraram entre 30 minutos e uma hora, em cada propriedade. Analisou-se a rotina e o cotidiano dos assentados dentro da propriedade. Em algumas visitas, os proprietários ou empregados estavam nas tarefas da lida diária.

Para a elaboração do mapeamento de Cobertura Vegetal e Uso da Terra do ano de 2022, foi utilizada uma cena do satélite CBERS 4A, com a seguinte órbita/ponto: 219/133, datada de 24/06/2022, com resolução espacial de 8 metros. A imagem foi obtida a partir do site eletrônico do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). O processamento da imagem foi executado no Sistema de Informações Geográficas Spring, versão 5.4.3 (Câmara et al., 1996).

Inicialmente foi criado um Banco de Dados Geográficos – no qual foi utilizado o sistema de coordenadas métricas, Universal Transversa de Mercator (UTM), utilizado o Datum SIRGAS 2000, cuja área de estudo está totalmente compreendida no fuso 21 Sul.

Após a criação do BDG, a imagem foi importada para o banco e em seguida recortada pelo arquivo vetorial do assentamento Facão Estadual, em formato *shapefile* (shp). Em seguida, foi executada a segmentação por meio do método crescimento de regiões. Os parâmetros de similaridade e área no ano de 2008 foram respectivamente 10 em 10.

O processo de classificação das imagens foi realizado em duas partes. A primeira etapa, chamada de treinamento, leva em consideração elementos presentes na área de estudo para treinar o classificador. Os principais elementos utilizados são:

localização de áreas que continham as classes de cobertura vegetal e uso da terra, padrão, cor, forma e textura (Florenzano, 2011).

Depois de concluída a etapa de treinamento, teve início a segunda parte do processo, chamado de Classificação propriamente dita. Para isso, foi adotado o método supervisionado com o uso do classificador *Bhattacharya*, com o uso do limiar de aceitação em 99,9%. Após concluída essa, etapa foi executado o mapeamento para as classes temáticas e a conversão matriz-vetor.

O arquivo de cobertura vegetal e uso da terra criado no *Spring* foi exportado e em seguida aberto no SIG ArcGIS, versão 10.6.1 (Esri, 2018). Nesse momento, foram executadas atividades de pós-classificação que consistem na correção de pequenos erros cometidos durante a etapa de classificação. Nesse Sistema de Informação Geográfica (SIG), foram ainda elaborados os *layouts* dos mapas e quantificados os valores de área que cada classe apresentou em cada data.

O texto foi organizado considerando as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e do programa de pós-graduação em geografia PPGGEO vinculado a Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT. Foram, também, colhidas informações de órgãos governamentais, as quais foram distribuídas neste texto em seções e subseções (capítulos e subcapítulos) para facilitar a identificação e a compilação das discussões, informações e resultados, podendo servir como base para o desenvolvimento do turismo no espaço rural no município de Cáceres, bem como servir de parâmetro para municípios circunvizinhos.

Este primeiro capítulo apresenta uma introdução da temática e apresenta os métodos e procedimentos metodológicos. O segundo traz os principais conceitos norteadores referente ao turismo no espaço rural, suas definições, principais características e atividades praticadas, além de estudos e pesquisas.

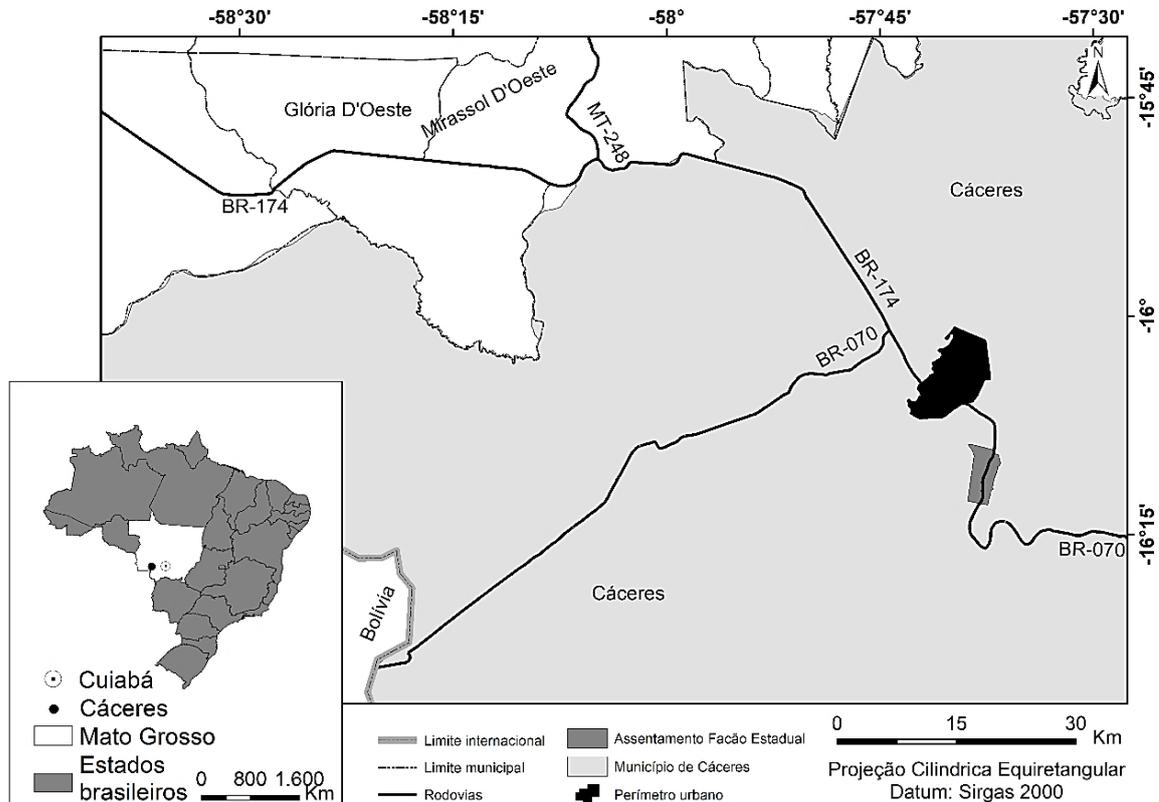
O terceiro aborda conceitos basilares envolvendo a categoria de análise geográfica da paisagem bem como as formas de uso do espaço, sobretudo para o turismo no espaço rural, na área de estudo. O capítulo seguinte enuncia as bases para o desenvolvimento do segmento. Para isso, apresenta informações sobre a identificação dos recursos de uma região; a necessidade de cooperação e envolvimento da comunidade; suas potencialidades turísticas no assentamento, com vistas ao desenvolvimento econômico e permanência no campo, destacando as formas de agregação de atratividade ao produto turístico; políticas públicas de incentivos existentes ao turismo no espaço rural.

1.1 Área de Estudo

O Assentamento Facão é um foi criado pela Reforma Agrária Estadual e localiza-se no município de Cáceres, contornando uma área territorial de 47,190 km² e encontra-se a 12km da sede municipal de Cáceres/MT (Figura 2). São 40 famílias assentadas em uma área de 20,78 km² abrangendo áreas do bioma Cerrado, considerando a unidade geomorfológica Província Serrana (BRASIL, 1982). A área do município integra a região sudoeste de planejamento do estado de Mato Grosso, a microrregião do Alto Pantanal e a mesorregião geoeconômica do Centro Sul mato-grossense, perfazendo a área territorial de 24.577,149 Km² (IBGE, 2017).

O Assentamento Facão localiza-se em uma região cercada pelas serras da Bocaina, Facão, Sapezal e Cancela, coberta por matas, cerrados e cerradões. De acordo com Köppen, o clima é tropical quente e úmido, com inverno seco (Awa). No verão, ocorre estação chuvosa e no inverno estação seca, com temperatura média anual de 26,24°C., médias mensais mais baixas nos meses de junho com 23,39°C e julho com 23,36°C. Apresenta precipitação total anual de 1.335 mm, com maior concentração pluvial média de dezembro a março e o período de maior estiagem ocorre de junho a agosto, (NEVES; NUNES; NEVES, 2011).

Figura 2: Mapa de localização da área de estudo



Fonte: LabGeo, 2022

De acordo com o Relatório do Projeto de Assentamento Facão (MENDES, 2017) esse assentamento ocorreu por meio da iniciativa do Governo do Estado de Mato Grosso, após ter havido um movimento de trabalhadores sem-terra no município de Cáceres. A área comprada pelo governo em 1988, na ocasião, denominada Fazenda Facão, foi de aproximadamente 1639,96 ha.

Foram assentadas 102 famílias de pequenos produtores, pessoas que sobrevivem da comercialização do que produzem, com mão de obra familiar. O objetivo da produção é hortifrutigranjeiro, para fornecimento de alimentos para a cidade de Cáceres.

A Norma de Execução do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2004), n. 37, de 30 de março de 2004, determina que a obtenção de terra, a criação de Projeto de Reforma Agrária e a seleção dos beneficiários são de responsabilidade das Unidades Federativas, o aporte de recursos de crédito e infraestrutura é de competência das Unidades Federativas, segundo seus programas fundiários. Dessa forma, é possível a participação da União no aporte de recursos

relativos à obtenção de terras, ao apoio de créditos à instalação de assentados e para a produção (PRONAF A) mediante convênio.

Contudo, o INCRA distingue os Projetos Estaduais como Projetos de Reforma Agrária, proporcionando auxílio aos beneficiários, ou seja, os direitos básicos que o programa estabelece. O Governo do Estado de Mato Grosso promoveu, por meio de acordo, o Assentamento Facão, e a Prefeitura Municipal de Cáceres realizou a gerência. Na Figura 2.1, é possível notar a proximidade do assentamento com a cidade de Cáceres, em ligação com a BR 070 no sentido da capital Cuiabá para Cáceres.

Figura 2.1 – O assentamento em relação a cidade de Cáceres



Fonte: Google Earth, 2022, org. por FERNANDES, Gislaine, 2022

Pela imagem de satélite obtida pelo Google Earth, podemos notar a proximidade do assentamento com a cidade (12km), facilitando o deslocamento de pessoas pela BR 070, bem como sua localização geográfica entre serras da província serrana, o que se torna um fator positivo quando pensamos em atividade não agrícolas, como o turismo no espaço rural, ecoturismo, trilha ecológica etc.

2 O CONCEITO PAISAGEM: CONTRIBUIÇÕES PARA AS REFLEXÕES ACERCA DOS ESTUDOS DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL

Na perspectiva de desenvolvimento e diversificação do turismo de base local, salienta-se que o espaço rural do município de Cáceres-MT é constituído por diversos assentamentos rurais que, em seus espaços, apresentam paisagens que dispõem de potencial físico-cultural para a prática do turismo, no qual insere-se o Assentamento Facão.

Desse modo, os conceitos de espaço e paisagem direcionarão as discussões do turismo no espaço rural a partir de uma leitura geográfica. A Geografia, compreendida como a ciência de interface entre a sociedade e a natureza, tem o espaço geográfico como o seu principal objeto de estudo, o que a distingue dos demais campos do conhecimento.

Compreender e analisar o meio que as sociedades se inserem em interação com os aspectos naturais pode ser estudado de forma a apresentar estados de vivência que beneficiem o homem do ponto de vista econômico, social e ambiental, para isso, a ciência se estabelece como base concreta para realizar planejamentos, avaliar consequências e possibilidades de uso e interação de uma paisagem, por exemplo.

Comunga-se que a Geografia desempenha importante papel ao discutir e propor mecanismos viáveis para o desenvolvimento econômico e social pautado em princípios da sustentabilidade e na melhoria da qualidade de vida, no caso específico, homens e mulheres, sujeitos que ocupam e organizam os diversos arranjos espaciais no Assentamento Facão, em Cáceres.

De acordo com Coriolano (2006), o turismo é uma dinâmica desencadeadora de espacialização, produz territorialidades e reconfigurações geográficas. “As relações de poder, na produção de espaços turísticos socialmente produzidos, expressam contradições do modo de produção capitalista ou do espaço – mercadoria” (CRIOLANO, 2006, p. 368).

Conforme o autor, (2006) a apropriação de territórios, entretanto, não se dá apenas pelos que privilegiam a reprodução ampliada do capital, reforçando o modo de produzir de forma desigual e combinada, mas também é realizada pela via da participação comunitária, solidária. A produção associa-se ao sentimento de pertença, resistência e luta dos que se sentem excluídos dos resultados da produção da riqueza

e desejam incluir-se na cadeia produtiva do turismo. Assim, explica Santos (2001, p.80) que:

Os lugares escolhidos acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante, mas também permitem a emergência de outras formas de vida. [...] O espaço geográfico não apenas revela o transcurso da história, como indica a seus atores o modo de nela intervir de maneira consciente.

O turismo é uma das mais novas modalidades do processo de acumulação, que vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes, e dos turistas. Compreender essa dinâmica significa entender as relações produtivas do espaço e o exercício de poder do Estado, das classes empresariais e trabalhadoras em movimento e conflito. O turismo, para se reproduzir, segue a lógica do capital, quando poucos se apropriam dos espaços e dos recursos neles contidos apresentando-os como atrativos transformados em mercadorias.

Esta análise tenta fugir da abordagem estruturalista que considera o espaço objeto rígido, homogêneo, isótropo, neutro, delimitado por linhas periféricas, localizado, formal, a priori do homem, palco dos acontecimentos e admiti-lo como um processo histórico e dialético resultante das relações sociais de produção. Assim, o espaço geográfico não é suporte nem reflexo da ação da sociedade, mas um produto social. (CORIOLANO, 2006, p.364)

Espaço é, assim, a principal categoria da análise geográfica e nele está contido uma série de outras categorias e conceitos de apoio, tais como: território, lugar, região e paisagem, dentre outras. Para Coriolano (2006), em função do turismo e do consumo dos espaços, são produzidas diversas formas estruturais de paisagens e de negócios. No tempo em que os processos históricos seriam inoperantes, a técnica utilizada proporciona agilidade e capacidade de organização territorial. Para cada modalidade de turismo, existe uma demanda espacial. Aproveitam-se áreas de montanha, de sertão e litoral, áreas urbanas e rurais, metrópoles e cidades históricas, inclusive os desertos e os enclaves.

Com o turismo, novos processos concentram ou distribuem renda, aumentam ou diminuem as formas de exploração dos trabalhadores, além de entrada ou fuga das divisas. Requer, como toda atividade capitalista, controle governamental e, sobretudo, participação da sociedade. (CORIOLANO, 2006, p. 371)

Nesse sentido, o autor (2006) entende que o espaço do residente e os espaços dos turistas, o espaço esquecido do cidadão local e o espaço elitizado e luxuoso dos turistas entram em conflito. Lugares lutam entre si para atrair empreendimentos, obedecendo à lógica do capital. Daí, ressalta-se o papel determinante do Estado nesse processo, posicionando-se abertamente a favor das classes dominantes, dos empresários do turismo, dos proprietários de terra, dos agentes imobiliários.

Há os que lutam pelo espaço, lugares e territórios e são favoráveis à troca e à acumulação capitalista, e aqueles que resistem com movimentos sociais e urbanos e rurais, às vezes fazendo alianças ou contando com a solidariedade de outros grupos que passaram pelo mesmo processo de resistência à aniquilação, em permanentes conflitos. Nessa luta de interesses conflitivos, distingue-se facilmente a ocupação dos usuários e a dos usurários. (CORIOLANO, 2006, p.375)

Para Oliveira, "as resistências juntas com a capacidade de mudanças são mediadas pelos usos e costumes para determinarem a produção do espaço articulado entre o lugar, o nacional e o global" (Oliveira, 1999, p.203).

Aqueles que apresentam menores poderes econômicos criam alternativas de espaços de usos que cedem às forças de mercado quando são compulsoriamente deslocados. Essa experiência no Assentamento Facão, em Cáceres, onde a produção do espaço é determinada por relações socioespaciais e de poder. O turismo é uma prática social de apropriação e de dominação de muitos territórios, especialmente nos países tropicais como o Brasil, refletindo diretamente no interior do território.

Os grandes empreendimentos turísticos, como *resorts*, hotéis e operadoras de turismo que se fundamentam na economia de mercado, da acumulação capitalista, muitas vezes, se apropriam dos elementos naturais, expropriam comunidades e exploram a força de trabalho local. As comunidades que se organizam enfrentam os megaempreendimentos e cobram a responsabilidade socioambiental das empresas, para deixar de ser fictícia, ou "faz de conta" e passar a ser uma parceria inteligente.

Atrelada a essa ideia está a inclusão social de comunidades no trabalho, e na melhoria das condições de vida. Entretanto, visando benesses fiscais, além da ampliação das exigências dos clientes e melhor imagem dos empreendimentos perante o mercado, a preocupação social e ambiental tem-se expandido nos planos de investidores, inclusive nos de turismo.

O turismo, além de atividade econômica, é fenômeno, objeto de estudo de várias pesquisas técnicas e acadêmicas. Ao se falar em produção, organização, apropriação e valorização do espaço pela atividade turística, destacam-se as relações socioespaciais do fenômeno, daí a relação existente entre a Geografia e o turismo: analisar as relações socioespaciais do turismo, explicar as formas de apropriação e transformação dos recursos naturais, avaliar os impactos produzidos pela atividade, planejar políticas de turismo e o uso dos espaços para os mais variados segmentos turísticos (CORIOLANO e SILVA, 2005, p.18).

Para Coriolano (2008), o turismo veicula-se por dois eixos: convencional ou de luxo, produzido por empresários detentores de capital, visando essencialmente ao lucro, acumulação e reprodução capitalista; e o turismo comunitário, também chamado alternativo ou de base local, onde as iniciativas são de comunidades, desde a organização e execução da atividade que é alternativa a outras atividades econômicas já estabelecidas culturalmente, tendo em vista o desenvolvimento local.

Críticas atribuídas ao turismo têm surgido a partir do estereótipo associado aos impactos negativos que o turismo de massa e de megaempreendimentos acarretam aos lugares e residentes, como expropriações de terras de pescadores, desvalorização das culturas locais e degradação da natureza. No entanto, há aqueles que veem na atividade turística oportunidade de inserção no mercado e, portanto, ensejando-os ao trabalho. Acreditam que, a partir da organização da comunidade em associações e da luta por interesses locais, seja possível produzir turismo de forma diferenciada do convencional, que possibilite melhoria de vida para residentes, tornando a atividade alternativa forma de complementar a renda familiar por meio da organização da economia solidária visando atingir o almejado desenvolvimento na escala humana, abordada por (MAX-NEEF, 2012 p. 36).

Ações comunitárias voltadas à garantia da proteção, preservação cultural, ambiental e fortalecimento de comunidades e territórios solidários possuem relação simbólica e identitária. Santos (2007) destaca a relevância das práticas sociais e da simbologia, não apenas espaço físico, mas pelo que eles representam culturalmente para os residentes.

Conforme Bourdin (2001), o local se desenvolve a partir da ideia do “viver junto” associado à defesa dos interesses coletivos. Para o autor, sociedade local se define como um grupo de indivíduos (ou de famílias) que partilham dos mesmos valores e vivem juntos desenvolvendo o conjunto de atividades coletivas e individuais. (*op.cit.*, p.199).

Países latino-americanos como Venezuela, Colômbia, Chile, Peru, Bolívia, Colômbia, Equador, Brasil que possuem comunidades que desenvolvem o turismo de base local, veem comunidades pesqueiras, indígenas, agrícolas sendo receptoras de um turismo de cunho mais cultural. Compreende-se por turismo comunitário, solidário, de base local ou de base comunitária, “aquele desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar que passam a ser articuladores e construtores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhorar a qualidade de vida” (CORIOLANO, 2003, p.41).

As ideias de turismo comunitário estão relacionadas, portanto, ao reconhecimento dos valores culturais e atividades tradicionais, ou seja, ao “saber e ao saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural – gerados no âmbito da sociedade não-urbano/industrial, transmitidos, em geral, oralmente de geração em geração” (DIEGUES, 2004, p.14).

A autodependência explicada por Max-Neef (2012), consiste na forma de regeneração e revitalização local a partir dos esforços, capacidades e recursos de cada um que compõe a comunidade, propondo assim, o “desenvolvimento à escala humana”.

Dessa forma, os territórios de comunidades locais apresentam uma dimensão mais próxima da realidade sobre o desenvolvimento à escala humana, concentrado na satisfação das necessidades humanas fundamentais, fortalecimento da autodependência e das relações sociais, entre homens, com a natureza, com a tecnologia, inclusive com o Estado que deve estimular e ajudá-las a se fortalecer (MAX-NEEF, 2012, p. 42).

O turismo de base comunitária, conforme Sampaio (2005, p.29), “é um divisor de águas” que se baseia na relação turista e comunidade, e não na sobreposição de um pelo outro. Para o autor, o “turismo comunitário não se limita apenas à observação ou, ainda, à convivência com as populações autóctones, mas consiste também no envolvimento com os próprios projetos comunitários” (*op.cit.*, p.29). A valorização e preservação do saber, da memória e da cultura local fazem parte da história de um povo e contribuem para o reconhecimento e repasse às gerações.

No caso de comunidades turísticas, os relatos de vida e de defesa dos patrimônios materiais e imateriais mostram-se de suma relevância na educação de visitantes que ampliam visões de mundo ao conhecer histórias de lutas e resistências pela garantia da terra, manutenção da vida em família e do trabalho simples, sendo novidade para muitos turistas procedentes de realidades diferentes. Não há neutralidade na

atividade turística. Ela é desenvolvida conforme as determinações do modo de produção existente, pautado da geração e circulação intensa de capital, tendo em vista o fortalecimento do modelo e superação de crises financeiras, sob as mais diversas atividades econômicas. (CORIOLANO, 2009, p.11).

Nesse sentido, entendemos que, apesar da ausência ou negligência do Estado em atender de forma isonômica toda a população, seja ela urbana ou rural, o que se percebe é uma preferência por demandas que trazem altos empreendimentos e investimentos, geralmente no perímetro urbano. Todavia, por meio de organizações sociais camponesas como as comunidades e cooperativas, é possível resistir às lacunas do capitalismo e encontrar possibilidades como estratégia para a permanência no campo.

2.1 Abordagens e ponderações da literatura geográfica sobre a paisagem como categoria de análise espacial

As paisagens são cenários do mundo em que vivemos, onde os seres humanos nascem, crescem, andam, se orientam, e utilizam desse espaço. São inúmeras experiências de vida em que agentes bióticos, abióticos e antrópicos passam e criam relação intensa e permanente com as paisagens. Por consequência, essas paisagens se tornam fundamentalmente um produto de vários fatores que se relacionam, influenciados por culturas, ideologias, questões sociais, econômicas, políticas e tantas outras questões humanas que se deixam transparecer nas paisagens existentes ou produzidas.

Nas paisagens estão expressas as marcas sociais, onde é possível planejar e projetar, para trabalhar e transformar o meio a partir de interesses enquanto indivíduo ou grupo se apropriando das possibilidades e potencialidades para diversas finalidades, dentre elas o turismo. “Todas as paisagens expressam uma reflexão da ação do homem em meio aos fenômenos naturais, seja a partir da apropriação, da preservação, da exploração, da transformação ou da destruição” (MACHADO, 1988, p.18).

As paisagens são as interações de formas naturais e sociais que se acumularam ao longo do tempo. Ao se notar a paisagem espontaneamente, também se visualiza as formas, organizações e estruturas presentes no espaço geográfico contidos na própria paisagem. “As formas por sua vez dão materialização às

paisagens, ou seja, aos cenários do mundo que vivemos, que estão em constante construção e reconstrução” (SANTOS, 2009, p. 24).

Avaliar a paisagem como objeto de estudo é analisar a beleza que ela nos oferece, porém, não é suficiente, é necessário ir além, incluir e explicar a paisagem em toda sua complexidade diante das múltiplas escalas de interação e relação do ambiente o qual está vinculada. Autores como Santos (2009) indicam que as paisagens são formadas por vários elementos, que apresentam sua caracterização a partir da observação e apreensão, porém, trazem uma aparência da realidade vivida, das relações sociais, econômicas, políticas, questões ambientais e exige do pesquisador uma análise para chegar ao conteúdo das individualidades que cada paisagem possui.

O homem moderno trabalha as paisagens intensamente, transformando-a e dando novas estruturas, formas e funções. As paisagens naturais são submetidas ao desmatamento, as grandes lavouras agrícolas, aos centros urbanos, aos distritos industriais, enfim, são tantas as modificações que ocorrem e interferem numa dinâmica natural para atender as necessidades do presente sem pensar na estabilidade das paisagens e seus componentes. (SANTOS, 2009, p. 27)

O pensamento de Milton Santos e o seu esforço em construir uma Geografia Nova transformou e reconduziu essa ciência para uma reflexão sobre o espaço geográfico, colocando a sociedade em seu cerne. É natural, portanto, que a riqueza de suas reflexões ultrapasse qualquer trabalho individual que aborde tais contribuições: com essa consciência, esta sessão tem como propósito abordar os significados e os papéis que suas categorias geográficas de forma, função, estrutura e processo possuem na construção do conhecimento geográfico.

O objetivo de se apoiar nas ideias de Milton Santos é tornar mais concreta as discussões e a análise a respeito da uso do espaço ocupado pelo homem em suas diversas formas e possibilidades. A totalidade é a realidade em sua integridade, que está em permanente movimento de reconstrução. Sua apreensão só é possível por meio da análise, isto é, da divisão, sendo as categorias do método geográfico os meios para que se realize em conjunto com a síntese.

Esse desafio requer “uma filosofia menor, isto é, uma metageografia que ofereça um sistema de conceito capaz de reproduzir, na inteligência, as situações reais enxergadas do ponto de vista desta província do saber” (SANTOS, 1997, p. 114).

As contribuições de Milton Santos para a construção dessa “metageografia” sofreram profundos refinamentos ao longo de sua produção intelectual.

Como lembra Saquet e Silva (2008), foi em “A Natureza do Espaço”, publicada em 1997, que o autor expressa o ponto alto do seu esforço em compreender o espaço, considerando as relações existentes entre as categorias consideradas internas e externas ao espaço geográfico. A quantidade e a diversidade de categorias analíticas que Milton Santos discute para a análise do espaço geográfico não é fixa e, portanto, varia ao longo de sua produção intelectual.

[...] o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia. (SANTOS, 1978, p. 145).

De acordo com Milton Santos (1978), o espaço precisa ser considerado como totalidade: conjunto de relações realizadas por meio de funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado como do presente. O espaço é resultado e condição dos processos sociais, elaboração amplamente difusa na geografia dos anos 1970 e 1980 em países como a França, Estados Unidos e Brasil, pois era compreendido como uma categoria fundamental quando predominava a utilização de princípios do materialismo histórico e dialético.

Desse modo, o espaço, além de instância social que tende a reproduzir-se, tem uma estrutura que corresponde à organização feita pelo homem. É também uma instância subordinada à lei da totalidade, que dispõe de certa autonomia, manifestando-se por meio de leis próprias.

Concordando com os escritos de Santos (1978), o espaço organizado é uma forma resultante da interação de diferentes variáveis. O espaço social corresponde ao espaço humano, lugar de vida e trabalho: morada do homem, sem definições fixas. O espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução. Nessa obra, é possível perceber a diferenciação entre território e espaço.

Segundo Santos (1978 p. 45), “a utilização do território pelo povo cria o espaço”; constante em seus limites e apresentando modificações ao longo do tempo, o território precede o espaço. Enquanto o espaço geográfico é mais extenso e complexo, entendido como um sistema indissociável de sistemas de objetos e ações, em que a instância social é uma expressão concreta e histórica.

Ainda de acordo com Santos (1978), o território é uma apreciação anterior em sua elaboração teórico-metodológica e representa um dado estável, delimitado, uma área. É relevante observar que, ao entender o território apenas como uma área delimitada e constituída pelas relações de poder do Estado, consoante se entende na geografia, estaria desconsiderando diferentes formas de enfocar o seu uso, as quais não engessam a sua compreensão, mas a torna mais complexa por envolver uma análise que leva em consideração muitos atores e muitas relações sociais.

Porém, Santos (1978) ainda defende que a delimitação pode não ocorrer de maneira exata, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como ocorrer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo.

Milton Santos seleciona as categorias forma, função, estrutura, processo e totalidade como as principais que devem ser respeitadas na apreciação geográfica do espaço, que constitui a categoria principal e auxilia na compreensão do território. O espaço, dessa maneira, é construído continuamente e contém uma estrutura organizada por formas e funções que podem mudar historicamente em consonância com cada sociedade.

Concordando com Santos (1978), a forma é o aspecto visível, fora de um conjunto de objetos: as formas espaciais; função é a atividade desempenhada pelo objeto criado; a estrutura-social-natural é definida historicamente: nela, formas e funções são criadas e instituídas. As formas e as funções variam no tempo e assumem as características de cada grupo social. É uma concepção histórica e relacional de geografia e do espaço. O processo significa a ação que é realizada de modo contínuo, visando a um resultado que implica tempo e mudança. Os processos ocorrem no âmbito de uma estrutura social e econômica, resultando de suas contradições internas.

Portanto, Santos (1978) nos revela que, ao se considerar esses processos em conjunto, pode-se analisar os fenômenos espaciais na sua totalidade. Totalidade e tempo são categorias fundamentais para o estudo do espaço. A totalidade possui caráter global e tecnológico; apresenta-se pelo modo de produção, por intermédio da FES (Formação Econômica e Social) e da história; é inseparável da noção de estrutura. Portanto, a totalidade espacial é estrutural.

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por

processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

A Geografia vem colaborando para a afirmativa de conceitos, que têm se vinculado aos estudos ambientais e gestão territorial, inteirando uma meditação quanto à conjuntura socioambiental contemporânea. “A compreensão do conceito de paisagem vem sendo modificada, contribuindo para que a palavra, ao longo do tempo, adquirisse uma polissemia e dinâmica diferenciada, com base nas várias abordagens e interpretações” (SANTOS et al, 2004, p. 43).

Ao analisar uma paisagem, pode-se definir uma utilização desse espaço, considerando suas potencialidades e beleza cênica. A atividade turística, por exemplo, busca explorar todas as vantagens que uma paisagem possui, para atrair turistas, dessa forma, quanto mais esplendorosos forem os elementos de uma paisagem, principalmente natural, maior será o quantitativo de pessoas interessadas em vislumbrar o local.

A apreensão sobre a paisagem recebe múltiplos sentidos. Concordando com as ideias de Barros, Pádua (2014) explica que o conceito de paisagem é complexo e sua análise é determinada, antes de tudo, como um conjunto num todo organizado. O conceito paisagem, por muito tempo, esteve ligado às coisas visíveis, sendo definido como algo que pode ser visto ou observado, ou seja, uma extensão do território ou lugar que o olho alcança em partes ou limites espaciais admissíveis a observação direta de uma pessoa. Nessa concepção, a arte desenvolvida no século XV e XVI deu importante subsídio às primeiras constituições do conceito de paisagem, pois ela atrelava a representação dos ambientes à visão do próprio ser humano, representando aquilo que era observado e denominado “paisagens”.

O conceito de paisagem esteve ligado com a arte desde o período do Renascimento europeu (século XV e XVI), que ficou marcado pela permissão das artes em relação às restrições da igreja católica, se desprendendo das influências religiosas que eram significativas nas sociedades. Nessa época, muitos artistas se desapegaram das feições de deuses e santos, passando a se guiar em representações de recorte espaciais da realidade, tendo como inspiração os lugares onde os elementos da natureza eram mais presentes.

A paisagem surge na pintura como resultado da ruptura com a visão teológica medieval, integrando-se numa série de acontecimentos que vão dar corpo ao projeto da modernidade. Por herança estética naturalista do romantismo a paisagem ocupa lugar proeminente na geografia. Tanto é interpretada como uma porção da superfície da Terra, como se refere aos seus aspectos visíveis (BARROS; PÁDUA, 2014, p. 3).

Com a representação em tela renascentista foi admissível representar aquilo que era percebido com o olhar; os quadros eram confeccionados como acepções da realidade ou das paisagens observadas, marcando a representação entre a visão medieval com a arte, que entrou num momento de renovação.

Este é um recorte dos desfechos que o conceito de paisagem teve na arte, mas as expressões artísticas fizeram o uso deste conceito em vários momentos da história. Outra contribuição importante da arte para a paisagem se deu no século XVIII, quando as paisagens saíram do plano de fundo e ganharam espaços nas obras, representando as mudanças causadas por fatores naturais, como o clima (FERRAZ, 2013, p. 29).

O desenvolvimento desse aspecto estava relacionado com a nova forma racional de ver o mundo, de forma espontânea a analítica. “Com as mudanças sociais, os artistas passaram a ter mais liberdade e a paisagem começou a dominar as pinturas” (FERRAZ, 2013, p. 31). Na arte, a paisagem também se desenvolveu como representação estética, acometida como imagem, seja mental ou verbal, mas uma imagem dos acontecimentos do mundo e fatos do cotidiano do artista que confecciona a obra.

A utilização da paisagem pelas artes estimulou, de modo indireto, o interesse por ela, ou seja, analisar o espaço, que é carregado de simbolismo, o qual precisa ser interpretado, avaliado, comparado. As pinturas, telas e representações da paisagem “[...] deram impulso para o posterior desenvolvimento do conceito pela ciência geográfica, possibilitando a ampliação do olhar humano sobre a paisagem, trazemos a paisagem para o foco da geografia clássica – ainda por se sistematizar – a partir de Humboldt” (BARROS; PÁDUA, 2014, p. 4).

Naquele momento, a paisagem era vista como um elemento natural, sem utilização para atividades econômicas que se apropriaram do que é belo, pois não havia um movimento social que mobilizasse pessoas para a finalidade de contemplação.

A compreensão de paisagem ainda era muito restrita e as contendas sobre o conceito eram escassas. Nesse campo, a paisagem não superou o entrosamento da valorização estética, como representação do olhar lançado na natureza.

Besse (2006) investigou se a paisagem seria de fato uma representação estética, e progride nesse viés compreendendo que a paisagem não pode se resumir somente ao seu valor pictórico. Ele extrapola a compreensão de paisagem das artes esclarecendo que o conceito não se resume apenas à resolução das formas, e que a paisagem vai além de algo pontual, sendo algo macro. Assim, a paisagem passa de um marco estético e se insere como marco analítico para outras ciências, como a botânica e a geografia.

Ao fazer da paisagem um objeto de estudo científico, há que considerar o conteúdo que ela exprime, suas relações e conexões, onde a análise do conteúdo resultará em conhecimento. Devido às limitações do conceito de paisagem na arte, Besse (2006) avalia ser importante fixar outras visões e abordagens para o conceito, na busca por abranger a paisagem em suas formas e seus conteúdos. O autor trata o conceito paisagem como um produto cultural, onde as questões culturais cairiam como projeções nos territórios, abordando o desenvolvimento e as transformações visuais das culturas.

Importante expor que, mesmo buscando escapar das restrições na apreensão do conceito, Besse (2006) descreve a paisagem somente considerando os atributos culturais, abreviando a paisagem às características sociais. O autor não pondera as questões ambientais, que têm grande expressão nas paisagens e apresentam grandes conteúdos que precisam ser aprofundados e conhecidos para entendermos a realidade, os espaços geográficos e os territórios.

A ciência geográfica utilizou da paisagem como um dos seus objetos de estudo, principalmente no século XVI até início do século XX. Nesse período, houve avanço para o desenvolvimento do conceito de paisagem, onde ocorreu a análise dessa categoria, considerando outros aspectos além da visão estética, ou seja, além de uma imagem ilustrativa, e sim como espaço geográfico, como uma cachoeira, rio ou um fragmento do cerrado ou pantanal.

Considera-se os preceitos de Besse (2006), em seu relato histórico, desenvolvido a partir da ideia de paisagem, como um conteúdo para uma análise mais complexa, e chegou a um entendimento, seja científico ou do senso comum a respeito do assunto. A observação das paisagens possibilita muitas apreensões em relação à

realidade vivida, no entanto, precisa ser abordada a partir de uma noção mais rica e complexa, considerando todo um contexto e relações ali existentes.

Concorda-se com Barros e Pádua, (2014), ao afirmarem que o conceito de paisagem ganhou maior destaque na ciência com o desenvolvimento e a expansão das navegações e com os primeiros estudos realizados pelos viajantes. Humboldt, naturalista alemão, realizou várias viagens que foram chamadas de Expedições Científicas. Em relatos de suas viagens, Humboldt tentava destacar tudo aquilo que o surpreendia diante do contato com natureza, uma vez que os fenômenos possuem caráter particular e fisionomia própria em cada localidade.

É possível dizer que a paisagem natural nos revela as características físicas e ambientais como a natureza criou, alterou e preservou sem ação antrópica, sendo aquela formada por elementos da natureza, os quais sofreram pouca ou nenhuma interferência. Outro tipo de paisagem é a cultural, que pode receber atividades que interferem para atender os interesses humanos. Esse tipo de paisagem pode conter ambas as classes de elementos, ou seja, naturais e criados ou transformados.

2.2 A cultura e os aspectos ecológicos para a formação da paisagem

A partir do século XX, destacaram-se os estudos da paisagem incluindo aspectos culturais, fazendo juízo crítico muito importante nos estudos da paisagem. A paisagem cultural, baseada nas ideias de Carl Sauer (1998), em “Morfologia da Paisagem”, refere-se a que as paisagens seriam reflexas da cultura de um povo, que as edifica segundo seus costumes e técnicas de trabalho ao longo do tempo, deixando manifestar-se as características da sociedade a partir de suas ações, na aparência dos elementos das paisagens. A geografia cultural tem origem na Europa, mas é nos Estados Unidos, entre os anos de 1840 e 1940, que se estabeleceu sua tradição.

Nesse período, os estudos geográficos passaram a dar maior relevância aos aspectos culturais, dando foco às relações entre a cultura e a natureza. A paisagem era percebida como um conjunto de formas naturais e culturais, não como elementos juntos, mas interligados e dependentes, que constituíam um todo.

A cultura de uma comunidade pode deixar sinais que são visíveis ou não nas paisagens e, ao analisar uma paisagem humanizada, a partir de um exame aprofundado dos elementos que a formam, é possível apontar e reconhecer como ela foi produzida pela cultura.

O enfoque funcional é o resultado da observação de que todos os geofatores, inclusive a economia e a cultura, se encontram em interação. Segundo a importância da intervenção do homem, distinguem-se paisagens naturais e paisagens culturais. Estas últimas incluem, além dos fenômenos naturais, os pertencentes à economia, ao cultivo, ao tráfego, à população com sua língua, sua tradição e sua nacionalidade, à estrutura social, às artes e à religião. (TROLL, 1950, p. 03).

Ao analisar as características físicas e ambientais do espaço, consideramos a paisagem, as formas de relevo, a vegetação, a hidrografia, a ação antrópica em modelar e alterar o ambiente conforme suas necessidades, considerando a partir desses preceitos, formas e modos de uso que podem ser potencialidades para o turismo.

Mas o turismo no espaço rural vai além desses elementos, haja vista que existem práticas socioespaciais que podem gerar renda e qualidade de vida, uma vez que estão inseridos nesse espaço aspectos do cotidiano dos assentados, como a lida com a roça, com o gado, com o leite, com as galinhas, com os peixes de tanques, o terreiro e o trato dos animais, os utensílios antigos como monjolos e carros-de-boi, as práticas de mutirões, as festas e as rezas. São práticas socioculturais e socioespaciais que podem ser apropriadas ou resgatadas para o turismo no assentamento.

Na área de estudo, ainda existem essas práticas e podem ser ressignificadas, e outras que não existem mais podem ser resgatadas para serem apresentadas como subprodutos a quem tiver interesse. Práticas que ainda existem na memória desses sujeitos, os quais podem trazer, fazer e apresentar aos possíveis turistas.

Esse modo de ver a paisagem considera que cada lugar apresenta formas próprias diante da representação morfológica e cultural. A paisagem começa a ser considerada como algo que pode ser construído, quando se considera uma realidade criada socialmente, que mantém relações com o natural a partir das atividades antrópicas que moldam o ambiente conforme a necessidade, o interesse ou o objetivo coletivo e individual, de modo que há uma interação das manifestações culturais com a natureza.

Para Barros e Pádua (2014), a partir da Geografia Cultural se valoriza os aspectos culturais no uso e percepção da paisagem. A percepção surge como outra forma de pensar a paisagem, a partir da observação do olhar humano na organização perceptiva dos sentidos e cognição, não ficando apenas no limite do conteúdo,

podendo ser interpretado de acordo com a circunstância, com um conjunto de coisas e funções num todo existente.

Ainda de acordo com Barros e Pádua (2014), a ideia nos remete à reflexão quando o sujeito procura significado e interação com a realidade, as experiências do próprio ser. Os aspectos encontrados na natureza revelam a percepção da paisagem e isso se dá também do ponto de vista fenomenológico, cabendo não apenas aceitar elementos e coisas da vida que nelas estão colocadas e que se ligam e formam significados por meio da paisagem.

A percepção de uma paisagem pode ser considerada como algo dialético que busca entender as relações entre o ser humano e a natureza por meio das experiências humanas.

Segundo Demmer e Pereira (2011), ao analisar a paisagem, busca-se compreender as atitudes do homem com o ambiente, que traduzem usos, hábitos, valores e expectativas. “A percepção no campo geográfico investiga as aspirações, decisões e ações, individuais e coletivas que os homens desenvolvem em relação ao ambiente em que vivem” (STURZA, 2005, p.17).

A percepção do meio ou objeto de análise definida como uma paisagem é entendida como o ato de perceber a forma como cada pessoa vê e define uma matéria. Assim, a paisagem definida a partir da percepção de cada indivíduo seria uma definição particular carregada de ideologia e costumes que iriam influenciar na sua caracterização.

Todas as paisagens refletem também transformações tempo reais e conservam testemunhos de tempos passados. Mas enquanto as paisagens naturais só variam em um ritmo secular ou geológico, as paisagens econômicas mudam relativamente depressa, de geração em geração e, inclusive durante a própria observação do geógrafo. Cientificamente considerada, a paisagem é, portanto, um conceito da geografia regional e comparativa. Mas até o momento não se conseguiu chegar a um acordo sobre a relação entre a ciência da paisagem e a ciência (TROLL, 1950, p. 03).

Os aspectos encontrados na natureza revelam a percepção da paisagem, que nos remete à ideia de que as experiências e impressões de cada indivíduo capta ou vê a paisagem de uma forma singular. Conforme Barros e Pádua (2014), o homem possui uma percepção de seu entorno por intermédio da sua visão e consciência, o que ajuda a entender a paisagem a partir de:

Uma fonte incessante de significação e uma vez acessível ao olhar e à mente torna-se guia para as ações e condutas humanas; não se trata de um horizonte fixo e estático, mas construído de movimento, valores e sentimentos. Ao incluir aquilo que tem significância para os diferentes sujeitos, a paisagem deixa de ser o pano de fundo das atividades e acontecimentos e integra-se à existência humana (CABRAL, 2000, p. 41-42).

De acordo com Verdum (2012), na década de 1950, os cientistas intensificaram os estudos da paisagem. A maioria das publicações ficaram marcadas pelas contribuições de Carl Troll, que via na paisagem o objeto de estudo adequado para a ciência geográfica. Em suas análises, Troll usa de conhecimentos da Biologia e Ecologia para entender a Geografia das paisagens e traz uma contribuição diferenciada, considerando a paisagem em sua fisionomia e funcionalidade. Conforme Verdum (2012), em 1949, Troll propõe sua principal obra e contribuição aos estudos das paisagens, “Ecologia das Paisagens”, que traz uma abordagem transdisciplinar, com conhecimentos das ciências geográficas, biológicas e da ecologia.

O termo paisagem geográfica diz respeito a um setor da superfície terrestre definido por uma configuração espacial determinada, resultante de um aspecto exterior, do conjunto de seus elementos e de suas relações externas e internas, que estão enquadrados pelos limites naturais das outras paisagens de caráter distinto. (TROLL, 1950, p. 04)

Ainda de acordo com Verdum (2012), trabalhar a percepção é buscar por meios dos sentidos humanos o entendimento das paisagens. É necessário apreender as diferentes percepções, valorizações, imaginárias e significados que ligam o sujeito ou o coletivo à dinâmica e apropriação espacial, pois as paisagens que construímos indicam a forma como se percebe o mundo.

Quando se analisa a estrutura interna da paisagem apreende-se a lógica que é atribuir-lhe um caráter de conjunto, de totalidade, e não a um elemento da paisagem, mas a todo o ecótopo. Porque da união espacial dos diferentes elementos da paisagem em um ecótopo não surge somente uma configuração, mas um conjunto harmonioso formado por componentes que se ajudam mutuamente e que não podem existir por si mesmos. (TROLL, 1950, p. 07)

O conceito de paisagem foi definido a partir de estudos realizados com utilização de fotografias aéreas, que permitiam a observação das paisagens em uma abordagem integrada dos ecossistemas em um ângulo com escala geográfica aceitável. A contribuição de Carl Troll incorpora a abordagem funcionalista, que se

refere a uma concepção holística e chama atenção para a funcionalidade entre os “geofatores”, incluindo aspectos econômicos pela primeira vez nos estudos da paisagem (VERDUM, 2012).

No entanto, continua na percepção dos estudiosos uma visão naturalista à qual o conceito de paisagem está ancorado, principalmente aos aspectos da vegetação, que é considerada a fisionomia da paisagem a partir dos ecossistemas. Alinhados ao pensamento norte-americano de Richard Hartshorne (1978), no livro que trata sobre os Propósitos e Natureza da Geografia, o enfoque da Ecologia da Paisagem consiste na compreensão das interações que atuam na formação de unidades espaciais distintas que guardam padrões similares entre si, responsáveis pela estrutura da paisagem e pelas relações existentes entre os elementos formadores.

O tema Ecologia da Paisagem, portanto, pode ser realizado considerando essa linha de raciocínio, como uma abordagem sistêmica do meio ambiente, diferenciando unidades espaciais relativamente homogêneas em seus atributos constituintes e processos vigentes, se oferecendo assim como importante estratégia metodológica para a Geografia.

De acordo com Maciel (2011), nas abordagens de Carl Troll que surgem os primeiros elementos para a sistematização do conceito de geocossistema, através da hierarquização da paisagem, incorporada em uma abordagem funcional e interativa. A abordagem de Troll buscava a sistematização dos elementos de uma paisagem, a partir das inter-relações que dariam funcionalidade às paisagens.

Os subsídios de Bertalanffy (1969), com a teoria geral dos sistemas, foi outro passo importante para consolidação dos estudos da paisagem; sua dialética sistêmica trouxe novas possibilidades à inquirição científica e, conseqüentemente, aos estudos das paisagens.

O termo geossistema refere-se à “unidade da paisagem que se individualiza por apresentar características a nível biótico, abiótico e humano que lhes conferem uma unidade. É configurado por uma estrutura, função e dinâmica, variáveis no tempo e no espaço, e produzidas historicamente sob a ação de forças naturais e humanas” (BRASIL, 2004, p.08).

A paisagem remete aos elementos da superfície terrestre, desde os naturais, como, vegetação, solos, água, clima, geologia, geomorfologia até os sociais, como questões culturais e outras atividades que fazem parte da dinâmica das paisagens.

Nessas inter-relações os elementos passaram cada vez mais a ser incorporados nos estudos da paisagem, dando possibilidades para interpretações mais abrangentes.

Os estudos integrados e sistêmicos da paisagem trouxeram uma nova perspectiva, contribuindo com estudos do território onde as questões ambientais e sociais podem ser abordadas coletivamente. Esta abordagem favorece estudos ambientais contemporâneos, apresentando maior valorização dos elementos naturais e da sociedade, suas características e seus processos (PIRES, 2016, p.75).

Como apontado por Pires (2016), a geoecologia das paisagens baseia-se em suas discussões no planejamento ecológico dos territórios, com intuito de conhecer os aspectos naturais para formular estratégias de uso de forma equilibrada, para não potencializar as fragilidades do meio natural que serão utilizadas pelas sociedades.

O turismo, ao ser pensado em um ambiente como potencialidade para o fomento da economia local, necessita ser planejado, considerando minimizar ao máximo as fragilidades, buscando o equilíbrio e a sustentabilidade ambiental entre sociedade e natureza. No entanto, é preciso discorrer sobre as fragilidades ambientais promovidas pelas ações antrópicas, tema da próxima subseção.

2.3 Paisagem transformada e suas fragilidades ambientais

A análise da paisagem inserida nos sistemas mesclados por elementos naturais e sociais motivou novas abordagens e consequentemente, novas interpretações ao conceito de paisagem, uma vez que ocorre a transformação do ambiente, principalmente pelas atividades antrópicas, destacando as fragilidades ambientais. A abordagem das inter-relações naturais e sociais forneceu conteúdo aos estudos da paisagem em um momento histórico, onde as relações entre sociedade e natureza se fazem cada vez mais intensas.

Desde as últimas décadas do século XX se vive intensas transformações no espaço geográfico, incentivado principalmente por fatores de ordem social, como desmatamento, urbanização, industrialização, expansão agrícola, entre outras, associados aos processos evolutivos das culturas, da produção de conhecimento, das tecnologias, das atividades produtivas e da relação capital-trabalho que definiram e redefiniram novos arranjos espaciais (ROSS, 2009, p. 27).

As paisagens, ao longo do tempo e do desenvolvimento das civilizações, foram submetidas a intensos processos de transformação, seguidos por processos de degradação. Nos anos 1960, em especial, se nota a volta dos estudos de paisagem voltados para os estudos ambientais e de planejamento e ordenamento territorial. As transformações, resultado de diferentes interações sociais com a natureza, antes se davam em longo período e sem grandes agressões aos recursos naturais. A mudança nos processos produtivos, incentivadas pela modernização tecnológica que surgiu depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), repercutiu em mais intervenções na natureza com mais frequência, eficiência e rapidez.

Com o crescente processo de industrialização associada à urbanização, a mecanização agrícola em sistema de monocultura e outros processos sociais, as paisagens sofreram maior modificação e a alta exploração dos recursos naturais, que tem influenciado dinâmicas naturais de forma negativa e de modo irreversível, através das degradações a estes recursos indispensáveis a vida humana. As fragilidades ambientais correspondem a áreas sensíveis a impactos ambientais e que possuem uma baixa capacidade de recuperação. O termo fragilidades indica ambientes de risco, tanto ambiental como humano, que apresenta perigo ou perdas, que estão vinculadas à percepção humana da dinâmica da natureza (ALVES, 2012, p. 58).

Nas escritas de Jean Tricart (1977), as fragilidades ambientais são tratadas, desde 1977, no livro “Ecodinâmica”, com uma abordagem integrada, avaliando as questões naturais sob os efeitos das ações sociais. Para o autor, a natureza se encontra em estado de equilíbrio dinâmico, que se desfaz a partir das intervenções processos naturais e sociais, que gera um desequilíbrio, deixando os ambientes naturais instáveis. Para Spörl 2007, p. 24:

As condições de estabilidade/equilíbrio podem ser rompidas através de alterações realizadas em qualquer um dos componentes da natureza, gerando instabilidade. Qualquer intervenção realizada, não respeitando as vulnerabilidades do sistema, pode acarretar sensibilidade na paisagem em função do rompimento de seus limites, resultando então na fragilização deste sistema. A estabilidade natural, frente às ações humanas, se dá de forma diferenciada, pois as paisagens possuem individualidades e são formadas de elementos que se interagem de forma única em cada localidade, formando potencialidades e fragilidades singulares a cada paisagem.

Nesse sentido, Ross (2009, p. 50) considera que, diante das intervenções humanas as fragilidades dos ambientes naturais, pode ser maior ou menor, a depender das características genéticas.

A princípio, salvo algumas regiões do planeta, os ambientes naturais mostravam-se em estado de equilíbrio dinâmico até o momento em que as sociedades humanas passaram progressivamente a intervir cada vez mais intensamente na exploração dos recursos naturais para gerar riquezas, conforto, prazer e lazer. A sociedade, ao se apropriar dos recursos naturais, causa alterações nas paisagens naturais em ritmos muito mais intensos e geram impactos na natureza de acordo com o grau de impacto das atividades e características de cada ambiente. A sociedade possui grande poder de modificação, transformando as paisagens de forma intensa causando sérios problemas ambientais. Os prejuízos sociais, decorrências destas ações, são sentidos pela sociedade a longo prazo, porém, no ambiente natural podem ser apreendidos em curto espaço de tempo. O estudo das paisagens nos permite uma dimensão analítica do espaço geográfico e atrelado ao conceito de geossistema fornece um prisma holístico que pode favorecer o conhecimento das fragilidades ambientais (ROSS, 2009, p. 50).

A ciência geográfica aplicada à análise ambiental pode ser uma importante opção para mitigar os impactos ambientais originados a partir do uso inadequado dos recursos naturais, apontando as vulnerabilidades e direcionando as melhores formas de exploração desses recursos. É, pois, de grande importância estudar e analisar potencialidades e fragilidades das paisagens para melhor orientar o uso e ocupação da terra.

No Brasil, as modificações na natureza pela ação humana foram fortemente marcadas pelos processos de desenvolvimento das atividades mineração e agricultura, que marcaram o processo de ocupação e “desenvolvimento econômico” do país incentivado por capital externo, com isso se intensificou os processos de exploração dos recursos naturais. Produtos quase únicos da pauta das exportações de suas épocas sempre colocaram o País nas condições da economia de suprimento complementar dos centros mais desenvolvidos. A mineração e as monoculturas da cana-de-açúcar, do café e mais recentemente da soja foram responsáveis por surtos econômicos significativos, mas acompanhados de vigorosos processos de degradação da natureza e agressivos processos de exportação irracional com grandes desperdícios dos recursos naturais (ROSS, 2009, p. 52).

Na região Centro-Oeste, mais precisamente no estado de Mato Grosso, essa realidade de utilização e transformação da paisagem pode ser apontada pelas atividades ligadas à agricultura, com extensas lavouras, pecuária extensiva e intensiva, mineração e urbanização, enfim, são atividades que trouxeram transformações intensas às paisagens do estado e deixaram marcas irreversíveis, em

especial, às paisagens do bioma Cerrado e Pantanal. Esse tema é abordado em vários trabalhos, como Sturza (1999, 2005), Silva e Mendes (2010) e Nardes (2010), que discutem os efeitos das ações sociais no Cerrado e Pantanal Mato-grossense.

A degradação ou transformação do bioma Cerrado e do Pantanal se deu mais significativamente pela ampliação das atividades agrícolas e pecuárias, mas é possível destacar também o turismo, quando insere infraestruturas como hotéis, pousadas, trilhas sem um estudo de impacto ambiental e o processo de urbanização. Quase sempre essas atividades ocorrem, inicialmente, sem planejamento e, posteriormente, baseadas em planejamentos ineficientes. Atualmente, essas unidades apresentam grandes desafios e dificuldades para conservação e proteção, visto que se encontram apenas fragmentos isolados cercados por manchas urbanas, monoculturas e pastagens.

De acordo com Silva e Mendes (2010), as áreas existentes de Cerrado e Pantanal que se encontram circundadas por unidades resultantes das práticas sociais sofrem uma série de alterações ambientais que modificam sua estrutura e funcionamento. Isso pode ocorrer devido à perda de biodiversidade e contaminações influenciados pelas ações sociais, como desmatamento, uso de agroquímicos e poluição.

Dessa forma, tanto o bioma do Cerrado quanto o do Pantanal apresentam “diversas paisagens resultantes das relações entre sociedade e natureza, e que são as comunidades rurais que convivem mais de perto com os diferentes ecossistemas ao qual se localizam” (STURZA, 2012, p. 13).

As paisagens no espaço rural passaram por transformações em sua estrutura e funcionalidade, e por vezes ampliaram as fragilidades ambientais, porém, seja em escala nacional ou em um município, como Cáceres, a maior adjacência às paisagens naturais continuam a dominar o cenário dos territórios não urbanos, em comunidades rurais.

Em assentamentos rurais, como é o caso do Assentamento Facão, há uma grande dependência de recursos paisagísticos naturais, como solo, água, relevo, flora e fauna em sua utilização, por isso são importantes os estudos das dinâmicas das paisagens voltados para essas realidades, para o estabelecimento de novos critérios ao uso e ocupação dessas áreas e exploração dos recursos naturais, dentre esses usos, o turismo nos espaços rurais.

2.4 A paisagem e suas relações conceituais e práticas com o turismo

Diferenciam-se os conceitos de paisagem e espaço geográfico, tendo como referência as suas proposições em “A natureza do espaço” de Milton Santos (1997). A diferença entre paisagem e espaço reside no fato de que a paisagem é abordada como certa percepção do espaço geográfico – totalidade – destituído de seu movimento social que lhe é totalizador – totalização. O principal movimento considerado para o espaço geográfico são as ações sociais, destacando-se o modo de produção hegemônico.

O espaço geográfico pode ser compreendido como o alicerce da organização socioespacial, e é sobre esse estatuto epistemológico que a Geografia se erigiu e constituiu-se como ciência. Para Moreira (2011), é parte fundamental do processo de produção e organização socioespacial, onde se constituem as diferentes paisagens.

A paisagem resulta sempre de um processo de acumulação, mas é, ao mesmo tempo, contínua no espaço e no tempo, é una sem ser totalizante, é compósita, pois resulta sempre de uma mistura, um mosaico de tempos e objetos datados. A paisagem pressupõe, também, um conjunto de formas e funções em constante transformação, seus aspectos “visíveis”, mas, por outro lado, as formas e as funções indicam a estrutura espacial, em princípio, “invisível”, e resulta sempre do casamento da paisagem com a sociedade.

A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade.”
(SANTOS, 1997, p. 37)

A Geografia, enquanto ciência, tem o espaço geográfico como produto histórico e ente social e deve condicionar estratégias para o desenvolvimento de pensamentos críticos e elaborações teóricas, sobre os complexos arranjos espaciais e as formações socioeconômicas. Para Carlos (2001), deve-se pensar o mundo em sua multiplicidade, e o homem por inteiro em sua dimensão humana e social, a partir da espacialidade das relações sociais sobre o ambiente.

Conforme Santos (1978, p. 145), “o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada e subordinante. E como as

outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de certa autonomia”. É no viés de pensar o espaço como produção de dimensão natural e social, pelas leis e movimentos que o estruturam e o organizam, que se coloca a discussão e a problemática que orientará essa pesquisa, qual seja, o turismo no espaço rural como possibilidades e limites para o desenvolvimento das famílias de agricultores familiares, com vista aos aspectos físico-ambientais e culturais, expressos na paisagem, no Assentamento Facão, em Cáceres.

O espaço, segundo Saquet e Silva (2008), “é construído processualmente e contém uma estrutura organizada por formas e funções que podem mudar historicamente em consonância com cada sociedade”. Ainda, de acordo com Santos (1978, p.122):

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida [...] o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente [...] o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções.

O interesse inicial da ciência geográfica pelo turismo remonta ao século XX, quando são registradas as primeiras contribuições de geógrafos europeus, como William Morris Davis e Luis Fernandez Fuster e brasileiros, como Mário Benni, para a compreensão da dinâmica espacial do fenômeno turístico. No meio natural, ocorrem transformações do espaço, provocado pelo deslocamento de pessoas em direção a um determinado lugar.

Assim, o deslocamentos espaciais, bem como os efeitos do turismo, provocaram geógrafos e outros pesquisadores a pensarem na utilização e na modificação das paisagens com foco na atividade turística ou em decorrência dela, bem como se utilizam de outros autores que discutem as categorias de análise paisagem, território, lugar, região e as formas de utilização desses espaços geográficos para tratar, por exemplo, de turismo.

Santos (1997) concebe a paisagem como a expressão materializada do espaço geográfico, interpretando-a como forma e funcionalidade. Nesse sentido considera-a como um constituinte do espaço geográfico (sistema de objetos). Para o autor a “paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças

que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. [...] a paisagem se dá como conjunto de objetos reais concretos” (SANTOS, 1997, p. 83).

Percebe-se a paisagem como um conceito operacional, que permite analisar o espaço geográfico sob uma dimensão, qual seja, a da conjunção de elementos socioeconômicos e culturais. É um processo de organização ou reorganização de formas na sua conjugação com o modo como as sociedades caminham em suas etapas de desenvolvimento. Nesse sentido, na análise da paisagem, ficam incluídos elementos naturais e/ou culturais (natureza artificializada).

De acordo com o pensamento de Dollfus (1991) a paisagem possui três classes: naturais, modificadas e organizadas. Em relação às paisagens naturais, essas não tem vestígios recentes da ação do homem; as paisagens modificadas possuem modificações do homem, por exemplo, as queimadas, agricultura e as práticas pastoris; e as paisagens organizadas seguem com ações planejadas do ser humano sobre a natureza.

Conforme Bolós (1992, p. 7-8), Van Humboldt (1769-1859) foi considerado o responsável por propagar a noção de paisagem em Geografia na segunda metade do século XIX, estabelecendo a ideia da Geografia como ciência da paisagem. As razões dessa noção estavam baseadas na natureza como algo dinâmico e em busca de equilíbrio, num método racional empírico e na busca de leis gerais, onde as diferentes fisionomias constituíram um todo.

Conforme Santos (1988), o conceito de paisagem na ciência geográfica refere-se a tudo aquilo que pode ser alcançado por meio de nossa visão. No entanto, vai além desse sentido, é também percebida pelas cores, os movimentos, os odores, os sons. Por essa mesma razão, a paisagem relaciona-se à dimensão da percepção e aos sentidos humanos.

Segundo Castro (2006), para que a paisagem se torne objeto de exploração do turismo, “basta que seja possuidora de beleza cênica excepcional, [...] transformada em patrimônio turístico, em recurso turístico e territorializada por agentes turísticos para ser consumida no olhar contemplativo individual ou coletivo dos turistas. Assim, a paisagem representa o primeiro contato do visitante com o destino turístico ².

² De uma forma geral, é o lugar para onde as pessoas se deslocam a fim de consumir um determinado produto turístico, ou seja, o destino turístico é, então, um local para o qual se dirige quem procura um determinado núcleo turístico, como município turístico ou como uma região turística (Araújo apud. Alvarez, J.R.D.; Vellas, F. e Bécherel, L.; Williams, A., Show, G).

De acordo com Beni (2006), o destino turístico compreende os diversos serviços ofertados (alimentação, habitação, transporte), a criação da imagem por meio do *marketing* que disponibiliza as informações. Além de ser uma entidade física (localização geográfica, infraestrutura, atributos naturais), também constitui uma entidade sociocultural (contexto histórico, tradições, religião etc.) responsável pela hospitalidade (BENI, 2006). Quanto à definição oficial, proposta pela Organização Mundial do Turismo (WTO), destino turístico é, por obrigação, um espaço físico no qual o visitante pode passar um pernoite, seja esse local provido ou não de limites administrativos.

Além disso, é o conjunto de produtos e serviços e de atividades e experiências ao longo da cadeia de valor do turismo (WTO, 2016 - tradução nossa). Figura-se como importante fator na determinação da atratividade local. Conforme Pires (1993):

[...] a combinação dos elementos visuais cria composições pelas quais é possível definir qualidades estéticas similares às que geralmente são usadas no mundo artístico tais como unidade, intensidade e variedade. Tais qualidades poderão contribuir para a diferenciação das unidades da paisagem visualizadas [...]. Um ou vários componentes da paisagem podem adquirir um grande peso específico no conjunto da cena, sob condições especiais de singularidade associada à escassez, raridade, valor estético, interesse histórico, etc., ou quando dominam totalmente a cena [...].

O pensamento do autor retrata que existe um número infinito de paisagens, pois elas estão em constante mutação, seja por pressões antrópicas, clima, variação de luzes, configurações geográficas ou outras dinâmicas da própria natureza. Para Yázigi (1998):

A paisagem, indissociável da ideia de espaço, é constantemente refeita de acordo com os padrões locais de produção, da sociedade, da cultura, com os fatores geográficos e tem importante papel no direcionamento turístico. Não se trata de dizer que ela seja a única forma de atração, mas que pesa muito no contexto de outros fatores (meio de hospedagem, bons preços etc.). O turismo depende da visão.

Durante a atividade turística, o visitante interpreta a paisagem e percebe o significado das coisas. Compreender demanda tempo, e quanto mais tempo o turista permanecer no local visitado mais recursos ele deixará. São esses recursos que fazem com que o turismo se torne como atividade econômica.

O propósito é a relação afetiva do turista com determinadas paisagens, pois ao interpretar signo, identificar períodos históricos, os elementos da fauna e flora e tantos

outros, certamente se tornará um propagandista do lugar. Enfim, é essencial a preservação das paisagens, pois gerações futuras também merecem usufruir. Isso posto, o próximo capítulo tratará dessa relação paisagem, espaço e turismo.

Não há como afastar a análise do turismo da valorização do espaço e (ou) do mundo da produção e das contradições do modelo produtivo vigente, mas se podem obter resultados menos desiguais. Os territórios turísticos passam, a um só tempo, por serem dominados (pelo capital) e apropriados (pelos interesses locais e dos trabalhadores). Os lugares, além de pertencerem às estratégias do capital, do espetáculo e do embevecimento dos visitantes, são susceptíveis às resistências dos residentes, apesar de nem todos participarem da luta. A maioria da população local, alienada que está pelo consumo, adapta-se ao sistema de produção capitalista convencional. O turismo é uma prática social que causa divisão interna nas comunidades, mas que demanda tempo para se transformar e obter resultados mais genéricos e sustentados. (CORIOLANO, 2006)

Concordando ainda com Coriolano (2006), o turismo é um lazer especial dirigido às pessoas e grupos que podem consumir viagens, passeios e visitas conforme os ditames do capital. As redes de serviços destinadas ao turismo, como a da hotelaria, levam em consideração as vantagens de localização representadas pela dotação em riquezas naturais (sol, mar, montanhas, cachoeiras, vida no campo) bem como pelo valor do patrimônio cultural e histórico.

3 CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA COMPREENDER AS POTENCIALIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA PARA O TURISMO RURAL E EM ESPAÇO RURAL

Este capítulo visa destacar a categoria de análise turismo no espaço rural como potencialidade da agricultura familiar, para tanto, ser feita a distinção entre turismo rural e turismo no espaço rural. É importante reforçar que a paisagem e o espaço geográfico são as categorias de análise eleitas para esse estudo, na compreensão do fenômeno ou da situação em questão.

Conforme Lottici Krahl (2003), turismo rural se refere a uma modalidade do turismo que tem por objetivo permitir, a todos, um contato mais direto e genuíno com a natureza, com a agricultura e tradições locais, por meio da hospedagem domiciliar em ambiente rural e familiar. Segundo Elesbão (2005, p. 48), “o termo turismo rural é utilizado indistintamente para definir as atividades turísticas que se desenvolvem no espaço rural; há uma confusão terminológica e uma diversidade de classificações”.

Enquanto Rodrigues (2000), Campanhola e Graziano da Silva (2000), Tulik (2003), Bricalli (2005) e Zimmerman (2000), destacam que o turismo no espaço rural compõe uma atividade geradora de desenvolvimento econômico para o mundo rural, quer por si só, quer através da dinamização de muitas outras atividades econômicas que dele são tributárias e que, com ele, interagem. Por vezes, o turismo no espaço rural é empregado como sinônimo de turismo rural e compreendem todas as formas de turismo realizadas no espaço rural, incluindo, nesse conjunto, desde os componentes rurais e culturais até os naturais.

3.1 Conceito de turismo e seus diversos segmentos

O turismo como prática econômica tem ganhado importância no cenário nacional e possui diversas segmentações, entre as quais destacam-se atividades como o ecoturismo, o de aventura, o religioso, o cultural e, dentre outros, o turismo rural e o turismo no espaço rural. O espaço rural, que antes era concebido e estereotipado pelo atraso, recebe a sustentação para o desenvolvimento de atividades que contemplem a organização do meio rural com seus atributos físicos e culturais. Nesse viés, destaca-se a organização socioespacial da agricultura familiar como contributo para o turismo no espaço rural no Assentamento Facão.

O turismo é uma atividade econômica que passa por inovações e mudanças constantes, como forma de buscar adequação a um mercado consumidor cada vez mais segmentado e bem-informado. Trata-se de atividade propulsora de desenvolvimento socioeconômico, que contribui para a geração de emprego e renda, além de agir como um mecanismo distribuidor de riqueza e qualidade de vida às sociedades. Atualmente, a velocidade da informação e a competitividade acirrada têm impulsionado o surgimento e o aperfeiçoamento de novas formas de empreender essa atividade.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001, p. 38), o turismo compreende um conjunto de atividades que os indivíduos “[...] realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”.

Na esteira de Beni (2003), essa definição elucida a existência dos diversos tipos e perfis de turismo, que perpassam desde o turismo no espaço rural, o turismo cultural, o turismo de eventos e o turismo de negócios até o turismo científico, entre várias outras modalidades emergentes que concorrem para a compreensão da atividade turística. Além desses perfis, Graziano da Silva, Vilarinho e Dale (1998) ainda acrescentam o Turismo Ecológico ou Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Saúde e Turismo Esportivo.

Na conjuntura dessa prática econômica e social, Bauermeister (2010) menciona que o turismo se apresenta em muitos lugares como vetor impulsionador de economias locais.

A vida agitada da cidade faz com que as pessoas busquem o bem-estar físico e psicológico, praticando atividades voltadas à recreação/lazer e ao turismo nas suas horas de descanso. No Brasil, a valorização do turismo ocorreu a partir da década de 1990, considerando fatores como: o aumento da relevância econômica do setor de serviços no mundo, em que está inserido o turismo; a potencialidade turística do país; a disponibilização de capitais estrangeiros para financiamento de projetos e a posição favorável dos setores público e privado quanto ao desenvolvimento da atividade (SOUZA J., 2013).

Nesse segmento, cumpre destacar que o Estado brasileiro reconhece o turismo como fator de desenvolvimento do país (SEBRAE, 2013), uma vez que a Constituição de 1988 determina a promoção e o incentivo da atividade pelas três esferas de

Governo. Segundo informações apresentadas no Plano Nacional de Turismo 2013-2016, tal atividade econômica representa 3,7% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Convém ressaltar, no entanto, que, mesmo o turismo estando presente na Constituição Federal, a atividade só foi regulamentada juridicamente no Brasil 20 anos mais tarde, em 17 de setembro de 2008, por meio da Lei 11.771 (Lei Geral do Turismo), que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo (PNT), definindo as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico no país.

O turismo ganhou importância economicamente a partir do século XX, no que tange às relações social, cultural e ambiental e, certamente, é um conjunto de atividades que mais cresce no mundo diante da economia global. Quanto às conceituações e definições, o turismo exibe uma complexidade, o que, de certo modo, explicaria a dificuldade de fixar um conceito único que atenda aos seus diversos aspectos.

De acordo com Barbosa (2002), a palavra turismo teve sua origem no inglês *tourism*, originário do francês *tourisme*. Etimologicamente, a palavra *tour* (francês) é derivada do latim *tornare* e do grego *tornos*, significando um giro ou um círculo, ou, ainda, o movimento ao redor de um ponto central ou eixo. O significado mudou no inglês moderno, passando, segundo o autor, a representar especificamente um giro.

Ainda analisando o assunto, Mota (2001) atribui que a palavra “turismo” se origina na palavra francesa *tour*, que significa “volta”, e tem, no inglês, o mesmo valor *turn*, e no latim, *tornare*. De acordo com o que foi relatado por Mota (2001) e Andrade (2001), Moesch (2002) acrescenta que a raiz *tour* aparece documentada na Inglaterra no século XVIII e consta ainda adicionado em seu texto:

A etimologia da palavra permite identificar sua procedência latina *tornus* (torno) como substantivo, e *tornare* (redondear, tornear, girar) como verbo. A ideia de giro, de viagem circular, de volta ao ponto de partida, se deduz, claramente, de raiz comum, que origina *tornus* e *tornare*. Parece que o *turn* britânico, de 1746 – *to take a turn* – cedeu lugar, em 1760, ao *tour* que usamos até hoje, de influência francesa (MOESCH, 2002, p. 01)

Nota-se, que fica clara a atuação da palavra *tour* sobre “turismo”, visto que, atualmente, parte da população reporta-se à prática do turismo como “fazer um tour” e, ao ouvir esse termo, entende-se exatamente do que se trata. A partir da noção de

que o turismo pode ser compreendido e definido conforme situação vivida, Badaró (2003, p. 19) estabelece que:

O turismo, como ciência, tem sido tema de diversos estudos ao longo do século XX. Diferentes escolas europeias buscaram conceitos para o turismo, de acordo com as circunstâncias vividas no momento, calçando-os ora em aspectos econômicos, ora em aspectos sociais.

A consolidação do turismo, enquanto atividade econômica, também contribuiu para o novo cenário internacional, pois, de acordo com Ramos e Costa (2017, p.24), até a década de 1960, o turismo mundial é entendido principalmente como ato de atividades prazerosas.

Essa atividade está organizada por segmentação e são instituídos por identificação de certos grupos de consumidores caracterizados a partir das suas especificidades em relação a alguns fatores que determinam suas decisões, preferências e motivações, ou seja, a partir das características e das variáveis da demanda.

Os tipos de turismo são definidos a partir da oferta, e a identidade pode ser confirmada pela existência, em um território, de atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé), aspectos e características (geográficas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais), determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer).

Na perspectiva de desenvolvimento local e regional do município de Cáceres, o turismo, especificamente o rural, se apresenta como um caminho para complementação da pequena agricultura, uma vez que se diversifica a atividade agrícola, desenvolve novos serviços, valoriza a produção do homem do campo, gera rendimentos complementares à atividade primária, produz melhoria na infraestrutura e, de modo geral, coloca-se como fator de desenvolvimento socioeconômico e gera emprego e renda, sobretudo para a população local (BENI, 1998 p. 80).

No espaço urbano de Cáceres, encontram-se monumentos históricos como o Marco do Jauru, a Catedral (igreja matriz), a Praça Barão do Rio Branco, a casa do Daveron e Sematur (Secretaria Municipal de Turismo), como pode ser notado na Figura 4, entre tantos outros casarões tombados pelo patrimônio histórico.

Figura 3 – Principal ponto turístico de Cáceres



Fonte: Gislaiane Fernandes, 2022

No meio rural da área de estudo, há um conjunto de bens culturais (fazendas históricas), bem como elementos naturais que podem ser aqui explorados (Pantanal, Moraria), que é um clássico exemplo de turismo no espaço rural, cujas atrações são usufruídas pela sociedade cacerense e, por vezes, por turistas de outros lugares. Destaca-se ainda “uma flora constituída de matas, cerradões e savanas com espécies de cambará, lixeira, carandá e ipês, entre outras, que possuem alto potencial econômico e contemplativos” (NEVES, 2006, p 78).

De acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2008), o turismo rural é um conjunto de atividades desenvolvidas no campo, seja em pequena propriedade ou em assentamentos rurais que, comprometido com práticas sustentáveis, agrega valor a

produtos e serviços, resgata e promove o patrimônio histórico-cultural e natural do lugar.

3.2 Conceito de turismo no espaço rural e turismo rural

Esta subseção apresenta a contextualização do turismo no espaço rural, nacional e internacionalmente; caracteriza o espaço rural e o turismo no espaço rural brasileiro, apresentando suas subdivisões; e, por fim, conceitua o empreendedor rural, demonstrando as categorias de gestores/empreendedores que serão exploradas neste estudo.

O Assentamento Facão possui condições propícias para o desenvolvimento do turismo, especialmente com práticas de baixo impacto, nas práticas rurais desenvolvidas nas pequenas propriedades, enfim, há, na região, meios sustentáveis para o incremento dessa atividade no local.

O avanço da urbanização e da conseqüente globalização têm impulsionado a busca de lazer fora do meio urbano, e o turismo no espaço rural engloba modalidades que não se excluem, mas que se complementam, de tal forma que se constitui como a soma de ecoturismo, turismo verde, turismo cultural, turismo esportivo, agroturismo e turismo de aventura (OXINALDE, 1994, p. 16). Há até mesmo atrativos urbanos como opções a mais aos turistas que queiram pernoitar na cidade.

Nessa mesma direção, Tulik (2003 p. 31-32) sintetiza que essa modalidade de turismo que se refere “ao conjunto de atividades praticadas no espaço rural, consiste no aproveitamento turístico do conjunto de componentes existentes no espaço, incluindo aqueles basicamente rurais e culturais e elementos da natureza”.

Devido à prática do turismo no espaço rural estar em fase de organização e sistematização no Brasil, sua compreensão ainda é bastante complexa e necessita de profundas discussões e reflexões teórico-metodológicas, especialmente no campo da Geografia, que se designa a analisar, interpretar e compreender os processos e fenômenos que se manifestam no espaço e condicionam sua organização em arranjos socioespaciais no decorrer do tempo.

A partir das leituras realizadas em Zimmermann (2000), é possível mencionar que, para entender a prática do turismo no espaço rural, é indispensável conhecer e considerar a diversificação físico-ambiental do espaço rural, bem como a organização

cultural dos sujeitos que ocupam e organizam esse espaço e se há disponibilidades e interesses para a adoção de ideias e práticas modernas no espaço do assentamento.

Deve-se destacar o potencial turístico do município de Cáceres, além das características e domínios já ressaltados anteriormente, tais como o Pantanal, o Rio Paraguai, o Cerrado, e a Província Serrana, onde se encontram diversos pontos com grande potencial turístico. Outros pontos turísticos relevantes são: a Serra de Santa Bárbara, a Ponta do Morro, a Água Milagrosa, as fazendas históricas, como a Jacobina e o Descalvado, as ruínas das construções da Fazenda Facão, cachoeiras, cavernas e exuberantes praias de água doce. Enfim, são atrativos para diversos segmentos da atividade turística.

Criar segmentos é uma estratégia para alavancar o mercado-alvo e melhorar a relação custo-benefício na promoção do turismo, que regula a capacidade de recepção do destino e evita o desperdício de recursos. Pode-se dizer que segmentar consiste em dividir o mercado em conjuntos de consumidores com características semelhantes. Um desses grupos de consumidores é formado por pessoas que viajam ou se deslocam dos centros urbanos atraídas pelo que o turismo no espaço rural oferece. (BRASIL, 2003, p. 11)

O fluxo de pessoas por lugares distintos em diversos lugares e locais torna-se uma possibilidade de fonte de renda devido às possibilidades múltiplas de ações e incremento de produtos e serviços, conforme a demanda de cada local.

Muitos moradores urbanos viajam com o intuito de reencontrar suas raízes, interagir com a comunidade local, participar de suas festas tradicionais, desfrutar da hospitalidade e do aconchego nas propriedades, conhecer o patrimônio histórico e natural no meio rural, conviver com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das populações do interior, vivenciar novas experiências, buscar novos conhecimentos, saberes, descansar física e mentalmente, fugir da rotina da vida urbana e adquirir produtos típicos. Isso somado à necessidade que o produtor rural tem de diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos, pode explicar o crescimento do segmento de Turismo Rural no Brasil. (BRASIL, 2003, p. 12).

Encontrar um local de sossego é uma constância para muitas pessoas, porém tem crescido a busca por locais com atrativos diversificados, como aventura, contemplação, conhecimento de nova cultura ou grupo social. Nesse viés, o turismo rural tem crescido no Brasil.

O turismo rural nos últimos anos, tem surgido como uma prática capaz de promover a sociabilidade, a integração entre o rural e o urbano e a transformação socioeconômica, contribuindo para aliviar a pobreza no campo, sem descaracterizar a paisagem e a identidade da população local, o Turismo Rural passa a ser enaltecido em estudos e pelos governos. (BRASIL, 2003, p. 12).

No atual cenário, os empreendimentos voltados para o turismo precisam buscar a especialização de seus produtos e serviços para atender mercados cada vez mais segmentados e demandas cada vez mais específicas. Essas especificidades exercem influência direta no surgimento de novos tipos de turismo, dentre os quais, o Turismo no Espaço Rural (TER).

Segundo Candiotto (2010), a Europa começou a incentivar o turismo no meio rural a partir de políticas públicas da União Europeia na década de 1990, com base na preocupação com o futuro do espaço rural e no interesse pela expansão do segmento do TER. De acordo com Lane (2014), o TER teve seus primeiros registros nas vilas romanas expandidas pela Europa e, posteriormente, nos séculos XVIII e XIX, nas mansões rurais, até estabelecer-se como atividade econômica no século XXI.

Candiotto (2010) acrescenta que a popularização mundial da prática do TER ocorreu a partir do período pós-guerra. Conforme o autor, ao final da Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento econômico promovido pela industrialização e pelas conquistas trabalhistas (férias, redução da jornada de trabalho e décimo terceiro salário), nos países europeus, impulsionou a expansão do TER no continente, transformando-o em uma atividade econômica promissora e com vários incentivos em países como França, Espanha e Itália.

Santos (2008) afirma que o TER surgiu no contexto mundial como forma de renovar as atividades econômicas do meio rural. Segundo a autora, a partir de 1950, foi implementado nos países da Europa Central e do Norte e, em anos posteriores, por volta de 1970, em países do sul da Europa e América do Norte. Somente na década de 1980 surgem as primeiras atividades de TER no Brasil, sob forte influência da experiência europeia e norte-americana. No entanto, apenas a partir dos anos 1990 o TER despertou o interesse do poder público, que começou a incentivar os empreendimentos rurais a ofertar produtos turísticos no espaço rural.

Importa ressaltar que, mesmo com as diferenças observadas em relação às características socioeconômicas, culturais e da estrutura agrária, os

empreendimentos de TER, no restante do mundo, seguiram os modelos de países europeus, com destaque para França, Espanha, Itália e Portugal (TULIK, 2010).

De acordo com Giuliani (1990), o neorruralismo apresenta-se com a concepção de que uma série de valores típicos do antigo mundo rural passa por um revigoramento e começa a ser valorizado por pessoas da cidade. Na França, o TER foi oficializado em 1950, mas somente a partir de 1970 ganhou notoriedade por meio do processo de retorno ao campo, denominado neorruralismo.

Nessa linha, Santos (2008, p. 44) afirma que “a França é pioneira nos estudos e discussões sobre o TER na Europa, considerando o declive que as áreas rurais sofreram após a Segunda Guerra Mundial, bem como a necessidade de conservação dos recursos naturais”.

Em relação ao pioneirismo da França na promoção do TER, Graça (2001) destaca que:

[...] a filosofia do TER europeu inspirou-se no modelo francês bem expresso no *Manifeste de Tourisme en Espace Rural*, publicado em 1972, um ano depois de ter sido criada a Associação *Tourisme en Espace Rural* - a primeira no gênero. Esse manifesto preconizava a complementaridade entre a agricultura, o turismo e o artesanato; a necessidade de contribuir para a proteção do ambiente e para a conservação do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural; a promoção da cooperação de base local; a animação local assentada na autenticidade rural e a comercialização de produtos específicos sujeitos a uma imagem de marca. (GRAÇA, 2001, p. 38).

Ainda de acordo com Santos (2008), na Itália o TER começou a se desenvolver na década de 1960, quando teve início a recessão agrícola, caracterizada por muitas propriedades ociosas no meio rural. Os proprietários rurais começaram, então, a receber turistas em suas propriedades como forma de complementação de renda.

Na Espanha, o desenvolvimento do TER partiu da própria comunidade, por volta da década de 1970, período em que a agricultura estava desordenada e sem diversificação. As iniciativas de TER foram denominadas de Turismo em Áreas Rurais (TARS). Nesse sentido, “desenvolveram-se diversos complexos hoteleiros destinados ao lazer, estética e negócios nas áreas rurais, sendo poucas as propriedades produtivas envolvidas nesse ramo de atividade” (SANTOS, 2008, p.28).

Em Portugal, o TER se consolidou nos anos 1980, quando a crise do setor agrícola se tornou insustentável com a obsolescência da infraestrutura, a falta de inovação tecnológica, o envelhecimento dos produtores agrícolas e a ausência de sucessão familiar. O TER, cujos principais objetivos foram “melhorar o nível de vida

da população, proteger e valorizar o patrimônio cultural, corrigir as diferenças regionais e conservar o equilíbrio do meio rural” (SANTOS, 2008, p.49), se fortaleceu como alternativa para complementar a renda e salvar a pequena agricultura familiar italiana, assim como em outros países da Europa como os já citados, França, Itália, Espanha e Portugal.

Mazuel (2000) explica como são as atividades turísticas no espaço rural francês e na União Européia:

Há uma França rural preservada e autêntica, fundada no patrimônio rural construído, nos recursos naturais, antigas práticas agrícolas, um conhecimento local e um estilo de vida próprio do meio rural. [...] mas também com alusão a exemplos de outros países europeus, que experimentaram exatamente a mesma evolução condicionada da demanda de um cliente europeu desejoso em se integrar à vida rural. A este respeito, os ingleses e os escandinavos anteciparam-se aos franceses (MAZUEL, 2000, p. 95).

De acordo com Tulik (2003), durante a década de 1980, em decorrência dos problemas estruturais nas propriedades rurais, como os baixos preços dos produtos agrários e a redução do protecionismo, houve um incremento do turismo no espaço rural europeu, passando a ser visto como alternativa de renda.

Nesse contexto, destacam-se as iniciativas da Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural – LEADER I (1991-1994), LEADER II (1995-1999), e LEADER+ (2000-2006), lançadas pela União Europeia e coordenadas pela Direção Geral de Agricultura. Candiotto (2010, p. 7) ressalta que:

Procurando diversificar as economias rurais, a União Europeia passa a direcionar recursos para atividades agrícolas e não agrícolas em seu espaço rural. Desta forma, aspectos como a ênfase nas múltiplas funções do espaço rural (produção agropecuária e agroindustrial; segurança alimentar; conservação ambiental, paisagística e cultural; manutenção do tecido social rural); o enfoque multidisciplinar do território para além do setorial (agrícola/rural) que valoriza o uso integrado dos recursos e a diversificação das economias locais; e, a participação da população no planejamento e gestão de base local, são elementos que passam a fundamentar as políticas públicas de desenvolvimento rural na Europa, a partir da década de 1990.

Dessa forma, “o espaço rural europeu teve sua diversificação econômica impulsionada pela implantação das iniciativas dos Programas LEADER”, destinados a promover o desenvolvimento de áreas rurais deprimidas dos Estados-membros da União Europeia. “No programa de Turismo Rural se inserem o Turismo Cultural, o

Turismo de Aventura e o Ecoturismo”. (TULIK, 2003, p. 35). A partir daí, “o turismo começou a ser visto como uma ferramenta de revitalização do interior e das comunidades rurais, fator que promoveu o desenvolvimento do turismo rural europeu” (VERBOLE, 2002, p.59).

Essa experiência europeia bem-sucedida incentivou a promoção do turismo como atividade econômica viável para o meio rural em diversos países. A partir da década de 1990 – período em que o fenômeno da pluriatividade cresceu no espaço rural –, firmou-se a concepção de multifuncionalidade do agricultor e da agricultura e aumentou o interesse dos agentes turísticos e da população urbana pelo rural e suas peculiaridades. Assim, o TER passou a ser considerado “alternativa de emprego, renda e de desenvolvimento para o espaço rural” (CANDIOTTO, 2010, p. 7), associando:

[...] os aspectos físicos da região, com as do turismo rural (do ecoturismo e de outras modalidades) como atividades potencialmente promotoras do desenvolvimento sustentável. O interesse da sociedade urbana pelo ambiente e pela cultura rural também se apresenta como um dos grandes argumentos para o crescimento do turismo rural, e, conseqüentemente, para a revitalização do espaço rural (CANDIOTTO, 2010, p. 7).

Além das dificuldades econômicas dos agricultores e da agricultura em todo o mundo, o apelo ambiental de usos de menor degradação dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável, popularizado no início da década de 1990, contribuíram para a consolidação da ideologia do turismo no espaço rural.

Na América do Norte, os Estados Unidos (EUA) são um exemplo da grande influência das experiências europeias na implementação do TER. Na década de 1970, o TER iniciou-se com os fazendeiros que ofereciam hospedagem em seus ranchos para os caçadores e pescadores que chegavam à região durante a temporada desses esportes. Tais ranchos estavam “situados em lugares distantes, sem infraestrutura, mas com caça e pesca abundante e de qualidade” (GRAZIANO DA SILVA; VILARINHO; DALE, 1998, p. 1166).

Aos poucos, a demanda por esse tipo de hospedagem intensificou-se, e os rancheiros começaram a ofertar uma variedade de serviços, tornando-se uma atividade geradora de lucro e renda para as localidades. Nesse contexto, sob a denominação de *farm-houses* e *country resorts*, os empreendimentos ofereciam

hospedagem, alimentação e atividades de lazer na área rural, além dos *countries spas*, voltados para saúde e bem-estar (SANTOS, 2008).

No que concerne à nomenclatura, Turismo Rural (TR) é muitas vezes empregado como sinônimo de Turismo no Espaço Rural (TER) ou Turismo nas Áreas Rurais (TAR), expressões muito utilizadas nos países europeus. Alguns autores afirmam, no entanto, que o TR (turismo ligado sobretudo às atividades agrícola e pecuária) é apenas uma tipologia dentro do TER, enquanto este abarca todos os tipos de atividades turísticas desenvolvidas no espaço rural (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000; TULIK, 2003, 2010).

Nessa linha de pensamento, torna-se mais apropriado utilizar a expressão turismo no espaço rural para referir-se à totalidade dos movimentos turísticos desenvolvidos no espaço rural ou em áreas rurais e utilizar a expressão turismo rural para designar atividades que “em maior medida se identificam com as especificidades da vida rural, seu *habitat*, sua economia e sua cultura” (GRAZIANO DA SILVA; VILARINHO; DALE, 1998, p. 114).

No Brasil, a partir de 2004, o Governo Federal adotou o conceito de turismo no espaço rural. Segundo Candiotto (2010), por meio de um documento do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar, o Governo brasileiro estabeleceu que o TER englobaria todos “os equipamentos localizados na área rural que desenvolvem atividades de lazer, recreação, esportivas, de eventos, não apresentando, necessariamente, vínculo com a produção agropecuária e a cultura rural”. (BRASIL, 2004, p. 7).

Desse modo, na presente pesquisa, adota-se a denominação Turismo no Espaço Rural (TER), abrangendo todos os tipos de turismo desenvolvidos no espaço rural brasileiro, ligados ou não a atividades agropecuárias.

Posteriormente, no documento do Ministério do Turismo (MTur) “Turismo Rural: Orientações Básicas” (BRASIL, 2010, p.17), foi apresentado o conceito de Turismo no Espaço Rural, que será adotado por esta dissertação, em que o TER é compreendido como:

Todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste em atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: Turismo Rural, Turismo Ecológico ou Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Negócios, Turismo de Saúde, Turismo Cultural, Turismo Esportivo, atividades estas que se complementam ou não.

O documento afirma, ainda, que o espaço rural pode ser entendido como um recorte geográfico no qual o Turismo Rural está inserido. Dessa forma, várias atividades turísticas que ocorrem nesse meio, de acordo com os Municípios de Interesse Turístico (MIT) “não são, necessariamente, Turismo Rural, e sim atividades de lazer, esportivas, ou ócio de cidadãos, que ocorrem alheias ao meio em que estão inseridas”.

Segundo o documento Retrato do Turismo Rural (SEBRAE, 2013), o turismo no espaço rural surgiu oficialmente, no Brasil, no município de Lages-SC, no ano de 1993, quando da reunião da Comissão Municipal de Turismo de Lages, cujo objetivo foi impulsionar atividades de complementação de renda nas propriedades rurais, considerando a crise no setor agrícola.

O grande marco regulatório da atividade no Brasil data de 1998, no I Congresso Internacional de Turismo Rural, realizado em Santa Maria (RS), no qual deu origem à Carta de Santa Maria, que “tem o mérito de reconhecer o turismo no espaço rural como atividade socioeconômica relevante para os produtores rurais e aponta a necessidade de normatização específica, de capacitação e de associações e parcerias” (SEBRAE, 2013, p.13).

Em seu estudo *El Turismo Rural em lãs Américas y su contribución a la creación de empleo y a la conservación del patrimonio*, apresentado em Assunção, no Paraguai, no ano de 2003, a OMT (2003) descreve o turismo no espaço rural como um segmento turístico em ascensão, com grande potencial de contribuição para o desenvolvimento socioeconômico dos países. Segundo estatísticas do referido estudo, cerca de 3% dos turistas do mundo, à época, orientavam suas viagens para o TER; além disso, o segmento apresentava um crescimento anual de 6%, fato que, desde lá, fazia o turismo no espaço rural despontar como nova tendência global.

De acordo com as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural (BRASIL, 2003), o caráter dinâmico da atividade turística, associado à necessidade de promoção do desenvolvimento socioeconômico, concorre para o surgimento de novos segmentos turísticos e, nesse contexto, o TER vem despontando de forma promissora e com grande potencial em vários países. No Brasil, é relevante o número de propriedades rurais que têm incorporado atividades turísticas em suas rotinas, trazendo à baila o TER como promotor de benefícios, tanto para o turista, que encontra

nele uma opção de lazer, como para o empreendedor rural, que o reconhece como uma significativa e viável oportunidade para complementação da sua renda.

3.3 Caracterização do espaço rural e o TER brasileiro

Nos últimos anos, o espaço rural brasileiro vem passando por profundas mudanças, impulsionadas pela modernização agrícola e pela implementação de novas atividades econômicas em seu interior, o que vem restringindo a agricultura camponesa. A forma autoritária e financeira de modernização agrícola voltada à produção para exportação tem levado a uma sequência de situações desastrosas, como a expulsão do campo, a dificuldade na reprodução sociocultural camponesa, ao êxodo rural e ao esvaziamento do campo.

Pensar sobre as tendências do “novo mundo rural” requer que se volte o olhar para essa realidade que, ao mesmo tempo em que tem colocado uma classe da sociedade com o que há de mais moderno na agricultura e pecuária, contraditoriamente, deixa outra, como os agricultores familiares, ou seja, a maioria dos produtores rurais, cada vez mais distantes de tais inovações.

É essa categoria que se apresenta cada vez mais próxima do limite de sobrevivência que, atualmente, tem merecido maior preocupação por parte dos impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira, políticas governamentais, tendo em vista o desenvolvimento local sustentável no contexto de um “novo mundo rural”.

Entretanto, parece ser uma utopia buscar o desenvolvimento local sustentável ao se pensar que muitos agricultores familiares são privados até mesmo das condições dignas de sobrevivência. Nas últimas décadas, percebe-se um reordenamento do espaço, podendo-se dizer que, do ponto de vista da organização das atividades econômicas, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos, com as atividades de agricultura e da pecuária, pois no campo, como aponta Santos (2000, p. 88), “[...] se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações”.

No Brasil, a história agrícola está ligada à história do processo de colonização no qual a dominação social, a política e a econômica da grande propriedade foram privilegiadas. Assim, a grande propriedade impôs-se como modelo socialmente

reconhecido e recebeu estímulos expressos na política agrícola, que procurou modernizar e assegurar sua reprodução, “podendo-se concluir que a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira” (WANDERLEY, 1995, p. 10).

Ao tratar da modernização da agricultura brasileira, a literatura aborda as atividades econômicas ligadas à agropecuária, ou seja, as grandes marcas dessas fases, evidenciando que a produção serve como instrumento de transformação do espaço que trouxe ora prosperidade, ora decadência.

Nos últimos anos, principalmente com a evolução do meio técnico-científico-informacional, impulsionado pelo movimento da globalização, os discursos que tratam das atividades econômicas, dentre elas as do campo, como meio de desenvolvimento de regiões as quais sofreram com os resultados do desenvolvimento desigual, promoveram a modernização da agricultura.

A concentração fundiária e o êxodo rural, como resultados de uma agricultura moderna, comprometeram a permanência de agricultores tradicionais, que buscaram alternativas para a sua manutenção. Dessa forma, o turismo, uma das atividades não agrícolas que, gradativamente, se multiplica no campo, conferindo também a esse espaço acentuado grau de urbanização, passa a ser apontado como atividade alternativa de renda de áreas rurais menos favorecidas. É preciso, contudo, compreender que o turismo, enquanto prática econômica e social que ocorre no espaço, também se coloca como mais um dos desdobramentos do capitalismo no campo e, pautado nas relações de consumo, transforma em mercadoria o espaço e tudo o que está contido nele. (TEIXEIRA, 2016, p.60)

Nesse sentido, Tulik (2004), ao tratar do Turismo em Espaço Rural (TER), utiliza a seguinte classificação: turismo alternativo; turismo no espaço rural/turismo na área rural; turismo em áreas rurais e naturais; turismo na natureza; turismo cultural; agroturismo; turismo rural. Graziano da Silva (2002) cita o agroturismo como alternativa de renda para a família camponesa. Tulik (2004) diferencia o turismo rural do agroturismo, o que nos chama mais a atenção no esforço de esclarecer as características particulares dessas duas modalidades. Descreve o turismo rural como uma atividade que deve estar ligada aos bens materiais e imateriais do campo, como exemplo, a paisagem rural, a gastronomia, músicas, danças etc.

A autora compreende, porém, que essa modalidade de turismo no campo hoje se manifesta na sua maioria por meio de hospedagem que acaba por reproduzir estruturas e entretenimentos urbanos, a saber: os hotéis-fazenda, spas, parques

aquáticos e discotecas. Por sua vez, o agroturismo, para a geógrafa, que representa, ao lado do turismo rural, uma das modalidades dentro do turismo no espaço rural, se define como atividade que deve se realizar como alternativa de renda dentro de determinada propriedade agrícola que baseia sua produção no trabalho familiar, em que o proprietário está sempre presente e o turista participa das atividades agrícolas e/ou pecuárias realizadas no local. Para Froelich, ambas indicam:

[...] uma demanda turística particular e um fenômeno incomum até há pouco: a valorização como atração/espetáculo de uma situação social e de uma atividade, a 'agricultura tradicional, consideradas como atraso e arcaísmo pelo discurso de modernização da agricultura, o qual se propunha a eliminá-la (FROELICH, 2000, p. 6).

Conforme Cruz (2001), a presença de turistas nesses empreendimentos é a solução encontrada para adequar as novas formas de atividades não rurais que se fortaleceram e surgiram com a modernização da agricultura, ampliando para outras formas de gerar renda, como o turismo em espaço rural por meio de atrativos da beleza cênica local e das atividades cotidianas, como ordenhar e andar em cavalos, por exemplo. Ocorre que a produção de todo esse espetáculo, de toda a infraestrutura para reorganizar o espaço a ser consumido, é resultado de uma exigência da demanda turística.

Nesse contexto, não raro, é possível encontrar discursos em documentos públicos, na mídia, dentre outros veículos de informação, que o turismo cresce como atividade econômica, podendo ser vetor de desenvolvimento em regiões menos favorecidas.

Segundo o Ministério do Turismo (2008), a atividade turística praticada no campo pode auxiliar no desenvolvimento econômico e social, valorizando os patrimônios e os produtos locais. Ao mesmo tempo, o Ministério ressalta que é necessário tomar uma série de medidas para estruturar, desenvolver, promover e comercializar adequadamente o atrativo turístico.

Nessa perspectiva, Paiva, Schattan e Freitas (1976, p. 01) afirmam que: "O desenvolvimento econômico do Brasil foi marcado por períodos algumas vezes nítidos de prosperidade, advindo da exportação de determinados produtos e de depressão subsequente ao desaparecimento ou perda de mercado do mesmo".

Questões ambientais, como desmatamento, queimadas, incentivo a práticas voltadas a monocultura de grandes latifundiários, comprometem a competitividade de

pequenos produtores em permanecer no campo, uma vez que encontram maiores entraves em conseguir linhas de crédito e financiamento para investimento e manutenção de sua propriedade e produção, pois se trata, geralmente, de uma variada e diversificada quantidade de espécies alimentícias produzidas, que geram ao longo do ano um valor relativamente baixo, não sendo atrativo para as empresas que fornecem crédito.

Outras atividades não agrícolas, como o turismo no espaço rural, surgem como alternativa para equilibrar o orçamento e encontrar alternativas para continuidade ou permanência no campo. Mesmo havendo aqueles que preferem seguir para centros urbanos, muitos persistem e resistem às pressões e impactos ambientais, sociais e econômicos. Surgem muitas ramificações e atividades que não apresentam uma característica especificamente rural, mas que se apresentam como possibilidades, se expandindo em todo o interior do Brasil.

Em relação à demanda por essas novas atividades do TER, Solha (2019, p. 629) afirma que “não se trata somente de um movimento de retorno daqueles que de alguma forma viveram ou tem profundas relações com o campo, mas de moradores urbanos na busca de um estilo de vida saudável e equilibrado”. Assim, esse novo cenário rural brasileiro abarca o que alguns pesquisadores classificam como “novas ruralidades” (GRAZIANO DA SILVA, 2002; CARNEIRO; TEIXEIRA, 2004). Por ruralidades, entende-se o:

[...] valor que a sociedade contemporânea concebe ao rural e que contempla as características mais gerais do meio rural: a produção territorializada de qualidade, a paisagem, a biodiversidade, a cultura e certo modo de vida, identificados pela atividade agrícola, a lógica familiar, a cultura comunitária, a identificação com os ciclos da natureza (BRASIL, 2010 p.17).

Dessa forma, o espaço rural brasileiro, contemporaneamente, não pode ser reduzido unicamente à produção de mercadorias agrárias e oferta de mão de obra. Graziano da Silva (2002, p. 28) ressalta que, além de o espaço rural “poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, [...], oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas”.

Constata-se, então, uma grande potencialidade do espaço rural na promoção do desenvolvimento local e regional por meio da geração de emprego e renda. Nessa linha, emerge o conceito de “pluriatividade”, que possibilita a junção das atividades agrícolas com outras que geram ganhos monetários e não monetários,

independentemente de serem internos ou externos à exploração agropecuária (GRAZIANO DA SILVA, 2002).

De acordo com Schneider, 2003, p. 367:

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar [...].

Seguindo essa ótica, Graziano da Silva (2002, p. 07) aponta quatro grandes grupos de atividades que constituem o que atualmente pode ser denominado como “Novo Rural” brasileiro:

- a) uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias, que vem sendo chamada de o *agribusiness* brasileiro;
- b) um conjunto de atividades de subsistência que gira em torno da agricultura rudimentar e da criação de pequenos animais, que visa primordialmente manter relativa superpopulação no meio rural e um exército de trabalhadores rurais sem-terra, sem emprego fixo, sem qualificação, os sem-sem [...], que foram excluídos pelo mesmo processo de modernização que gerou o nosso *agrobusiness*;
- c) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e
- d) um conjunto de "novas" atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercados.

Nesse contexto, o TER enquadra-se no grupo “c” das atividades acima descritas. Segundo o documento Turismo Rural: Orientações Básicas (BRASIL, 2010), as atividades turísticas no espaço rural são, de modo geral, constituídas pela oferta de serviços, equipamentos e produtos turísticos de hospedagem, alimentação, agenciamento, transporte, recepção à visitação em propriedades rurais, recreação, entretenimento e atividades pedagógicas voltadas ao contexto rural, além de eventos e outras atividades que emergem da visitação. Beni (2007, p. 471) assim define as características do turismo no espaço rural no Brasil:

Em termos de permanência e de utilização de equipamentos, tanto pode apresentar instalações de hospedagem em casas de antigas colônias de trabalhadores e imigrantes dos distintos períodos agrários do Brasil, bem como em sedes de fazendas e casa de engenho dos ciclos do café e da cana-de-açúcar, que tipificam o patrimônio histórico-arquitetônico e étnico-cultural de muitos estados brasileiros, quanto também em propriedades modernas, complexos turísticos e

hotéis-fazenda, particularmente voltados aos turistas que buscam lazer e recreação em atividades agropastoris.

Convém ressaltar que o fenômeno do “novo rural”, caracterizado, sobretudo, pela pluriatividade, está sendo responsável pela reestruturação da agricultura. A pluriatividade faz com que a agricultura seja convertida em atividade de tempo parcial, tendo em vista que as propriedades rurais têm diversificado suas fontes de renda por meio da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas.

Marafon e Ribeiro (2006, p. 117) ratificam essa afirmação, apontando que a pluriatividade pode ser compreendida como estratégia de sobrevivência do espaço rural brasileiro, que o transforma em uma “unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração”.

Nesse contexto, constata-se que o espaço rural brasileiro começou a ganhar novas dinâmicas econômicas a partir da década de 1990. Além das atividades agropecuárias e agroindustriais, foram incorporadas novas funções e tipos de ocupações. Graziano da Silva (2002) aponta algumas dessas transformações: proliferação dos pesque-pagues, hotéis-fazenda e chácaras de fim de semana; surgimento dos condomínios rurais fechados habitados por um segmento crescente da classe média alta; desenvolvimento de atividades de preservação e conservação do meio ambiente (ecoturismo, parques estaduais e estações ecológicas) e propagação de profissões tipicamente urbanas em função da urbanização do trabalho rural.

Nessa ótica, o TER vai ao encontro da necessidade de atendimento de demandas específicas de um determinado segmento de consumidores e estão dentro das funções de preservação e conservação do meio ambiente, apontado por Graziano da Silva.

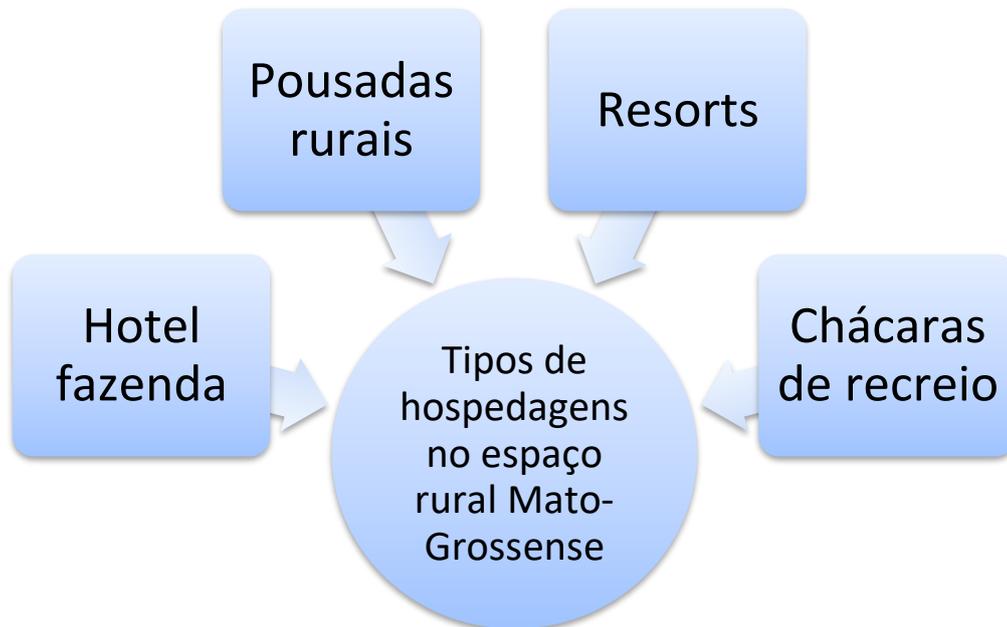
Em um estudo realizado no final dos anos 1990, Roque e Vivian (1999) apresentaram particularidades pertinentes à introdução das atividades turísticas no espaço rural brasileiro. Os autores descreveram algumas características de estados nos quais essa modalidade de Turismo despontou:

No Rio Grande do Sul, encontramos nos municípios da “Quarta Colônia”, uma região rica em tradição e cultura, com uma programação de lazer ligada à natureza e às áreas rurais. Na região Sudeste, todos os Estados participantes têm características

adequadas para a implantação de atividades do turismo no espaço rural. O Estado de São Paulo apresenta-se com seu interior rico e próspero para atividades turísticas, possuindo cidades como, Amparo, São José do Barreiro, Mococa (com belas e antigas fazendas), além de outras, que permitem que este seja um dos Estados que apresentam maiores aptidões para a implantação desta atividade. Minas Gerais demonstra peculiar vocação para as rotas do “Agroturismo”, como as rotas da cachaça, do queijo, das flores, valorizando sua riqueza rural, juntamente à grandes empreendimentos empresariais voltados para hotéis-fazendas que utilizam como estratégia de ativação, os valores históricos e arquitetônicos que muitas propriedades ainda mantêm *[sic]*. O Espírito Santo vem demonstrando um grande desenvolvimento do turismo no espaço rural, principalmente na região de montanha, como na cidade de Afonso Cláudio, Venda Nova do Imigrante e região. Este Estado prima pela vocação das propriedades adeptas ao “Agroturismo”, sem a implementação da hospedagem no ambiente rural. No Rio de Janeiro, encontramos a “Rota do Café” na região de Vassouras, com seus casarios coloniais de forte apelo histórico e a “Rota da Truta” nas regiões serranas. No Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, verifica-se o “Ecoturismo”, “Hotéis-Fazendas” e “Pousadas-Rurais”, nas regiões do Pantanal. Na Bahia observa-se a ‘Rota do Cacau’, que consorcia grandes fazendas cacauceiras com atividades turísticas e, em Pernambuco, identifica-se o ‘Roteiro dos Engenhos’ (ROQUE; VIVIAN, 1999, p. 4-5).

De acordo com os autores, Mato Grosso apresenta um turismo ligado ao ecoturismo, com hospedagens em hotéis-fazendas e pousadas-rurais, nas regiões do Pantanal, mas também em outras áreas. A partir dessas observações, Roque e Vivian (1999, p. 5) constataram que a peculiaridade do turismo no espaço rural brasileiro pode ser entendida como a “procura pela preservação e conservação do ambiente rural, desenvolvendo as bases locais e valorizando a cultura e o regionalismo, permitindo a integração do visitante com a história local”. As várias tipologias (Figura 4 e Quadro 1), que podem ocorrer pela arquitetura, pelas atividades do campo, pelas comidas e objetos típicos, pelas fotografias, entre outros, permitem que o turista tenha a possibilidade de interação.

Figura 4: Tipologias de hospedagens no espaço rural mato-grossense



Organização: FERNANDES, Gislaine, 2022.

Quadro 1 – Tipologias do turismo no espaço rural/meios de hospedagem

Tipologias	Definições encontradas na literatura
Hotéis-fazendas	“Propriedades inseridas no espaço rural, relacionadas ou não com atividades agropecuárias”, que podem ser caracterizadas pela sua estratégia de ação quanto ao grande investimento financeiro inicial para a adaptação ou construção de suas instalações para pernoites, voltadas para o turismo no espaço rural. Além disso, nota-se a “presença de pessoal qualificado, consciente de seu papel” de prestadores de serviço. Outro fator observado é o interesse por determinados “nichos de mercado”, mantendo “atendimento diferenciado a grupos de idosos, ou, em alguns casos, grupos de jovens, excursões, recebimento de pequenos grupos, grupos empresariais e famílias” (ROQUE; VIVIAN, 1999, p. 15)
Pousadas Rurais	Representam a versão contemporânea daquelas hospedarias do passado em que se podem conjugar “o aconchego de um lar e a isenção de tarefas domésticas proporcionadas pelos hotéis. [...] É um meio de hospedagem mais acessível, sem que isso signifique ausência de conforto ou charme” (SOARES, 2007, p.173).

Resorts	Tipo de hotel destinado a turistas em férias, portanto, de lazer, conjugado a um ou mais atrativos naturais que objetiva a valorização do “descanso e a distração mediante a associação de seu equipamento convencional com a oferta diferencial representada por bens do meio ambiente (cachoeira, ar puro, bosque, fonte de água, praias, esportes aquáticos etc.)”. Desse modo, “é um tipo de estabelecimento hoteleiro que oferece atrativos além do chamado indoor: atrativos da natureza”. (PELLEGRINI FILHO, 2000, p. 129)
Chácaras de Recreio	Pequenas “áreas de terra destinadas ao lazer de famílias de classe média urbana”, geralmente inferiores a 2 hectares (o hectare é o menor módulo rural), “localizadas nas periferias dos grandes centros urbanos, na orla marítima ainda não densamente povoada ou em áreas próximas a rios, lagos, represas ou reservas florestais, e com fácil acesso através das principais rodovias asfaltadas do País” (GRAZIANO DA SILVA; VILARINHO; DALE, 1998, p. 135-136)

Organização: FERNANDES, Gislaine, 2022.

Analisando as tipologias de turismo que podem ser desenvolvidas no espaço rural, percebe-se a variedade de oportunidades que podem ser exploradas pelos gestores de TER. No entanto, no Brasil, muitas são as limitações que ainda impedem gestores de aproveitar essas oportunidades e garantir a sustentabilidade do negócio, na qual Sandeville Jr. (2002) destaca algumas, como a falta de planejamento e gestão, a baixa capacidade econômica da população e a dificuldade de acesso a informações.

Nesse segmento, torna-se necessário o desenvolvimento de novos instrumentos de análise para serem utilizados pelos gestores de TER no Brasil, com o intuito de promover a autoavaliação de suas fragilidades ou o desenvolvimento e potencialização de seu perfil empreendedor, além de impulsionar o fomento de políticas públicas voltadas à capacitação profissional desse público, respeitando suas peculiaridades.

Esse processo pode ocorrer com êxito no espaço rural desde que os gestores rurais utilizem sua criatividade, capacidade inovadora e determinação para explorar as oportunidades que se apresentam, particularmente no segmento do turismo, e não tenham medo de assumir riscos calculados. Dessa forma, poderão implementar estratégias que promovam o aumento da renda e a geração de emprego, contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde estão inseridos.

De acordo com Beni (1998 p. 80), uma vez que esse turismo diversifica a atividade agrícola, desenvolve novos serviços, valoriza a produção do homem do campo, gera rendimentos complementares à atividade primária, produz melhoria na infraestrutura e, de modo geral, coloca-se como fator de desenvolvimento socioeconômico e gera emprego e renda, sobretudo para a população local.

O turismo no espaço rural, como prática econômica, poderá se apresentar como um caminho para complementação da pequena agricultura, pois a agricultura familiar colabora para a geração de renda e emprego no campo e ainda melhora o nível de sustentabilidade das atividades no setor agrícola. Além do mais, a qualidade dos produtos é superior aos outros convencionais. No entanto, é necessário que os proprietários conheçam as novas tendências de gestão empreendedora para atividades não agrícolas.

3.4 Gestores rurais no contexto do TER brasileiro

No contexto das transformações ocorridas no espaço rural nos últimos anos, decorrentes do fenômeno da pluriatividade, torna-se fundamental entender que os assentados em propriedades rurais têm a oportunidade de desenvolver e aprimorar características do perfil empreendedor. Por outro lado, existem os que preferem manter os modos de vida do campo tradicional, sem mudanças, por inúmeros motivos, como por acreditar que está dando certo a forma como utiliza o espaço geográfico, ou por temer algo que cause prejuízo ou endividamento.

Dessa forma, o novo rural, construído a partir das experiências da oferta de novos produtos e serviços aos consumidores, desperta a necessidade da presença de indivíduos com perfil diferenciado, que não tenham medo de correr riscos calculados (KNIGHT, 1921; CAIRD, 2013), que visualizem oportunidades (KIRZNER, 1979; FOSS; KLEIN, 2007), que apresentem necessidade de realização (MCCLELLAND, 1961, 1972, 1987), impulso e determinação para empreender (CAIRD, 2013), entre outras características comuns aos empreendedores de sucesso, que, na maioria das vezes, somente são analisadas e incentivadas no espaço urbano. De acordo com Arnold (2011, p. 17):

O empreendedorismo rural pode ser considerado como uma das alternativas para a agropecuária. A situação que se busca é contar com empresas “comerciais” no campo, ou seja, aquela que pratica a

compra e venda de produtos e serviços, através do ato de comércio e tendo por objetivo o lucro. Para tanto, o produtor rural precisa desenvolver as necessárias competências empresariais e desenvolver características empreendedoras. A capacidade de empreender está relacionada às características do indivíduo, aos seus valores, modo de pensar e agir.

Assim, constata-se que os gestores com espírito empreendedor não é algo exclusivo do espaço urbano ou de grandes centros econômicos; apresenta-se cada vez mais presente no espaço rural contemporâneo, apesar do pensamento errôneo a respeito da economia rural, de que se restringe à agropecuária, sobretudo, ao modelo do agronegócio como sucesso garantido.

Convém destacar que o espaço rural brasileiro vem recebendo tanta importância no processo de desenvolvimento socioeconômico das regiões que “hoje vários gestores brasileiros acreditam que a solução para muitos problemas sociais brasileiros (desemprego, inclusão social, habitação, melhorias na qualidade de vida) pode estar no meio rural” (ARNOLD, 2011, p.29).

Nessa linha, Schneider (2003) afirma que as novas atividades rurais têm contribuído com o desenvolvimento do empreendedorismo rural, pois a pluriatividade tem favorecido o reconhecimento das atividades não agrícolas como fatores relevantes para o aumento da renda e a geração de emprego no espaço rural. Dentre essas, destaca-se o turismo, que vem se tornando uma estratégia altamente positiva para a manutenção das famílias rurais no campo, promovendo a sustentabilidade de seus empreendimentos. A esse respeito, Arnold (2011, p. 29) assevera:

Hoje o Brasil rural precisa ser visto de maneira diferente, não apenas como aquele espaço voltado à atividade agropecuária, mas como uma nova dimensão socioeconômica, cuja principal inovação ocorre pela oferta de bens considerados como não tangíveis de novos produtos. Essas mudanças trazem consigo um conjunto de exigências sobre o agente no processo de decisão-ação, quer seja na condução do negócio agropecuário, quer na exploração de novas oportunidades que surgem a partir de uma nova dinâmica nas relações cidade-campo e campo-cidade.

Nessa nova dinâmica do espaço rural brasileiro, Corsino e Mariano (2021) abordam as questões sobre empreendedores de turismo no espaço rural (Empreter) onde pode ser utilizado como um instrumento de autoanálise de perfil empreendedor para gestores das atividades de turismo no espaço rural brasileiro. Nesse caso, podem-se destacar alguns grupos de Gestores de empreendimentos de TER (Figura 4) identificados em quatro grupos:

1. Os agricultores familiares que incorporaram o TER às atividades agropecuárias de suas propriedades com o intuito de aumentar a renda da família, no qual Graziano da Silva (2002) classifica esse grupo como famílias pluriativas, pois combinam atividades agrícolas e não agrícolas na ocupação de seus membros. Nesse primeiro grupo, o empreendimento é geralmente gerenciado por um membro da própria família.

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, assim descreve esse grupo de agricultores familiares:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; [...] III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011); IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

2. Produtores rurais não enquadrados na classificação de agricultor familiar, que decidem investir em atividades não agrícolas para diversificar sua oferta de produtos e serviços ao mercado consumidor, com o objetivo de aumentar o lucro da propriedade e ocupar infraestrutura e demais equipamentos que estejam ociosos. Nessa linha, Schneider (2003) confirma que a pluriatividade possibilita novas funções aos espaços por vezes ociosos nas propriedades e ainda agrega valor aos seus produtos. Nesse grupo, a gestão do empreendimento não necessariamente precisa ser exercida pelo produtor ou alguém da família; pode ser delegada a um profissional especializado.

3. Os empreendedores urbanos que percebem uma oportunidade e constituem um empreendimento de TER, fazendo o gerenciamento ou delegando essa atividade a um profissional especializado (administrador).

4. Profissionais especializados que aceitam o desafio de exercer sua profissão no espaço rural. Dessa forma, os Gestores de TER foram tipificados conforme demonstrado na Figura 5.

Figura 5: Alguns grupos de gestores no TER Brasil



Organização: FERNANDES, Gislaine, 2022.

Nessa perspectiva, os agricultores familiares caracterizam-se como o grupo de agricultores que praticam o Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) ou o TER. Segundo Graziano da Silva (2002), o TRAF é uma atividade que ocorre no interior da propriedade rural e tem como principais atores os agricultores familiares que sobrevivem das atividades agropecuárias típicas do campo, que se mostram dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, oferecendo produtos e serviços de qualidade, proporcionando, assim, bem-estar aos turistas que se deslocam do meio urbano para vivenciarem essas experiências.

Com efeito, a pesquisa desenvolvida por Silva et al. (2010, p. 24) aponta que o TRAF está em fase de expansão, especialmente por dois fatores:

O primeiro [...] é a necessidade de que o agricultor, dono de terras e dos meios de produção, tem de diversificar a fonte de renda e adicionar valor aos seus produtos. A segunda razão é a aspiração que muitas pessoas das grandes cidades têm de reencontrar suas procedências e ficar mais perto da natureza, convivendo, apreciando e conhecendo a vida "fleuma e sossegada" do campo, seus hábitos, tradições e costumes.

O grupo dos produtores rurais (não familiares) caracteriza-se por pequenos, médios e grandes empreendimentos agropecuários. Para essa classificação, foram

utilizados os critérios estabelecidos pela Resolução n. 4.174, de 27 de dezembro de 2012, do Ministério da Fazenda (BRASIL, 2012), que dispõe sobre a classificação de produtores rurais e sobre critérios para a apuração de saldos e para a fiscalização de financiamentos rurais.

De acordo com o Ministério da Fazenda e conforme o Artigo 1º dessa Resolução, a classificação é feita de acordo com a Receita Bruta Agropecuária Anual (RBA) auferida ou, na falta dessa ou em caso de expansão da atividade, com a receita estimada (D.O.U., 28/12/2012 - Seção 1). Dessa forma, tem-se a seguinte classificação:

- I - pequeno produtor: até R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais);
- II - médio produtor: acima de R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais) até R\$800.000,00 (oitocentos mil reais);
- III - grande produtor: acima de R\$800.000,00 (oitocentos mil reais). (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2012).

§ 1º Para os efeitos da classificação prevista neste artigo:

I - a RBA deve corresponder ao somatório das receitas provenientes de todas as atividades rurais exploradas pelo produtor, observado o disposto no § 3º;

II - entende-se por atividade rural a exploração agropecuária e extrativista vegetal e animal, bem como os serviços afins prestados pelo produtor, de acordo com as disposições legais em vigor;

III - a RBA deve ser representativa de um ano civil de produção normal, a critério da instituição financeira, verificada entre os três últimos anos [...];

V - é considerado médio produtor rural o beneficiário que for enquadrado nas condições do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) [...];

VI - é considerado grande produtor rural o beneficiário cujos rendimentos provenientes de atividades não rurais representem mais de 20% (vinte por cento) de sua receita bruta total, independentemente do montante de suas receitas e sem prejuízo da observância das normas estabelecidas nos incisos IV e V deste § 1º (BRASIL, 2012).

No grupo 3, estão contemplados os empreendedores urbanos que têm propriedade rural e, até pouco tempo, desenvolviam suas atividades econômicas somente na cidade. No entanto, com a popularização do TER, nas últimas décadas, decidiram investir em empreendimentos desse ramo, por reconhecerem que se trata de um segmento em fase de expansão, fomentador de várias oportunidades de novos negócios. O documento Panorama Empresarial do Turismo Rural, do Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural (IDESTUR, 2011) assim descreve esses empreendedores:

[...] há uma forte tendência de fortalecimento de novos empresários no turismo rural. Moradores de grandes centros urbanos, que optam por um novo momento para retornar ao campo, comprar propriedades e apreender novas formas de produção, agregam seu conhecimento adquirido em atividades anteriores à atividade do campo tornando-se empresário do turismo rural e da produção agropecuária. Estes empresários, conhecidos como novos rurais, podem e devem se transformar em defensores da ruralidade, da qualidade de vida e da cultura local (IDESTUR, 2011, p. 29).

No grupo 4, encontram-se os profissionais especializados, nomeados neste texto como administradores. De acordo com o Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2018, p. 18), os administradores são os indivíduos que assumem “a responsabilidade da gestão do estabelecimento agropecuário em nome do produtor”. Dessa forma, são responsáveis pelas decisões na utilização dos recursos e exercem o controle administrativo das operações que envolvem a exploração dos estabelecimentos agropecuários.

Convém ressaltar que o espaço rural brasileiro tem assumido, cada vez mais, nova dimensão socioeconômica, cuja principal inovação ocorre com a oferta de bens considerados não tangíveis e de novos produtos. Diante desse cenário de transformações, verifica-se o surgimento de um conjunto de exigências voltadas aos gestores rurais, seja na condução do negócio agropecuário, seja na exploração das novas oportunidades que emergem a partir dessa nova dinâmica rural-urbana (GAFFURI et al, 2005).

Conforme Anjos (2003), essas atividades tanto podem se desenvolver no interior como no exterior da própria exploração das potencialidades naturais do meio ambiente onde se localiza a propriedade. Também pode se estabelecer como forma colaborativa entre moradores de sítios vizinhos, por meio da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores – “industrialização em nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva” – que conjuntamente impliquem no aproveitamento “de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno” (ANJOS, 2003, p. 42).

Existe o fato de muitas propriedades obterem diferentes tipos de remuneração, advindos da produção e da venda de suvenir e compotas, festas e encontros com comidas, bebidas e música ao vivo, além de uma variada quantidade de tipos de frutas e verduras, bem como proteínas de aves, suínos e bovinos. Assim, a pluriatividade

rural está relacionada à unidade produtiva multidimensional, onde há um consórcio da agricultura com outras atividades, podendo ser dentro ou fora da propriedade.

A pluriatividade rural é aqui entendida como uma estratégia de reprodução social, da qual se utilizam as unidades agrícolas que operam fundamentalmente com base no trabalho da família, em contextos em que sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas, sobretudo, mediante o recurso às atividades não agrícolas e a articulação com o mercado de trabalho (SCHNEIDER, 2001, p. 01)

Conforme Joaquim (1999), atualmente há uma diversificação nas atividades dos espaços rurais, incluindo agricultura, ambiente e turismo. É fato que há uma busca por parte de um número considerável de cidadãos no campo (nas propriedades rurais), pois há necessidade de recuperar a saúde e impedir o estresse, estando em contato com a natureza. Contudo, essa realidade tem ocasionado uma série de atividades agrícolas e não-agrícolas.

As atividades não agrícolas são aquelas realizadas de forma indireta ou sem conexão com as práticas agrícolas, geralmente ligadas às atividades administrativas em usinas e empresas agrícolas em geral; às atividades em serviços, tais como, pesqueiros, hotelaria, turismo, complexos hípicas, parques temáticos, realizadas por residentes no espaço rural. Essas atividades se apresentam como pluriatividades que ampliam o faturamento financeiro e fomentam a economia no espaço rural, mas que reflete na economia das cidades, pela movimentação comercial de produtos, bens e serviços.

O Brasil possui uma enorme concentração de terras, e é um dos poucos países do mundo a não ter realizado a reforma agrária. De acordo com Nodari *et. al.* (2005), no país há um grande contingente de pessoas que necessita de um pedaço de terra para plantar e produzir seu próprio sustento. Mas, se por um lado é preciso democratizar a terra para dinamizar o próprio meio rural, por outro, se faz necessário desenvolver novas atividades no campo.

Segundo Hespanhol (2010), as atividades desenvolvidas nos espaços dos assentamentos rurais se direcionam para as descobertas de novos produtos e serviços, por exemplo, a própria experiência de vida no assentamento, o saber-fazer expresso por meio dos alimentos produzidos (doces caseiros, queijos, pães etc.), do artesanato (cestos, bordados manuais etc.). Nesse viés, destaca-se a organização

socioespacial da agricultura familiar como fomento para o turismo no espaço rural nos assentamentos, no qual inclui o Assentamento Facão.

3.5. Dimensão das relações socioculturais camponesas: uma conexão com o Assentamento Facão

A Comunidade Bom Jardim, localizada na área do Assentamento Facão, a 12 quilômetros da cidade de Cáceres (MT), foi fundada em dezembro de 2005 e possui atualmente 45 famílias assentadas. No assentamento, a organização do trabalho e da terra é predominantemente individual/familiar, uma vez que os lotes estão parcelados e possuem uma área que varia entre 12 e 26 hectares. Nesses espaços a forma de uso da terra é diretamente ligada às atividades agropecuárias, ou seja, os camponeses assentados lidam tanto com a agricultura como com a pecuária.

Em relação à permanência das famílias no assentamento, verificamos que, apesar de todas as dificuldades impostas aos assentados, todas as famílias entrevistadas residem na área do assentamento, o que facilita o trato com a roça e com os animais. Essas famílias dispõem de alguns equipamentos sociais e serviços básicos no seu dia a dia, tais como: energia elétrica, água, acesso à educação (escola), moradia e igreja. No entanto, carecem de unidade básica de atendimento à saúde, serviços odontológicos, áreas de lazer construídas dentro do assentamento pelo poder público, como praça e quadra de esportes, espaços de mobilização e socialização das famílias, entre outros.

No Assentamento Facão, toda a produção é organizada pelo chefe de cada família, do gênero masculino ou feminino, sendo orientado pela lógica camponesa, pois é no âmbito da família que se toma a decisão, se discute a organização e a direção de todos os aspectos relativos às atividades produtivas e sociais nos assentamentos. Contudo, é importante ressaltar que, mesmo sendo orientadas pela lógica camponesa, as famílias assentadas desenvolvem parcerias e mutirões no trato com a terra e participam da associação comunitária “Flor de Ipê”. “As famílias possuem uma horta comunitária onde são produzidas leguminosas e hortaliças em sistema orgânico de produção, visando o bem estar social e a preservação ambiental” (Informação verbal³).

³ Entrevista realizada com a presidente da associação do assentamento, em 5 de março de 2022

Ainda segundo a presidente da associação, os camponeses acreditam que, produzindo de forma natural, sem uso de agrotóxicos, estão priorizando a saúde de toda a comunidade e cuidando do meio ambiente, o que traz resultados positivos, tais como: “mesas cheias de alimentos saudáveis e o Cerrado, a mata em pé” (Informação verbal⁴), pois, ao invés de perder espécies, estão aumentando o número de plantas, garantindo segurança alimentar às famílias camponesas e à comunidade local (por meio da doação), sem degradar o ambiente, com respeito à natureza.

Nesse sentido, as famílias afirmam que “o projeto de horta comunitária melhorou a nossa vida aqui, pois proporciona para todos os participantes uma renda a mais, a qual contribui para a sobrevivência familiar” (Informação verbal⁵). No campo das relações sociais, constata-se estar havendo um processo de sensibilização sobre a importância do trabalho coletivo e da mulher na consolidação e na contribuição da sobrevivência das famílias no campo, visando o equilíbrio nas relações entre homens e mulheres no assentamento.

Para Chayanov, o camponês é um sujeito criando sua própria existência, e só é possível entendê-lo estudando o seu comportamento para entender como ele se insere socialmente, e não o contrário, estudar sua inserção na divisão social do trabalho para identificar o seu comportamento (CHAYANOV, 1974, p.102).

Não há nesse sentido como o camponês concorrer das grandes empresas agrícolas, incapaz de incorporar as conquistas técnicas disponibilizadas aos capitalistas, o que garante a presença e fortalecimento do grande capital e não do pequeno produtor rural. Silva (2009) acrescenta que os camponeses que optam por produzir commodities, como a soja, acabam assumindo uma integração e subordinação muito maior com mercado capitalista, sobretudo ao fazerem a venda antecipada da safra. O que isso significa é que, quando colhem, já não são donos da produção. (SOUZA, 2013, p.135)

Como não são capitalizados, os camponeses não têm poder de decisão sobre o melhor momento para compra de insumos das grandes empresas, tampouco da venda da produção, também para a grande empresa. Entretanto, conclui Silva (2009), mesmo sua gestão sendo apenas relativamente independente, nem por isso “seu caráter de classe se altera, passando de camponeses a proletários”.

Martins argumenta que a base de todas as transformações no campo está na expansão do capitalismo. “Se os camponeses não são expulsos da terra, isso é por

⁴ Idem.

⁵ Idem

causa da expansão do capitalismo, se são expulsos também é por causa da expansão do capitalismo. Alguns chegam a falar em penetração do capitalismo no campo” (MARTINS, 1983, p. 151). De acordo com Chayanov (1974), essa penetração do capitalismo no campo evidencia forças endógenas, incompatíveis com o processo produtivo familiar. São capitais que tomam conta das estruturas já existentes na agricultura camponesa.

Na verdade, essas práticas do capital originam tensões sobre as famílias camponesas, sobre o seu modo de produção e sobre as práticas socioculturais. Ou seja, se há as estruturas familiares dos camponeses, aparecem as estruturas produtivas e mercadológicas do capital, e essa dialética, representada pelas lógicas diferenciadas, implicam mudanças. (SOUZA, 2013, p. 136)

O camponês usa o espaço e é nesse uso que ele se territorializa, e, no Assentamento Facão, há uma situação em que os vínculos com o território não são apenas revelados por elementos econômicos. Concordando com Woortmann (1990), em obediência a uma ética camponesa, constituída com base de uma ordem moral, as relações dos homens entre si e com as coisas, principalmente a terra, proporciona a esses sujeitos um leque maior de valores que não apenas o econômico.

A prática camponesa, vai além das atividades apenas econômicas, pois os sujeitos do campo organizam-se em territórios a partir de suas características locais, como é o caso do assentamento em estudo, que também é uma comunidade, portanto, compartilham de atividades coletivas sem uma relação capitalista e contra hegemônica, como por exemplo em mutirões, festas religiosas, divisão de tarefas do cotidiano como limpeza de uma área para agricultura familiar.

No assentamento, se realizam também jogos, de futebol ou de truco, música e dança da qual o camponês é protagonista. Dessa forma, não se têm apenas questões econômicas, mas elementos relacionados ao espaço e ao tempo de sua existência no lugar, seu sentimento de pertencimento. Assim, essas práticas são também estratégias que garantem a sua permanência no lugar.

Entender o território como espaço da ação implica reconhecer a ação de diversos sujeitos presentes em um determinado espaço. Assim, compreender os desdobramentos dessas reações possibilita-nos analisá-los a partir das suas relações, no sentido da coexistência e das redefinições. (SOUZA, 2013, p.220)

Dessa forma, as relações socioculturais dos camponeses do Assentamento Facão estabelecem conexão com múltiplas questões para além da definição física do território ocupado, uma vez que é praticada a diversidade de atividades, perfazendo um caminho entre os sujeitos do campo. Nesse sentido, salienta Saquet, 2011.

As dimensões sociais do território (economia, política e cultura) estão no mesmo nível. Porém, ora uma(s), ora outra(s) dimensão(sões), em cada lugar e momento e/ou período histórico, pode(m) predominar diante das demais. O que muda e/ou permanece, para cada relação espaço-tempo, é o arranjo territorial, através das formas espaciais, das relações e dos significados que esse arranjo assume (SAQUET, 2011, p. 88).

Para Saquet (2011), a vida, e por conta disso também o território, é multidimensional, em virtude das temporalidades e das territorialidades que estão relacionadas e sobrepostas, contínuas ou ininterruptas, em cada relação espaço-tempo.

Observa-se, no lugar estudado, um processo de reações camponesas que ressignificam seus modos de vida, assim como mudam também os vínculos que os sujeitos têm com o território, por meio das práticas sociais. Esses vínculos territoriais, assim como as práticas sociais, indicam a permanência modificada desse camponês do Assentamento Facão.

4- POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO EM MATO GROSSO E AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS NO ASSENTAMENTO FACÃO EM CÁCERES-MT

As políticas públicas voltadas ao turismo seguem uma hierarquização de procedimentos, partindo no nível federal, para o estadual e municipal. Assim, uma lei ou programa de governo que fomente o turismo geralmente parte da inspiração ou incentivo a partir da esfera administrativa mais alta para a menor. Isso não significa que ações, normativas, resoluções e leis, possam ser criadas ou desenvolvidas considerando as condições e potencialidades para o turismo local, pois, cada lugar pode apresentar um atrativo turístico, onde o município ou Estado ou União podem criar ferramentas para legalizar e normatizar as atividades turísticas urbanas e rurais.

Nos últimos vinte anos, o turismo de pesca atraiu milhares de pessoas para o município de Cáceres/MT que, historicamente, realizou o festival internacional de pesca, realizado no rio Paraguai. O turismo em Cáceres é gerido pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura - SMTC, que tem por competência executar as ações contidas no Programa de Regionalização do Turismo, focando na promoção de fenômenos em Cáceres e região, como atividade econômica, ambiental e social para que ocorra de forma justa. Essa política visa fortalecer a valorização da cultura e história, que é expressa na dança, na religiosidade e nas artes, de modo que possa resultar na inclusão social, geração de emprego, renda e empreendedorismo.

A atuação da secretaria é bem diversificada, e possui foco de atuação bem forte na área de eventos, cultura e pesca. No entanto, percebe-se que a diversificação da economia local por meio do turismo é uma necessidade urgente para o município. Observa-se, que há certo anseio da população no sentido de incrementar o turismo na região, conforme se colhe dos relatos dos representantes da secretaria e dos moradores na área de estudo.

Vinculada à SMTC, existe o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, que é composto por representantes do poder público, da sociedade civil e da iniciativa privada. O COMTUR foi criado em conformidade com a Lei nº 1.250 de 5 de maio de 1994 e alterada pela Lei nº 2.344 de 29 de novembro de 2012. Esta última menciona que os representantes devem estar diretamente relacionados à atividade turística, desde que organizados em segmentos legalmente constituídos. Outrossim, o conselho é um órgão consultivo e deliberativo, com a finalidade de orientar, promover e desenvolver o turismo no município de Cáceres.

Além das menções apresentadas nas legislações, há um trecho enfático sobre o turismo, no Eixo Turismo – Prognóstico Plano Diretor – UNEMAT (2018, s/n) que está reproduzido a seguir: '[...] apesar da sua forte aptidão turística pode-se dizer que em Cáceres o mesmo tem sido pouco contemplado, tanto nos instrumentos de políticas públicas quanto no seu fomento em meio a sociedade'. A respeito do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, este foi criado pela Lei 1.251 de 06 de maio 1994, que estabeleceu a criação e definiu outras providências, sendo ainda alterado pela Lei nº 2.732 de março de 2019, em que estabelece que a SMTC, juntamente com o COMTUR são os responsáveis por adotar medidas para o melhor uso deste instrumento, para pensar formas de captação e aplicação de recursos, com a finalidade de proporcionar apoio e suporte financeiro às ações municipais nas áreas de responsabilidade da secretaria. Neste sentido, para aperfeiçoar esse mecanismo, encontra-se em tramitação o processo de regularização do CNPJ do COMTUR, para melhor organização e operacionalização do fundo. (CÁCERES -PMT, 2022, p. 40 “Não publicado”).

A existência e a perpetuação do turismo necessitam de uma demanda ou aptidão do lugar para a efetivação dessa atividade, seja em área urbana ou rural. A definição do perfil da demanda turística vem da necessidade de entendimento da complexidade de planejar a atividade turística local.

Assim, Mathieson e Wall (1982) descreveram que a demanda turística é a quantidade total de pessoas que viajam com demanda efetiva (entendida como aquela que o indivíduo consome o produto turístico), ou desejam viajar demanda potencial (aquela que o indivíduo possui condições de consumir determinado produto turístico, mas não o faz por algum motivo), para desfrutar de comodidades e serviços em lugares diferentes daquele de trabalho e de residência habitual.

Partindo dessa definição, Swarbrooke (2000) classificou a demanda turística de acordo com dois grupos, o primeiro trata-se da demanda efetiva, ou seja, atual ou real. Insere-se neste grupo as pessoas que realmente viajaram ao destino Cáceres, desse modo, são grupos que estão presentes em quantificações turísticas (pesquisas e estatísticas), em boletins de ocupação hoteleira, registros diversos, localizadores etc.

O segundo grupo refere-se à demanda potencial, que é composta por grupo de pessoas que, por algum motivo (pandemia, eventualidade, condição financeira etc.), não viajou no momento, mas possui todas as características inerentes para realizar viagens futuras. Existe ainda o contexto motivacional, que agrega valores a demandas

turísticas, que são: físicos, emocionais, culturais, pessoais, de *status* (social) e os de desenvolvimento pessoal.

Desenvolver um planejamento pressupõe pensar no futuro de uma localidade, com base na dinâmica socioeconômica do território. Verifica-se, nessa ação, a reação da demanda turística, que ocorre em paralelo com a expectativa gerada em torno de fatores pré-existentes e já conhecidos e/ou apresentados ao turista, ocasionando ainda a análise dos fatores determinantes e motivadores que fundamentam o seu deslocamento e sua conseqüente visitaçãõ.

As pesquisas de campo no Assentamento Facão nos permitiu inferir sobre a ausência de infraestrutura voltada para o turismo no espaço rural de Cáceres, com roteiros pré-definidos, direcionamento a essas localidades pelos funcionários da SEMATUR ou investimentos em acessibilidade, placas informativas ou mesmo página na *web* que informe sobre as potencialidade e possibilidade da região em estudo.

Sem apoio Institucional, os camponeses, com poucas ferramentas para fomentar, promover e investir na divulgação do turismo local de base camponesa, encontram enormes adversidades. No entanto, pode-se considerar que há uma resistência e busca por atividades não capitalistas, por meio de festas, campeonatos esportivos, agricultura familiar e construção de áreas de lazer.

Os investimentos em turismo, principalmente no espaço rural, ocorrem quando há grandes empreendimentos, a exemplo do festival internacional de pesca, onde são investidas enormes somas de recursos públicos para a realização de feiras e *shows* nacionais, com intuito de atrair milhares de turistas. Mas a festa dura apenas 5 dias e o investimento é localizado entre a praça matriz (Barão do Rio Branco), a praça de eventos da SEMATUR e a Praia do Daveron, ambos às margens do Rio Paraguai, ponto mais histórico e importante para o turismo do município.

Em contrapartida, outras regiões do município, em especial a área deste estudo, não receberam, até o momento, nenhum incentivo ou investimento para promover atividades não agrícolas, dentre elas o turismo. Isso leva a pensar que o capital, representado por grandes empreendedores, influencia fortemente o Estado (como de práxis), que impacta duramente os que não possuem alto poder aquisitivo, com é o caso dos camponeses, inclusive no setor político administrativo, pois atuam conforme interesse de grandes empresários ou investidores, segregando as classes menos favorecidas.

No Brasil o órgão máximo responsável por criar políticas públicas voltadas ao turismo, em caráter nacional, é o Ministério do Turismo, que é órgão do governo federal criado para tratar do desenvolvimento do turismo como atividade econômica sustentável, com papel na geração de empregos e investimentos, promovendo a inclusão social.

Em Mato Grosso, a Secretaria responsável pela fomento ao turismo está vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), cujo objetivo é transformar a atividade turística em um dos principais pilares do desenvolvimento econômico em Mato Grosso, com ações específicas voltadas para infraestrutura, qualificação, promoção e divulgação e pesquisa e planejamento. Com base na Lei 10.396/2016, Decreto 1.080/2017 e Resolução 01/2018, o Conselho Estadual de Desenvolvimento do Turismo tem o objetivo de propor ações e oferecer subsídios para a formulação da política de desenvolvimento turístico do Estado, seguindo a orientação das políticas governamentais.

Em todo o Brasil, o fomento do turismo é uma prática tradicional com vistas à economia local e regional, divulgando atrativos naturais e artificiais aos turistas que, dependendo do investimento em estrutura, movimentam vários setores da economia, como hotelaria, restaurantes, comércios varejistas, dentre outros.

A nível nacional, a secretaria responsável por criar políticas públicas que viabilizem o turismo nacional, ligada ao Ministério do Turismo, é a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR), que foi atualizada pela Lei nº 14.002/20 e substituiu o Instituto Brasileiro do Turismo.

A nova Agência, enquadrada como serviço social autônomo, ganhou, nesse novo formato, mais autonomia e agilidade na promoção internacional do Brasil nos mercados estratégicos do exterior.

Outro órgão que auxilia na caracterização ambiental para organizar o tipo de turismo que pode ser desenvolvido no local é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que elabora Programas de Uso Público e Ecoturismo em Parques Nacionais.

A Embratur/Ministério do Turismo realizou, em 2012, um diagnóstico sobre o tema que movimentam bilhões de reais por ano. Naquela ocasião, havia previsões de crescimento acelerado para esse segmento, fator que culminou em maior movimentação de passageiros desembarcados no território nacional. Dados de 2014 apontam o crescimento de 4,06% entre 2012 e 2013. No entanto, no contexto

internacional, o país não se classifica como um destino significativo, ao contrário, o turismo brasileiro se faz com e para brasileiros (BRASIL, 2012).

Esse diagnóstico considerou a situação brasileira naquele ano, definiu um conjunto de conceitos usuais na atualidade dentro desse setor e teve como um dos eixos da pesquisa o turismo nos parques nacionais e estaduais de Itatiaia (RJ), Aparados da Serra (RS), Fernando de Noronha (PE), Caparaó (MG), Foz do Iguaçu (PR), Chapada dos Veadeiros (GO), Pantanal (MT), Jalapão (TO), Manaus (AM) e Brotas (SP). Seus resultados confirmaram a influência que muitos parques exercem em seus arredores (BRASIL, 2012).

Normalmente os visitantes e frequentadores são das regiões mais próximas, à exceção do Parque Nacional de Fernando de Noronha. Para esse parque, cerca de 80% dos visitantes têm origem nas regiões Sul e Sudeste, enquanto em Foz do Iguaçu a predominância é de turistas de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. No Pantanal, são os residentes do Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais. Assim, os usuários mais próximos reforçam o vetor da dinâmica territorial. Os dados corroboram que a distância é motivo do afastamento do turismo, haja vista que os estrangeiros representam apenas 15% dos visitantes em unidades de conservação. Destaca-se que, no Pantanal, 80% dos visitantes estrangeiros são europeus (SANDEVILLE JR, 2002, p 18). O estudo ressaltou que:

i) estes locais “são espaços territoriais com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e com limites definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção, para manter os recursos naturais em seu estado original”; ii) o turismo ecológico, possui sua vertente no uso planejado em áreas naturais, com premissas de sustentabilidade, social, econômica e ecológica, sendo a aproximação branda do homem com a natureza (SANDEVILLE JR., 2002, p 23).

Existem nove Câmaras temáticas com o objetivo de identificar e discutir assuntos específicos capazes de impactar a consecução da Política Nacional do Turismo. Com o apoio de outras secretarias internas do Ministério, a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo auxilia na formulação, na elaboração e no monitoramento da PNT, de acordo com as diretrizes propostas e os subsídios fornecidos pelo CNT.

O Conselho Nacional de Turismo (CNT) e suas Câmaras temáticas reúne 70 conselheiros integrando governo federal, iniciativa privada e terceiro setor. Estão sob a coordenação do Ministério do Turismo e têm a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo (SNPT) como secretaria-executiva. O conselho é um órgão colegiado com a atribuição de assessorar o ministro de Estado do Turismo na formulação e na aplicação da Política Nacional de Turismo (PNT) e dos planos, programas, projetos e atividades derivados (BRASIL, 2010. p.18)

Cabe a ela também criar o modelo de gestão descentralizada do turismo nas suas dimensões gerencial e territorial, alinhando as ações do MTur com o CNT, o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) e os Fóruns/Conselhos Estaduais de Turismo nas 27 Unidades da Federação. Desse modo, o Estado de Mato Grosso também estabeleceu suas bases legais para a atividade turística, em especial nessa subseção, o TER.

4.1 - As políticas públicas estaduais para o Turismo e o Turismo Rural em Cáceres, Mato Grosso, e a ausência de medidas para o turismo no espaço rural

Em Mato Grosso, as políticas voltadas ao turismo são de responsabilidade da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso (SEDEC), que visa melhorar a qualidade de destinos turísticos do estado, a partir da instalação de infraestrutura turística na logística, na urbanização e no saneamento ambiental. Por intermédio dessas ações, a Secretaria Adjunta de Turismo (Seadtur) apoia os investimentos de infraestrutura que permitem a expansão da atividade e a melhoria da qualidade do produto para o turista nos municípios turísticos de Mato Grosso. A Ação nº 2.153, do Programa 385, estabelecido pela SEDEC, tem como objetivo:

Incentivar as ações que promovam o Estado nos principais mercados emissores de turistas regionais, nacionais e internacionais, visando o aumento do fluxo turístico e consolidar a imagem do Estado como destino seguro e diversificado. Esse projeto atividade é focado em ações de *marketing* e publicidade relacionadas à articulação, à promoção e à comercialização dos roteiros, destinos e produtos turísticos. Está relacionado também o apoio a eventos de caráter tradicional e de notório conhecimento popular, de abrangência municipal, estadual, regional, que comprovadamente contribuam para a promoção, o posicionamento do destino no mercado turístico e o fomento da atividade turística. (MATO GROSSO, 2020, p.03).

Outra Ação é a de nº 3.297, que viabiliza recursos para a funcionalidade dos objetos/locais apoiados, onde poderão ser objeto de aporte de recursos:

Construção e recuperação de infraestruturas turísticas; Construção, revitalização e reforma de infraestrutura urbana para adequação de espaços de interesse turístico (saneamento básico, sistemas de drenagem urbana, paisagismo, sinalização turística e praças; parques urbanos, pavimentação, execução de calçadas, passeios, iluminação pública e ciclovias/ciclo faixas, se os projetos estiverem associados a parques, praças, orlas [sic] e outros atrativos turísticos, sendo necessária a apresentação de mapa (croqui) que evidencie a associação àqueles atrativos); Construção e recuperação de infraestrutura de estradas e rodovias de interesse turístico; Construção, revitalização e reforma de terminais rodoviários e de aeroportos de interesse turístico; Construção, revitalização e reforma de infraestrutura de orlas [sic] e terminais fluviais de interesse turísticos; Construção, revitalização e reforma de edificações de uso público ou coletivo destinadas a atividades indutoras de turismo, como centros de cultura, museus, teatros, casas de memória, centros de convenções, feiras, centros de eventos, centros de apoio ao turista e centros de comercialização de produtos associados ao turismo; Construção e reforma de mirantes; Construção, revitalização e reforma de centros de qualificação de mão de obra para os setores de gastronomia, hotelaria e turismo; Construção, revitalização e reforma de parques naturais e de exposições; Construção e reforma de portais; Implantação e reforma de sinalização turística e interpretativa; Construção, revitalização e reforma de centros de comercialização de produtos associados ao turismo; Construção de Centro de Atendimento ao Turista (MATO GROSSO, 2020, p.04).

A Ação de nº 3.170 tem como intenção a busca da integração das políticas públicas do turismo, a articulação dos diversos atores do setor e a participação social, visando fomentar a economia do turismo, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento e a promoção de projetos e de oportunidades de investimentos na área do turismo em Mato Grosso.

[...] Destina-se a beneficiar iniciativas que desenvolvam atividades associadas ao turismo, tais como: artesanato, gastronomia brasileira, produção agroindustrial e agroecológica, manifestações culturais, bem como propiciar o desenvolvimento socioeconômico de atores locais por meio da valorização de suas atividades associadas ao turismo. Compreende-se como atores locais: os agricultores familiares, artesãos, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores que exerçam a atividade pesqueira artesanalmente, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos e demais povos e comunidades tradicionais, microempreendedores individuais,

pequenos empreendedores e empreendedores econômicos solidários. (MATO GROSSO, 2020, p.05).

O programa do governo, de modo geral, estabelece diretrizes para o fomento, estruturação das atividades relativas ao turismo em todo o estado, no qual a questão mais complexa está na acessibilidade a esses programas e acesso a seus recursos, os quais exigem grande burocracia. Muitos têm a intenção de utilizar esses recursos financeiros, principalmente na área rural, no entanto, exigem-se muitos documentos, e pagamento de taxas e impostos, desestimulando a maioria dos interessados.

Alguns estados perceberam as particularidades do turismo rural e contam com legislações específicas para o tema, o que não ocorre no território Mato-grossense, conforme Quadro 2:xxxx

Quadro 2: Leis estaduais para o Turismo Rural para alguns estados brasileiros

Lei	Especificação	Estado
Lei no 15.143, de 31 de maio de 2006	Define as atividades turísticas que especifica as atividades de “Turismo Rural na Agricultura Familiar”	Paraná
Lei no 12.845, de 26 de novembro de 2007	Institui a Política Estadual de Fomento ao Turismo Rural	Rio Grande do Sul
Lei no 14.361, de 25 de janeiro de 2008	Estabelece a política de apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar	Santa Catarina
Lei no 3.609, de 19 de dezembro de 2008 (para ficar na ordem cronológica)	Institui a Política Estadual de Fomento ao Turismo Rural	Mato Grosso do Sul

Organização: FERNANDES, Gislaine, 2022.

É importante ressaltar que outras normas, até mesmo em âmbito estadual e municipal, também trazem impactos ao segmento, ou seja, toda ação voltada para o turismo, principalmente no espaço rural, contribui para beneficiar, as atividades ligadas direta ou indiretamente ao segmento.

No estado de Mato Grosso, a legislação em relação ao turismo apresenta-se de forma genérica, não havendo norma específica para o campo, devendo cada município, ou mesmo o Estado, adequar as necessidades e demandas que surgirem, como pode ser notado no Quadro 3.

Quadro 3: Leis para Turismo Rural em Mato Grosso

Legislação	Função
Lei nº 11.771/2008	Lei Geral do Turismo
Lei nº 10.183/2014	Política Estadual do Turismo de MT
Lei nº 8.623/1993	Profissão de Guia de Turismo
Lei nº 12.974/2014	Regulamenta Agências de Turismo
Decreto nº 7.381/2010	Regulamenta a Lei nº 11.771/2008 em Mato Grosso
Portaria nº 130/2011	Institui o cadastro de prestadores de serviços turísticos
Portaria nº 197/2013	Disciplina o cadastro de prestadores de serviços turísticos
Portaria nº 311/2013	Orienta sobre a Fiscalização dos prestadores de serviços turísticos
Lei nº 10.396/2016	Dispõe sobre o Conselho Estadual de Desenvolvimento do Turismo – CEDTUR
Decreto nº 1.080/2017	Regulamenta o Conselho Estadual de Desenvolvimento do Turismo – CEDTUR

Org. Fernandes, Gislaiane, 2022

A Política Nacional de Turismo, estabelecida pela Lei 11.771/2008, tem dentre os seus princípios a regionalização do turismo. Essa política trabalha sob a perspectiva de que, mesmo um município que não possui clara vocação para o turismo, ou seja, que não recebe turista, pode se beneficiar dessa atividade, se esse município desempenhar o papel de provedor ou fornecedor de mão de obra ou de produtos destinados a atender o turista. O trabalho regionalizado permite, assim, ganhos não só para o município que recebe o visitante, mas para toda a região.

Embasando-se em recomendações da Organização Mundial de Turismo, o Ministério do Turismo adotou em 2004 essa política focada no desenvolvimento regional, dando maior protagonismo às unidades da federação. Construído a partir de oficinas participativas, o Programa de Regionalização do Turismo estabelece diretrizes políticas e operacionais para orientar a sua implementação, trabalhando a convergência e a interação de todas as ações desempenhadas pelo MTur com estados, regiões e municípios brasileiros. Seu objetivo principal é o de apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no país.

Em Mato Grosso, a Lei nº 10.183/2014, estabelece a Política Estadual do Turismo de MT, cujas ações são no sentido de fomentar esse setor, como a qualificação de profissionais de hotelaria e a oportunidade de cursos ofertados em parceria com o SENAC. No entanto, apenas nos grandes centros, na atual gestão, são beneficiados com projetos que interligam e fomentam a atividade turística estadual.

As cidades do interior como é o caso de Cáceres, deveria haver projetos e políticas a partir da legislação vigente. Atividades como planejamento e posicionamento de mercado; qualificação profissional, dos serviços e da produção associada; empreendedorismo, captação e promoção de investimentos. Todavia, não localizamos registros a partir das pesquisas e entrevistas com os responsáveis municipais pelo setor turístico.

4.2 Políticas públicas para o turismo rural: entre a ausência e as possibilidades

O município de Cáceres, localizado na região sudoeste do Estado de Mato Grosso, a 230km da capital Cuiabá, possui área territorial de 47,190 km², de acordo com Vendramini (2017), com uma população estimada pelo IBGE (2020) em 94.861. Dentro dessa área, existem os biomas do Pantanal e do Cerrado, apresentando planícies e regiões serranas, com vários fluxos hídricos, como córregos, cachoeiras e rios, tendo como base econômica a pecuária. Devido a esses fatores, apresenta um alto potencial turístico em vários segmentos, como a pesca, o ecoturismo e outras atividades ligadas ao lazer de contemplação.

Para fomento do turismo, o município conta com a Secretaria de Turismo e Cultura (SEMATUR) e o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), cujo objetivo é “fomentar o Turismo e a Cultura como atividade econômica, ambiental e socialmente

justa, através da valorização da cultura presente na história bicentenária de Cáceres e de seu povo, expressada na dança, na religiosidade e nas artes” (CÁCERES, 2022, p. 01). O compromisso é “executar as ações contidas no Programa de Regionalização do Turismo do MTur, para a promoção das ações de divulgação dos produtos turísticos naturais e históricos de Cáceres que resultem em inclusão social, geração de empregos, empreendedorismo e fonte de renda aos munícipes (CÁCERES, 2022, p. 01).

Com relação às políticas e atividades relativas ao turismo no município, a Coordenadoria de Gestão Integrada ligada a SEMATUR, apresenta suas atribuições no Decreto nº 345/2020 (CÁCERES, 2020). Dentre elas destacam-se:

- I – Prestar serviços de consultoria e assessoramento técnico ao Secretário, abrangendo, em especial:
 - a) a elaboração de estudos, análises e pareceres técnicos, que servirão de base para manifestações e decisões;
 - b) a formulação de orientação técnica nas consultas que lhe forem submetidas;
 - c) a apreciação técnica das propostas de lei e demais atos normativos relativos a assuntos de atribuição do Secretário;

O decreto não esclarece se a atuação da Coordenadoria ou da SEMATUR darão atenção tanto no perímetro urbano como no rural, no entanto, o que é divulgado nos sites oficiais da Prefeitura de Cáceres, são atividades de fomento apenas em âmbito urbano, uma vez que atividades como “Natal de Luzes” entraram no calendário de eventos do município, agregando as festividades tradicionais, como Festival Internacional de Pesca (FIPE) e Exposição Agropecuária (ExpoAgro).

A Lei Complementar nº 147, de 19 de dezembro de 2019 que "institui o Plano de Mobilidade Urbana do Município de Cáceres e dá outras providências", descreve em seu Art. 2º, inciso VII: “justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços – conciliação entre as políticas de mobilidade às políticas de habitação, saneamento, turismo, planejamento e gestão (CÁCERES, 2019).

A distribuição dos benefícios não ocorre no espaço rural, uma vez que a atenção, os projetos e festividades para fomentar o comércio, a economia e os negócios ocorrem apenas em âmbito urbano, considerando o centro histórico e as atividades do calendário anual de festividades da cidade. Vê-se, pois, que o turismo no espaço rural não tem recebido atenção ou direcionamento. Portanto, os

interessados em utilizar os conhecidos pontos turísticos no espaço rural o fazem de forma independente como atividade de lazer apenas.

Importante ressaltar que o espaço rural do município de Cáceres é constituído por vários assentamentos rurais que apresentam potencial físico-cultural para a prática da referida atividade econômica. Dentre os 21 assentamentos, podemos destacar aqueles com possibilidades de realização de turismo no espaço rural, além do Facão, Arraial Santana, Flexas, Paiol, Rancho da Saudade e Sapicuá.

Nesse contexto, pode-se afirmar então que a fixação dos assentamentos rurais em Cáceres/MT (não só na região da faixa de fronteira Brasil-Bolívia, mas no município como um todo) causaram, primeiramente, mudanças espaciais, com um rearranjo socioespacial e territorial, dinamizando o espaço do latifúndio da pecuária extensiva, colocando-se como uma possibilidade de articulação de novas oportunidades de produção e geração de emprego e renda, além de propiciar melhores condições de vida às famílias assentadas.

Cáceres não conta ainda com lei municipal exclusiva de turismo. O que há são menções esparsas relativas ao planejamento, bem como mera previsão de institucionalização da política municipal para o turismo, conforme se observa na Lei Orgânica do Município (Lei nº 43, de 30 de novembro de 2021, emenda atualizada), na Lei Complementar nº 90 de 29 de dezembro de 2010 (atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Cáceres, nos termos do artigo 182 da constituição federal de 1988, do Capítulo III da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade – e do título IV, Capítulo V da Lei Orgânica do Município de Cáceres) e no Plano Diretor (resultado da parceria entre a Prefeitura Municipal de Cáceres e a Universidade do Estadual de Mato Grosso - UNEMAT, etapas de diagnóstico em 2017 e prognóstico em 2018).

4.3 - Principais atrativos turísticos do Assentamento Facão

Na área de estudo, existe um importante atrativo turístico a 12 km da sede do município, de acesso pela BR 070, que faz parte da história de Cáceres. Trata-se da cachoeira, roda d'água, capela e senzala da extinta fazenda Facão, conforme mosaico na Figura 6, que estão sem manutenção há vários anos. A fazenda Facão atualmente está distribuída aos assentados pelo programa de reforma agrária.

Dentro do assentamento, alguns proprietários construíram edificações e investiram para atrair turistas com intuito de desenvolver outra atividade econômica, em complementaridade à produção agropecuária. No entanto, os monumentos antigos supracitados não possuem um acompanhamento, monitoramento ou zelo de forma direta.

Nesse mosaico, são apresentados pontos atrativos para visitação e banho de turistas. Tais pontos ficam próximos um do outro, pois era onde se concentravam os proprietários da fazenda, hoje assentamento. Entretanto, não há manutenção, limpeza, placas de identificação/informação sobre esses lugares, evidenciando que o poder público municipal não tem dado a atenção devida.

Nesses lugares, como no Assentamento Facão, mesmo com a ausência do poder público, os sujeitos do campo ali inseridos, de forma coletiva, através da associação de moradores do Facão, outras vezes de forma individual, buscam suprir a ausência do Estado, buscando alternativas. Fazem ações de forma criativa, investindo, na medida do possível, em infraestrutura das propriedades para a realização de torneios, festas de santos, na busca de atrair visitantes, movimentar a economia local e gerar renda para os camponeses assentados. São possibilidades estratégicas que fortalecem e inserem novas formas de uso do espaço, trazendo, por meio das atividades não agrícolas, recursos financeiros importantes ao assentamento.

Dizer que há uma ausência do poder público em criar políticas públicas específicas para os povos do campo é enfatizar que a lógica do capitalismo privilegia grandes empreendimentos e, conseqüentemente, empresários e até políticos com maior poder financeiro. É preciso lembrar que não é uma ausência involuntária, é uma escolha do poder público, dos gestores das políticas públicas, em não atender a essas demandas de populações marginalizadas pelo capital.

O paradigma das questões que envolvem a agropecuária camponesa é combater, de forma indireta, a força hegemônica do capital, por meio de ações pontuais que podem parecer pequenas, mas que sustentam e garantem a permanência dos sujeitos do campo no campo.

Esses pontos não têm um proprietário, são espaços públicos que, na divisão dos lotes do assentamento, foram demarcadas como área comum a todos, destinadas ao lazer, em função da histórica utilização da cachoeira para banho e da bica d'água que muitos utilizam para abastecer suas residências para o consumo direto, pois entendem que essa água apresenta propriedade minerais, conseqüentemente, é de

responsabilidade do município cuidar, zelar e tomar providências quanto à forma de utilização desse espaço.

Ao lado da cachoeira do córrego Facão, há uma fonte, improvisada pela população, onde uma mina permanente jorra água cristalina, considerada mineral e muitos munícipes da cidade se deslocam até o local para coletar essa água em garrafas para consumo, por ser muito palatável, além de ser usada para se refrescar.

No entanto, receber um número maior de pessoas/turistas, torna-se necessário o melhoramento no entorno, uma vez que há muitos fragmentos de rochas em tamanhos diversos que dificultam os deslocamentos de pessoas e veículos, bem como infraestrutura com lanchonetes, banheiros e coleta dos resíduos sólidos recicláveis e orgânicos.

Ressaltamos a necessidade de realizar estudo de impacto ambiental e controle de quantitativo de usuários, visando a sustentabilidade ecológica do local. Ocorrendo a utilização do espaço para o turismo, essa atividade deve ser realizada dentro de critérios que observem os devidos cuidados com a perpetuação das características biogeográficas, para além das possibilidades de retorno econômico.

Figura 6: Mosaico de atrativos no Assentamento Fação



Fonte: FERNANDES, Gislaine, 2022.

Na mesma região, há grandes possibilidades de exploração para o ecoturismo e o turismo de contemplação, apresentadas no mosaico da Figura 7.

Figura 7: Pontos atrativos ao turismo ecológico de contemplação



Organização: FERNANDES, Gislaine, 2022.

Outra possibilidade na área de estudo é a uso desses atrativos para aulas de campo das escolas e universidades da cidade de Cáceres e região, chamado turismo científico, conforme demonstrado na Figura 8. A Serra do Facão e áreas de mata ciliar encontram-se bem preservadas. Existem “77 famílias assentadas com títulos de propriedades, devidamente registrados em cartório, sendo entregues pelo Instituto de Terras de Mato Grosso” (INTERMAT, 2021, p.01), desenvolvendo a agricultura familiar e outras atividades voltadas ao lazer. Foi também delimitada a área de experimentação da Empresa Mato-Grossense de Pesquisa Assistência e Extensão Rural (EMPAER), que se tornou um laboratório aberto ao público interessado.

Figura 8: Aula campo, Escola Estadual Senador Mário Motta

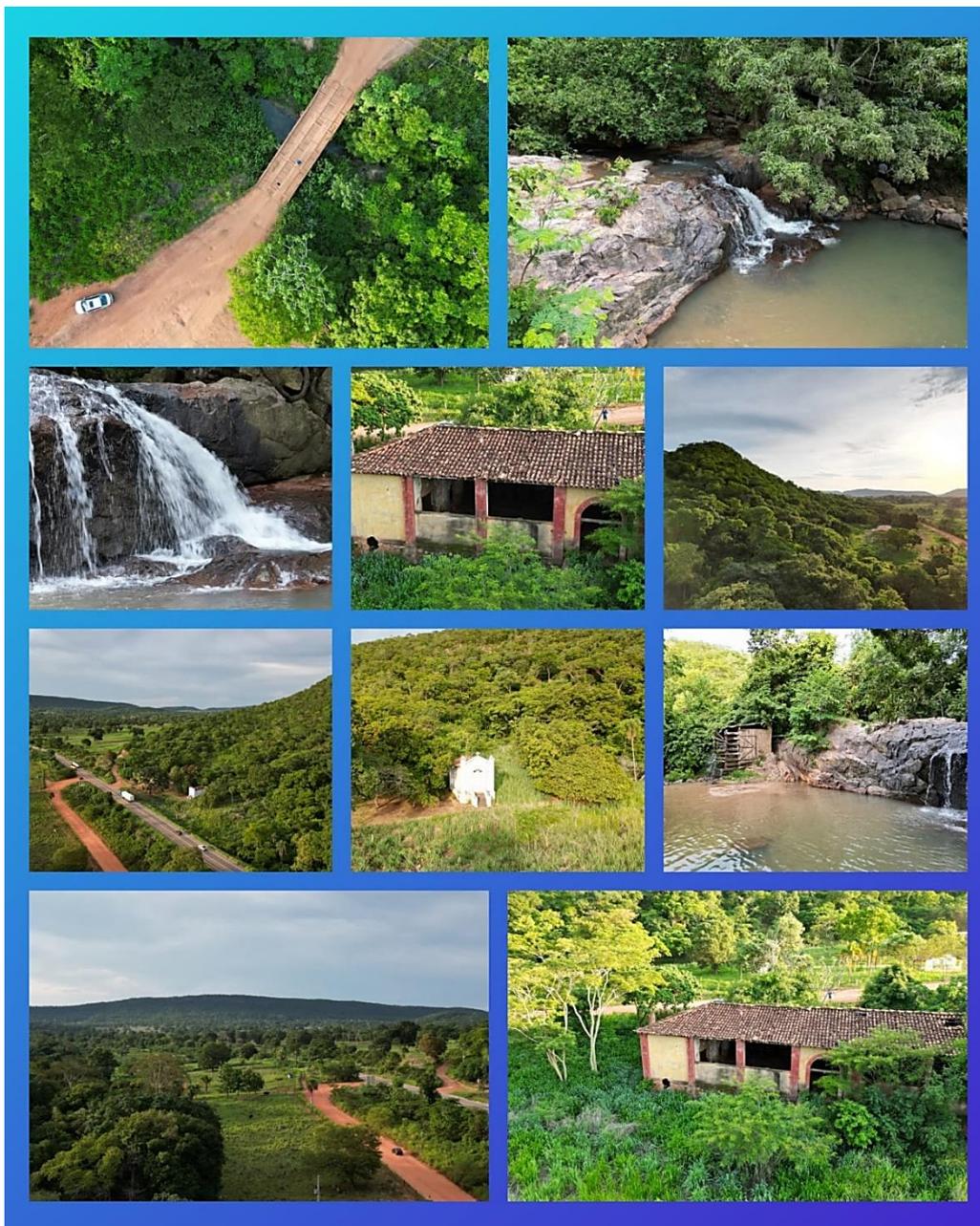


Organização: FERNANDES, Gislaine, 2022.

Por meio de Drone, captamos algumas imagens apresentadas no mosaico da Figura 9, onde a paisagem e alguns pontos turísticos do Assentamento Facão são apresentados para exemplificar as potencialidades turísticas, que são de livre acesso,

não sendo feito ainda nenhum trabalho de identificação, sinalização e descrição com placas explicativas.

Figura 9: imagens por Drone de pontos turísticos no Facão



Fonte: Fernandes, Gislaine, 2022

A EMPAER é uma empresa pública e tem como missão gerar conhecimento, tecnologia e extensão para o desenvolvimento sustentável do meio rural, com prioridade à agricultura familiar. Entre os produtos e serviços oferecidos, estão:

Assistência técnica e extensão rural; profissionalização e capacitação de agricultores; elaboração de projetos de crédito rural; cursos e palestras em geral; apoio à organização rural; assessoria em planejamento do desenvolvimento agropecuário municipal e elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR); pesquisa, validação e transferência de tecnologias com culturas anuais, frutíferas, olerícolas, pastagem, pecuária, piscicultura, essências florestais e recursos naturais renováveis; execução de análises laboratoriais de solo, fitopatologia, adubos e corretivos, nutrição animal e vegetal; produção e comercialização de mudas frutíferas, ornamentais, culturas perenes, florestais nativas e mudas in vitro; produção e comercialização de reprodutores suínos, alevinos e microrganismos para controle biológico; apoio e execução de Programas e Projetos do Governo Federal e Estadual (Pronaf, Reforma Agrária e outros); elaboração e execução de projetos de recuperação, conservação e preservação de recursos naturais renováveis (MATO GROSSO, 2020, p.02).

No Assentamento Facão, desde 2010, realiza-se um evento organizado pela Associação de Produtores da Agricultura Familiar do Facão. Trata-se da Festa do Frango que atrai consumidores para a produção local. Constitui-se também em atrativo para que turistas visitem o local nos dias de festa, uma vez que o intuito é atrair pessoas para adquirir produtos diversos (frutas, verduras, carne de animais criados no assentamento, bolos, doces, entre outros) e ainda aproveitam outros atrativos culturais e físicos. Na oportunidade do evento, são realizados torneios, leilões, baile, escolha da rainha da festa, entre outros atrativos.

A festa é uma promoção da associação de produtores, que a organizam como forma de angariar fundos para cobrir despesas de benfeitorias que atendem a comunidade, como consertos da bomba e roda d'água e manutenção do prédio da associação.

O Cinturão Verde conta com 68 produtores e a associação está em fase de cadastrar cada um deles como associado. O Nome da festa originou pelo fato de a grande parte dos assentados produzirem frango semicaipira (pintinho da galinha Rhodia, "*Rhode Island Red*"), também chamada de galinha vermelha, criado no modo caipira, apenas com milho e pastagem natural). A Figura 9 apresenta o cartaz da festa de 2016.

Figura 10: Festa do Frango do Assentamento Facão em 2016

7ª FESTA DO FRANGO

Atrações: Banda Dois Irmãos e Forró esquentado

LEILÕES
TORNEIO SOCYTE 11/09 – com premiações – 50,00 inscrições

1º lugar 1 Carneiro
 2º lugar 1 leitoa
 3º lugar 5 caixas de cervejas

ESCOLHA DA RAINHA DO CINTURÃO VERDE 2016

Sertanejo

SITIO DO CIDADÃO CINTURÃO VERDE

DIAS:
09, 10 e 11
De Setembro
Domingo almoço com musica ao vivo

REALIZAÇÃO
Cidão - 9996920964
Ana Claudia -999163587

Fonte: Associação de Produtores Familiares do Assentamento Facão, 2016.

Outra atividade que pode atrair investidores e turistas é a produção de cerveja artesanal, feita por algumas mulheres do assentamento, as quais fizeram curso de capacitação e criaram duas cervejas artesanais intituladas Cabocla Serrana e Crioula. O curso foi ofertado pelo programa de extensão Tereza de Benguela, do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Campus de Cáceres. O curso, voltado para mulheres em situação de vulnerabilidade social, teve o propósito de qualificar e aprimorar os saberes no ramo das cervejarias, com formação para cidadania e geração de renda.

O coletivo de mulheres da localidade do Facão, em Cáceres, produtoras da agricultura familiar, resultou na produção da cerveja artesanal Cabocla Serrana. A cerveja, produzida com a água de uma fonte natural localizada na Serra do Facão, ao lado da cachoeira, está tomando espaço em Cáceres, sendo encomendada para eventos, e comercializada no Centro de Comercialização Solidária (Coopersol), que fica na Avenida Talhamares, nº 1171. Maria Antonia Rolon de Souza e Bernadete Aparecida Ribeiro fazem parte do coletivo das mulheres que estão produzindo a Cabocla, nas versões pilsen e blond ale. A cerveja está sendo comercializada inicialmente nas garrafas 300 ml. "Nossa fábrica é pequena, mas já estamos tendo retorno financeiro. O objetivo é crescer e ampliar a produção" afirmam. A fábrica fica na comunidade Facão. (JORNAL OESTE, 2019 p. 01)

Alguns proprietários estão investindo em estrutura de lazer, para receber pessoas para festas e pernoites, atendendo grupos pequenos e algumas com suporte

para eventos maiores como casamentos, festas de empresas, entre outras (Figura 10). Esses investimentos ocorrem de forma autônoma e descoordenada, onde cada proprietário direciona seu sítio conforme a possibilidade financeira de investimento e conforme objetivo de retorno econômico, ou seja, a falta de políticas públicas e acompanhamento dificultam a organização de um planejamento conjunto.

Figura 11: Chácaras de recreio no Assentamento Facão



Organização: FERNANDES, Gislaine, 2022.

Em entrevista com o assentado “B”, ficou evidente a vontade de implementar o turismo no espaço rural, “nós precisamos do apoio dos gestores”, um caminho seria a elaboração de um plano estratégico, promover manutenção das estradas e fixação de placas para facilitar e identificar as vias de acesso, linha de crédito com juros mais baixos, para que possam ter um retorno do investimento em médio/longo prazo. Atualmente cada proprietário, produz e investe a partir de conhecimentos empíricos, o que poderia ser melhorado com cursos, capacitação e assistência técnica.

O entrevistado que representa a pasta na esfera municipal (Presidente do Conselho Municipal do Turismo – COMTUR) apresentou as dificuldades e/ou desafios para o desenvolvimento do turismo no espaço rural no Assentamento Facão, mostrando que existe um pensamento lógico, mas que precisa ser efetivado na prática.

O Primeiro desafio está na comunidade, em organizar se coletivamente em prol de um bem comum, construir lideranças que possam dizer, queremos implantar um Programa de Turismo Rural no FACÃO. Digo isso porque no passado houve algumas tentativas nesse sentido. Porém, não adianta o organismo do Setor propor, isso é algo de cima pra baixo. O desafio é a comunidade ter essa percepção de querer, esse querer possibilita a criação de uma atmosfera de hospitalidade e parcerias, condições essenciais para a criação de uma Organização Coletiva. “Querer é Poder [...]” (Informação verbal⁶).

A imagem extraída de fotos de satélite, bem como a posição geográfica pelo aplicativo SpotLens, conforme Figura 11, permite visualizar os principais pontos naturais que são ou poderão ser atrativos para atividades turísticas no espaço rural. Com os recursos tecnológicos, permite-se propor o contato direto do homem do campo em interação com o homem da cidade, conciliando a modernidade e a facilidade de novas tecnologias de comunicação e apresentação do espaço destinado ao turista, por meio de redes sociais, por exemplo, construindo relações de trocas entre os sujeitos, principalmente de conhecimentos, sejam eles técnicos ou empíricos, empregados nas atividades cotidianas dos agricultores.

⁶ Entrevista realizada em 15 de março de 2022.

Figura 12: Imagem das potencialidades turísticas no Assentamento Facão



Organização: FERNANDES, Gislaine, 2022.

Pelo trabalho de campo e pelas entrevistas, através dos relatos verbais dos entrevistados, pode-se perceber o desejo de permanência no campo, por parte dos camponeses, é uma luta constante. Mesmo havendo aqueles que buscam outras formas de trabalho na cidade, a maioria é convicta em permanecer no campo. A necessidade de se manter economicamente aparece como um desafio, frente às adversidades e dificuldades de produção e transporte do que é produzido, por conta do valor agregado de despesas, como o frete.

Nesse sentido, a fomentação do turismo é uma alternativa válida, de interesse de muitos assentados, mas que ainda é muito incipiente, por falta de apoio do poder público. O assentado “A” enfatiza em uma de suas falas: “é preciso apoio daqueles que tem o poder da caneta, sem propaganda não vamos muito longe”.

Acredita-se que a pesquisa contribui com as apresentações das potencialidades para o turismo no espaço rural no Assentamento Facão. As imagens

esclarecem que isso é possível; os atrativos estão lá e há interesse de parte dos proprietários, como afirma o assentado “C”: “falta o básico, acessibilidades das vias, incentivos governamentais para o investimento em infraestrutura nas propriedades”. Notadamente a participação do poder público influencia diretamente nessa perspectiva de vivência no espaço rural.

Em entrevista com o Presidente do Conselho Municipal de Turismo³ (COMTUR), de Cáceres, ex-secretário municipal de turismo, ficou claro que não há investimento ou políticas públicas, atualmente, voltadas para o turismo no espaço rural. De acordo com sua fala sobre algum planejamento para o turismo na área de estudo, sua resposta foi:

No momento desconheço. Porém, há uma elaboração do Plano Municipal de Turismo que será constituído na forma de Lei e deverá fazer parte do Plano Diretor do Município. Com isso as possibilidades de criar um Projeto de Mapeamento dos Atrativos Turísticos existente na Área do Facão com certeza será viável (Informação verbal⁷).

Quanto aos potenciais turísticos da região do Facão, o secretário relatou que, ainda que a área do Facão não esteja dentro de um Mapeamento Turístico municipal, “já existem algumas atividades recreativas, balneários, cachoeiras, trilhas, Grutas e Cavernas, uma comunidade rural produtiva, logística de transporte e comunicação acessível com a cidade”. Da mesma forma, prossegue, “existem algumas atividades Turísticas que não estão ligados diretamente à comunidade do Facão e sim no seu entorno, ou seja, de outras propriedades” (Informação verbal⁸).

A fala revela que a identificação e o mapeamento das potencialidades turísticas na região do Assentamento Facão é primordial. Mesmo reconhecendo algumas potencialidades, não há um investimento ou movimento para que essa ação saia da teoria para a prática, possibilitando maior aporte tanto do poder público como dos assentados no local analisado.

Referente aos impactos positivos do turismo para a área investigada compreende que:

São vários benefícios de fixação da comunidade rural, que está intrínseco na sua própria capacidade em identificar as potencialidades e quais as atividades que possa ser explorada com sustentabilidade,

⁷ Entrevista realizada em 10 de março de 2022.

⁸ Entrevista realizada em 11 de março de 2022.

valorizando a sua cultura e minimizando os impactos sociais e melhorando a qualidade de vida (Informação verbal⁹).

Nessa fala, o secretário revela pouco conhecimento técnico sobre a realidade local, o que evidencia que a realização de consultoria e estudos técnicos, seguindo metodologias científicas, são fundamentais para que as etapas de identificação, planejamento e instalação do turismo no Assentamento Facão sejam os primeiros passos para estabelecer um turismo com aparato técnico, teórico e político. Para o presidente do Conselho Municipal do Turismo (COMTUR):

Como restringe uma área limitada com diversas pequenas propriedades rurais particulares, cada uma apresenta características muito semelhantes em termos de produção rural, com isso é preciso identificar através de seus proprietários suas potencialidades, e ao mesmo tempo, se os mesmos “querem” ou aceitam desenvolver alguma atividade turística na inserção de sua propriedade que possa gerar uma renda extra para sua melhoria de vida com a exploração de alguma atividade ligada ao turismo rural (Informação verbal¹⁰).

Ainda com o mesmo entrevistado, é preciso considerar nos fatores que levam a pensar na implementação do turismo rural no Assentamento Facão:

Considerando um dos principais fatores e o próprio legado histórico e cultural como Patrimônio Histórico, com seus diferentes aspectos naturais, que, por si só, refletem alguns segmentos turísticos que possam tornar-se atrativos para visitação futuras, por turistas ávidos por experiências que tenham conexão com a natureza, sua cultura, gastronomia e seus aspectos de sustentabilidade. Com isso fortalecendo a economia e mantendo a permanência do homem no campo. Portanto, uma vez definido o desenvolvimento do Turismo como uma das prioridades locais, o planejamento deve concentrar seu foco nas atividades turísticas de forma sustentável, com base nas políticas elaboradas para o turismo rural. (Informação verbal¹¹).

O turismo rural pode contribuir para o desenvolvimento do espaço rural, tanto do assentamento como de todo o município. A esse respeito o presidente do CONTUR esclarece:

Desde que sejam identificadas as potencialidades turísticas existentes nas propriedades rurais e que possam se transformar em um produto turístico diferenciado, onde toda a comunidade se beneficia, cada uma

⁹ Entrevista realizada em 15 de março de 2022.

¹⁰ Entrevista realizada em 15 de março de 2022.

¹¹ Entrevista realizada em 16 de março de 2022.

com sua particularidade produtiva, formando uma espécie de parcerias. Com isso, as possibilidades são infinitas na exploração turística sustentável. Essas parcerias no turismo rural pressupõem uma organização, ou seja, criar uma associação onde lideranças já identificaram suas potencialidades para criar um projeto turístico que seja comum a todos. (Informação verbal¹²).

No entanto, ele respondeu não ter conhecimento se o Assentamento Facão recebe incentivos do poder público para agricultura familiar: “particularmente não tenho dados concretos, e sim, informações da existência de movimentos da Agricultura Familiar ligados a Secretaria de Agricultura do Município, EMPAER e Cooperativas” (informação verbal¹³).

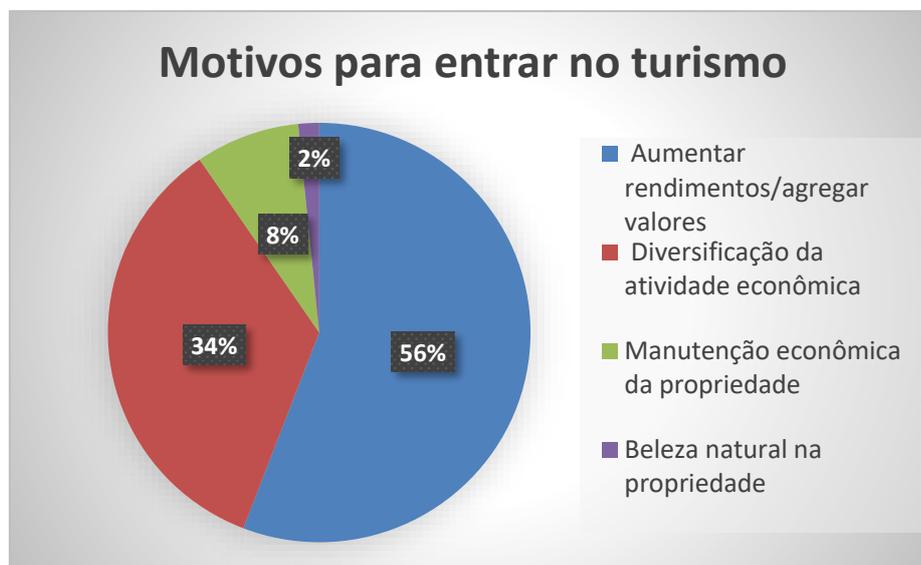
Ao realizar a entrevista com os assentados A, B e C, destacamos inicialmente duas perguntas. **Pergunta 1:** A propriedade sempre foi da sua família? Obtivemos as seguintes respostas “Assentado A”: Não. Nós morávamos na comunidade e compramos aqui. “Assentado B”: Sim. O casarão-sede do negócio ficava do outro lado da rua. Nós o compramos e o preservamos da destruição. “Assentado C”: Sempre. Desde os bisavós. **Pergunta 2:** Você consegue de alguma forma notar alterações na paisagem do roteiro? “Assentado A”: Continua a mesma, não mudou nada. “Assentado B”: No nosso caso, muito. No visual do vale, você encontra plantas invasoras, um número maior de casas e o próprio asfalto. Sim, meus pais e meu irmão trabalham com isso ainda desde a época do meu vô. Eles foram aprendendo com ele e ainda trabalham, até hoje estão trabalhando, podando os galhos, que agora é época de poda, o que os prende e forma os brotinhos e fica tudo alinhado, direito. Tudo isso mais para a venda, no caso para vinhos finos. Eles produzem uva para uma grande cooperativa de Bento Gonçalves. Conforme o pedaço de terra, eles sabem o que melhor dá. “Assentado C”: Não.

Nas entrevistas aos assentados “A, B e C”, foram instigados a responder sobre os motivos para investir no turismo, para iniciar ou ampliar as atividades turísticas na propriedade. As respostas estão apresentadas no Gráfico 1.

¹² Entrevista realizada em 16 de março de 2022.

¹³ Entrevista realizada em 16 de março de 2022.

Gráfico 1: Respostas dos assentados sobre as motivações para implementar o turismo nas propriedades rurais do assentamento Facão.



Organização: FERNANDES, Gislaine, 2022.

Percebe-se que o principal fator motivador é a questão econômica, ou a diversificação das atividades na propriedade. Os pontos históricos e a cachoeira não são foco na implementação do turismo em suas propriedades, pelo fato de estarem em áreas de livre acesso.

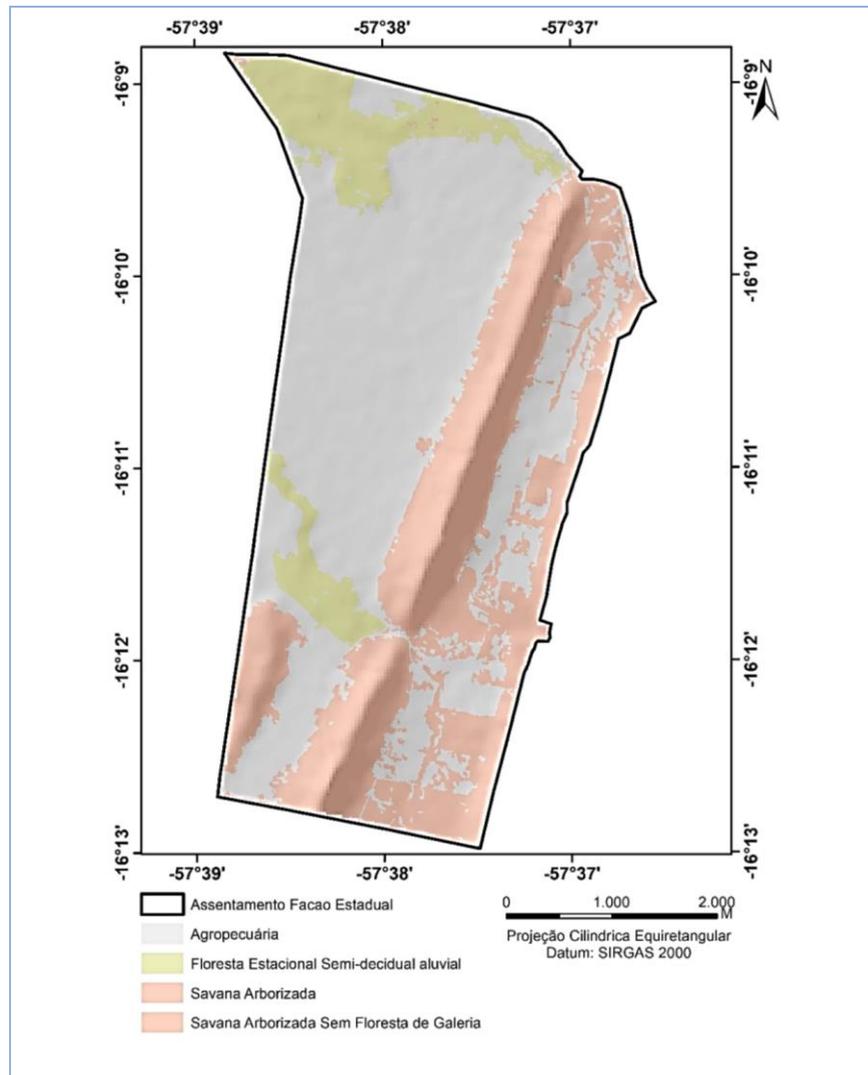
4.4 – Mapeamento de uso e cobertura do solo no Assentamento Facão

O conhecimento do uso atual e cobertura do solo é imprescindível em qualquer projeto de caracterização e monitoramento ambiental, permitindo demarcar os diferentes usos da terra e da vegetação, bem como subsidiar o planejamento e gestão ambiental.

As relações sociais se passam no espaço, por meio das transformações pelo uso das terras, como é o caso do bioma Cerrado, com as conversões de áreas naturais apropriadas para atividades antrópicas, as quais ocorreram de forma acelerada, principalmente a partir da década de 1970. A partir de incentivos do Estado, essa ocupação no Centro-Oeste refletiu em significativos movimentos migratórios e grandes empreendimentos agropecuários na região. As superfícies de Mato Grosso, ocupadas por fisionomias savânicas, cederam espaços para as atividades agropastoris.

Nesse contexto, se torna importante a existência de informações espaciais precisas que apresentem a dinâmica da cobertura e uso da terra na área do Assentamento Facão, como apresentado na Figura 13.

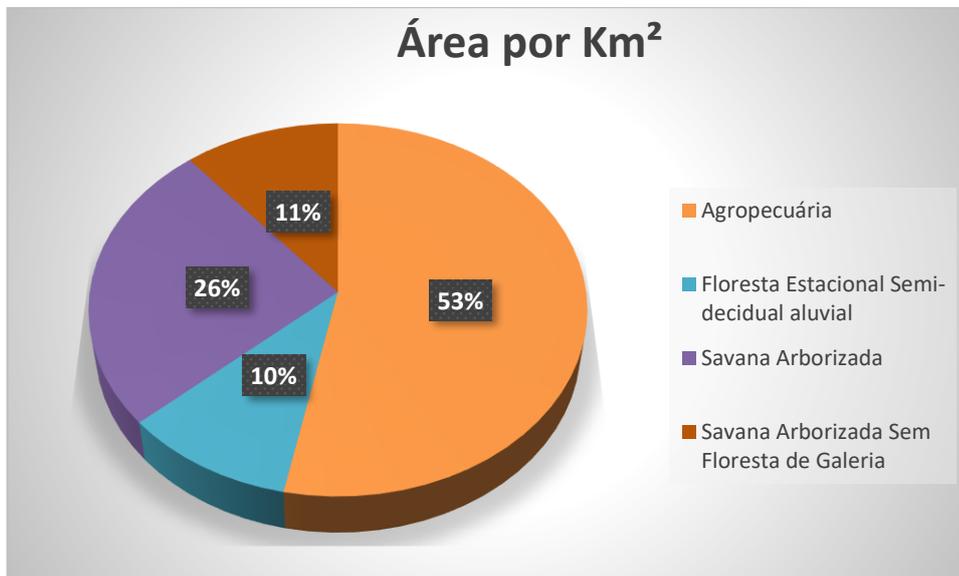
Figura 13: Mapa de uso e cobertura do assentamento Facão



Organização: FERNANDES, Gislaine, 2022.

Em dados quantitativos, por meio do sensoriamento remoto, em imagens de satélite, mesmo apresentando uma boa cobertura vegetal preservada, muito em razão da presença da Serra do Facão, o assentamento apresenta uma grande área com pastagem para pecuária e com agricultura de hortifrútis. A vegetação nativa é caracterizada como savana arborizada e floresta semidecidual aluvial, na mata ciliar do córrego Facão, que é uma vegetação característica do bioma do Cerrado, como pode ser notado no Gráfico 2.

Gráfico 2: Quantificação do uso e cobertura do solo no Assentamento Facão



Organização: FERNANDES, Gislaine, 2022.

Os maiores percentuais de uso de cobertura do Assentamento Facão apontam a maior utilização da área para agropecuária, utilizada para produção rural propriamente dita. Em sequência, a savana arborizada, que ocupa a superfície da Serra do Facão, indicando porque se encontra preservada; posterior, aparece a savana arborizada sem floresta de galeria, também chamada de reserva ambiental, e floresta estacional semidecidual aluvial, que margeia o córrego Facão e outro córrego não nomeado na área do assentamento.

Não foi identificado, nas falas dos assentados, um plano de ação para o uso da terra visando o equilíbrio ambiental. Anteriormente, eram assistidos pela EMPAER, porém, com o tempo, as visitas técnicas deixaram de se realizar. Informou o assentado “A”: “quando recebemos a propriedade tínhamos o apoio da EMPAER e INCRA, mas já tem tempo que não aparece mais, aí cada uma faz o que bem entende”.

O Assentamento Facão apresenta baixa fragilidade ambiental, pois apresenta boa preservação e mata ciliar, poucos resíduos sólidos e uma fauna e flora bem preservadas. Existem potencialidades para o turismo no espaço rural no Assentamento Facão, podendo ser utilizadas pelos assentados como estratégia de permanência no campo. Entretanto, necessita-se de um plano de ação para o uso da terra de forma equilibrada nas questões ambientais, apoio de instituições governamentais, como a EMPAER e de gestores políticos, como a Secretaria de

Agricultura e/ou a CONTUR, do município de Cáceres, essenciais para melhorar as atividades econômicas agrícolas e não agrícolas na área de estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou um aprofundamento teórico referente às questões que envolvem o turismo no espaço rural, permitindo um esclarecimento sobre as principais políticas públicas existentes em nível federal, estadual e municipal, revelando certa fragilidade ou, de certa forma, pouca atenção devida.

A apresentação de imagens e pontos potenciais para o turismo, bem como o mapeamento de uso de cobertura do solo, tornam-se elementos para apresentar a potencialidade de geração de rendas adicionais para as comunidades locais, destacando o turismo no espaço rural no Assentamento Facão. Essa atividade pode contribuir para a revitalização econômica e social das regiões, a valorização dos patrimônios e produtos locais, a conservação do meio ambiente, a atração de investimentos públicos e privados em infraestrutura para os locais onde se desenvolve.

O objetivo deste trabalho foi investigar as potencialidades e limites para as práticas de turismo e lazer no Assentamento Facão em Cáceres-MT, apontando as atividades agrícolas e não agrícolas no contexto da agricultura familiar/camponesa, como estratégia de permanência no campo.

Entendemos ter sido atingido o objetivo proposto, haja vista que a pesquisa demonstrou que existem atividades agrícolas, mas também não agrícolas e algumas potencialidades para o turismo, na área de estudo. No entanto, não há políticas públicas específicas para o turismo no espaço rural, que atualmente é um dos gargalos do setor e que a pesquisa buscou analisar ao longo deste estudo.

A pesquisa bibliográfica possibilitou identificar que o turismo no espaço rural iniciou na Europa, a partir da década de 1950, entretanto, no Brasil ainda é muito recente, revelando ainda pouco interesse do poder público, diante das potencialidades do nosso país.

Mato Grosso é altamente privilegiado em seus aspectos naturais, com três biomas (Cerrado, Amazônia e Pantanal), três grandes bacias hidrográficas (Amazônica, Araguaia e Platina/Paraguai), uma geomorfologia riquíssima com planalto, planície e inúmeros morros e serras, formando uma beleza cênica impressionante, sendo um local reconhecido no mundo todo com grande potencial turístico e com muitas áreas que ainda podem ser exploradas para o turismo, tomando os devidos cuidados, como é o caso do turismo no espaço rural.

No município de Cáceres, muitos pontos podem ser organizados seguindo um planejamento estratégico com estudo de impacto ambiental e social, podendo se fortalecer e estabelecer como uma cidade turística de fato, e não apenas em eventos como o Festival Internacional de Pesca (FIP).

O Assentamento Facão possui atrativos potenciais, naturais e socioculturais, como a culinária regional, os ritmos e danças que podem ser utilizados, considerando a legislação e as características locais, mas necessita de estrutura adequada para receber o turista, principalmente em relação às estradas de acesso e aos espaços particulares que necessitam de adequação para receber os turistas com hospedagem, alimentação e atendimento de qualidade.

Ressaltamos que na área estudada, mesmo sendo uma área rural onde a lógica sugere a atividade econômica voltada para a agricultura, outras facetas e possibilidades de atividades existem para esse viés econômico, permitindo outra diversidade de dimensões, e o turismo é um deles, inclusive sendo responsável pela manutenção de muitas comunidades tradicionais.

O turismo se apresenta como uma saída, não apenas para o Facão, não só para assentamento, considerando as belezas cênicas sem aproveitamento, assim como relações socioculturais com multidimensionalidade existentes e que não recebem atenção necessária, dificultando o desenvolvimento de atividades não agrícolas.

As políticas públicas no campo podem ser convergentes, estabelecendo normativas em todas as esferas nacional, estadual e local, de modo a criar mecanismos que desencadeiem ações que promovam as potencialidades de cada segmento, dentre eles o turismo no espaço rural. Entendemos que as políticas para o turismo não devem ser pensadas para eventos de grandes proporções e/ou para estrangeiros, pois esses eventos são pontuais e geralmente ocorrem em datas pré-estabelecidas. Tais eventos não geram rendimentos financeiros no decorrer dos meses, fazendo com que os moradores do local tenham que buscar outras alternativas com vistas à rentabilidade. Uma opção que se aponta como válida seria investir mais em turismo de base local, exaltando as potencialidades de cada município que, por vezes, estão adormecidos, como é o caso de Cáceres/MT.

Percebe-se que há barreiras a serem superadas pelo turismo no espaço rural, tendo em vista que as cidades estão repletas de problemas, como, por exemplo, saúde, segurança, economia e infraestrutura urbana ineficiente ao apoio às atividades

turísticas. Tudo isso devido à ausência de uma política específica e de ordenamento territorial, a falta de planejamento em diversos segmentos, os problemas de qualificação profissional e outros serviços voltados a essa atividade. Por isso a necessidade de lideranças locais do campo serem mais participativas, engajadas e envolvidas com as questões políticas, para lutar por políticas específicas e eficazes para o turismo no espaço rural, além de parcerias de empresários e interessados no segmento.

Destacamos que, na atualidade, existe nova relação campo-cidade, onde as atividades e o contato entre sujeitos do campo e da cidade estabelecem ligações para além das atividades agrícolas, tendo por exemplo os recursos tecnológicos como internet, *marketing* e estrutura física dos estabelecimentos rurais. É possível a existência de um campesinato moderno, que mantém as tradições aliada a novas formas de ocupar e usar o espaço rural, atraindo pessoas e fomentando à economia local.

Constatou-se que a área investigada apresenta pouco investimento de políticas públicas por parte dos gestores municipais. É necessário pensar no desenvolvimento do turismo respeitando as características físicas e ambientais, para utilizá-lo de forma equilibrada, ou seja, com menor impacto possível ao meio ambiente.

Salientamos a necessidade de realizar outros estudos mais aprofundados na região para que incrementar as potencialidades e a viabilidade do turismo rural camponês, de modo a consolidar uma utilização do território por meio de um empoderamento dos sujeitos do lugar, utilizando de forma equilibrada as potencialidades físicas e socioespaciais para o turismo no espaço rural.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. E. **Caracterização da paisagem a partir da fragilidade ambiental da Bacia Hidrográfica do Ribeirão da Picada, Jataí-GO**. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás -Regional Jataí, Jataí-GO, 2012.
- ANDRADE, J. V. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 8. Ed. São Paulo: Editora Ática, 2001. 216 p.
- ANJOS, F. S. dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.
- ARNOLD, G. **Empreendedorismo Rural: um estudo sobre a inserção do Técnico em Agropecuária, Egresso do IFRS- Campus Sertão**. 2011. **Dissertação** de Mestrado, 2011, 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. UNB, 2011.
- BACELAR, Tânia. O Contexto Mundial e as diversas visões de territórios e de desenvolvimento regional sustentável. In: MIRANDA, Carlos et al. **Articulação de políticas públicas e atores sociais**. Brasília: IICA, 2008, p. 15-28.
- BADARÓ, Rui A. **Direito do Turismo: História e legislação no Brasil e no Exterior**. São Paulo: SENAC, 2003.
- BARBOSA, Ycarim Melgaço. **História das viagens e do turismo**. São Paulo: Aeph, 2002. (Coleção ABC do Turismo).
- BARROS, P. das M; PÁDUA, L. As noções acerca da paisagem para a geografia: o percurso para o fundamento fenomenológico. **Anais [...]** Colóquio Ibero-Americano, paisagem cultural, patrimônio e projeto - desafios e perspectivas. Belo Horizonte, 2014.
- BAUERMEISTER, L. C. **Turismo e Desenvolvimento Local: possibilidades e limitações para o Distrito de Bom Jardim em Nobres/MT**. 2010. 124 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.
- BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 5. Ed. São Paulo: editora SENAC São Paulo, 1998. p. 516.
- BENI, M. C. Como certificar o turismo sustentável? **Revista Turismo em Análise**. Vol. 14, 2ª ed. p. 05-16, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63641> acesso em 10 de junho de 2022.
- BENI, Mario Carlos. **Política e Planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC, 2007.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **RA'E GA**, n. 8, p. 141-152, 2004. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/328067418.pdf> acesso em: 10 de junho de 2022.

BERTALANFFY, L. V. **General Theory Sistem**. New York, 1969.

BESSE, J-M. **Ver a Terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BOLÓS, Maria de (Org.). **Manual de Ciência del Paisage**: Teoría, métodos y aplicaciones Barcelona: Masson, S. A., 1992, 273p.

BRASIL, IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: www.ibge.org.br. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo – EMBRATUR. Estudo sobre o turismo praticado em ambientes naturais conservados. **Relatório Final**, FIPE/EMBRATUR/Ministério do Turismo. São Paulo, s/ed., dezembro, 2012

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Secretaria-Geral. **Projeto RADAMBRASIL**. Folha SD. 21 Cuiabá; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1982.

BRASIL. MTur. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/diretrizes-para-o-desenvolvimento-do-turismo-rural.pdf>. Acesso em: 20 de nov. de 2021.

BRASIL. MTur. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Caminhos do Brasil Rural: agricultura familiar, turismo e produtos associados**. Brasília: Ministério do Turismo, junho de 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (P/TRAF)**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, (CD-ROM), 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo rural**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2ª. ed

– Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-rural-orientacoes-basicas.pdf>. Acesso em: 10 de jan. de 2022.

BRICALLI, Luiz Carlos Leonardi. **Estudo das tipologias do turismo rural**: Alfredo Chaves (ES). Santa Maria: FACOS-UFSM, 2005.

CÁCERES, **lei complementar nº 147**, "Institui o Plano de Mobilidade Urbana do Município de Cáceres/MT e dá outras providências." de 19 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mt/c/caceres/lei-complementar/2019/15/147/lei-complementar-n-147-2019-institui-o-plano-de-mobilidade-urbana-do-municipio-de-caceres-mt-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CÁCERES, **Decreto nº. 345**. Altera a nomenclatura da Coordenadoria de Turismo e Cultura e dá outras providências. De 23 de junho de 2020. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mt/c/caceres/decreto/2020/35/345/decreto-n-345-2020-altera-a-nomenclatura-da-coordenadoria-de-turismo-e-cultura-e-da-outras-providencias?r=p>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CÁCERES. Secretaria Municipal de Turismo – SEMATUR. 2022, Disponível em: <https://www.caceres.mt.gov.br/Secretarias/Turismo-e-cultura/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

CÁCERES. **Plano Municipal de Turismo**. 2022. (Não publicado)

CAIRD, S. **General measure of Enterprising Tendency test**. The Open University's repositior, 2013. Disponível em: www.get2test.net. Acesso em: 20 jan. 2022.

CÂMARA, G.; CASANOVA, M.; HEMERLY, A.; MEDEIROS, C. B.; MAGALHÃES, G. **Anatomia de sistemas de informação geográfica**. Campinas: UNICAMP - Instituto de Computação, 1996. 193p.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Revista. Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.17, n.1, p.11-40, jan./abr. 2000. Disponível em: https://www.cidades.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/12/2013/01/desenvolvimento_local_rural_urbano.pdf. Acesso em: 18 fev. 2022.

CANDIOTTO, L. Z. P. Elementos para o debate acerca do conceito de turismo rural. **Revista Turismo Em Análise**, 21(1), 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v21i1p3-24>. Acesso em: 10 dez. 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-Tempo na MetrÓpole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CARNEIRO M. J., TEIXEIRA, V. L. Pluriatividade, novas ruralidades e identidades sociais. In: CAMPANHOLA, Clayton; DA SILVA, Graziano. **O Novo Rural Brasileiro**. Novas Ruralidades e Urbanização. Volume 7. 218p. Brasília: Livraria Embrapa, 2004.

CASTRO, N. A. R. **O Lugar do Turismo na Ciência Geográfica**: contribuições teórico-metodológicas à ação educativa. 2006, 311 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia Física Universidade de São Paulo, 2006.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CORIOLOANO, Luzia Neide. **Turismo de inclusão e desenvolvimento local** (Fortaleza: FUNECE), 2003,

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; SILVA, Sylvio, C. Bandeira de Mello e. **Turismo e Geografia**: abordagens críticas. Fortaleza, EDUECE, 2005.

CORIOLOANO, Luzia Neide. **Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios**. Em publicação: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira, et. al. **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário**: atores e cenários em mudança. Fortaleza: EdUECE, 2009.

CORSINO, M. O. E. S.; MARIANI, M. A. P. Empreendedores de turismo no espaço rural (Empreter): instrumento de autoanálise de perfil empreendedor para gestores de empreendimentos de turismo no espaço rural brasileiro. **Revista Turismo em Análise**. RTA | ECA-USP | v. 32, n. 2, p. 227-248, maio/ago., 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/181549/178742>. Acesso em: 15 jan. 2022.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

DEMMER, B. C; PEREIRA, C. C. Educação ambiental e estudo da paisagem: a percepção para a responsabilidade socioambiental. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, 14. 2011. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>. Acesso em: 20 abril. 2022.

DIEGUES, Antônio Carlos. Saberes Tradicionais e Etnoconservação. In: DIEGUES, Antônio Carlos; VIANA, Virgílio M. (orgs). **Comunidades tradicionais e manejo da Mata Atlântica**. 2ª edição. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC, 2004. p. 09 – 20.

DOLLFUS, O. **O espaço geográfico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

ELESBÃO, Ivo. **Turismo rural em São Martinho (SC)**: uma abordagem do desenvolvimento em nível municipal. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2005.

EGLER, C. A. G. Questão Regional e Gestão do Território no Brasil. In: Iná E. de Castro; Paulo Cesar G. da Costa; Roberto Lobato Corrêa. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 207-238.

FERRAZ, M. K. **Origem e utilizações do conceito de paisagem na geografia e nas artes**. Instituto de Geociências da Universidade de Campinas (IG-UNICAMP), 2013. Disponível em: http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Maira-Kahl.pdf. Acesso em: 4 mai. 2021.

FOSS, K., FOSS, N. J., e KLEIN, P. G. (2007). **Original and derived judgment: an entrepreneurial theory of economic organization**. *Organization Studies*, 28(12), 1893-1912, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 23ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007

FUSALBA, J. P. El concepto del paisaje y su aplicación em el planeamento territorial y ambiental. In: LEMOS, A. I. G; GALVANI, E. **Geografia, Tradições e Perspectivas: Interdisciplinaridade, Meio Ambiente e Representação**. São Paulo: Popular, 2009.

FROELICH, J. M. Turismo Rural e Agricultura Familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o desenvolvimento local. In: ALMEIDA, A. RIEDL, M. (Orgs.). **Ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.

GAFFURI, J.; TEODORO, P. A. V. B.; MIYAZAKI, J.; SCHMIDT, R. M.; NAZZARI, R. K.; BERTOLINI, G. R. F. Empreendedores rurais como gestores de negócio para o provimento do desenvolvimento agrícola. **Anais [...] SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL**, 2005, Toledo: Unioeste, 2005. p. 1-12. Disponível em: <http://bit.ly/2umSzaC>. Acesso em: 10 dez. 2021.

GIL. A. C. **Como Elaborar projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.14, ano 5, out. p. 59-67. 1990. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/14/rbcs14_05.pdf acesso em 15 de setembro de 2022.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2021.

GRAÇA, J. Turismo e mundo rural: que sustentabilidade? In: RODRIGUES, Adyr - Balastrieri (Org.) **Turismo Rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001.

GRAZIANO DA SILVA. **O novo Rural Brasileiro**. 2. ed. Revisada. 1ª reimpressão. Campinas: Unicamp, 2002. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/pesquisa/O-novo-rural-Brasileiro.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

GRAZIANO DA SILVA; J. VILARINHO, Carlyle; DALE, Paul J. Turismo em áreas rurais: possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A.; FROELICH, José M. **Turismo e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria: Centro Gráfico, 1998.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e Natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec / Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. Dinâmicas Socioeconômicas e possibilidades de implantação do turismo rural em assentamentos nos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio-SP. **Anais** [...] VII Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Presidente Prudente, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326679434_TURISMO_NO_ESPACO_RURAL_VIABILIDADE_PARA_OS_PRODUTORES_CONVENCIONAIS_E_ASSENTADOS. Acesso em: 12 jan. 2022.

IGNARRA, L.R. Fundamentos do Turismo. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Normas e Legislação**, 2004. Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/pt/legislacao.html>. Acesso em: 2 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2000 Características da população e dos domicílios CD 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/85/cd_2000_caracteristicas_populacao_domicilios_universo.pdf. Acesso em: 21 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Notas Técnicas. **Censo Agropecuário 2017** (Resultados Preliminares). Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 12 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017/IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - **PNAD Contínua** (1º Trimestre 2020). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4095#resultado>. Acesso em: 12 jul. 2020.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL – IDESTUR. **Panorama Empresarial do Turismo Rural 2011**. IDESTUR: São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.institutobrasilrural.org.br/download/20120219112607.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022.

Instituto de Terras de Mato Grosso – INTERMAT. **Governo de Mato Grosso entrega títulos definitivos para famílias de assentamento rural em Cáceres**. 2021. Disponível

em: <http://www.intermat.mt.gov.br/-/17332721-governo-de-mato-grosso-entrega-titulos-definitivos-para-familias-de-assentamento-rural-em-caceres>. Acesso em: 15 abr. 2022.

JOAQUIM, G. Turismo e Mundo Rural: Que sustentabilidade? In: Cavaco, C. (Org.). **Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia**. Lisboa. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1999.

JORNAL OESTE. **Mulheres produtoras da cerveja Cabloca Serrana estão em campanha para angariar garrafas**. 13/11/2019. Disponível em: http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=50330¬icia=mulheres_produtoras_da_cerveja_cabloca_serrana_estao_em_campanha_para_angariar_garrafas. Acesso em 30 jan. 2022.

KNIGHT, F. H. Risk, **Uncertainty and Profit**. New York: August M. Kelley, 1921.

KIRZNER, I. M. **Perception, opportunity, and profit: studies in the theory of entrepreneurship**. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

LANE, B. **Turismo rural de segunda geração: prioridades e questões de pesquisa**. In: CRISTÓVÃO, A et al. (Orgs.). **Turismo Rural em tempos de novas ruralidades**, Porto Alegre: UFRGS Editora, 2014. pp. 15-47.

LOTTICI KRAHL, Mara Flora. **Turismo Rural: conceituação e características básicas**. 2003. 98 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). - Universidade de Brasília, Brasília: GEA/IH/UnB, 2003.

MCCLELLAND, D. C. **The achieving society**. Princeton, N. J.: Van Nostrand, 1961.

MCCLELLAND, D. C. **A sociedade competitiva: realização e progresso social**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

MCCLELLAND, D. C. Characteristics of Successful Entrepreneurs. **The Journal of Creative Behavior**, v. 21, n. 3. p. 219-233, 1987. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ366180> . Acesso em: 12 de agosto de 2022.

MACHADO, L. M. C. P. **A Serra do Mar Paulista: um estudo de paisagem valorizada**. 1988, 364 f. Tese (Doutorado em Geografia). UNESP: Rio Claro, 1988.

MACIEL, A. B. C. **Praia de Ponta Negra: uma abordagem da paisagem costeira de 1970 a 2010**. 2011. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN: Natal/RN, 2011.

MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Ângelo. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Revista Rio de Janeiro**, n. 18-19, jan-dez., 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11776>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MATHIESON, A., WALL, G. (1982), **Tourism**: Economic, Physical and Social Impacts. Harlow, Longman, 1982.

MATO GROSSO. **Diretrizes de incentivos para políticas públicas em Turismo Sustentável no Estado de Mato Grosso**: Concepção e estrutura. Governo do Estado de Mato Grosso, PAGE, PNUMA e SEBRAE/MT, 2019.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso – SEDEC. **Estruturação do Turismo**. 2020. Disponível em: <https://shre.ink/mOEJ>. Acesso em: 05 fev. 2022.

MARQUES, L. M.; SANTOS, R. J. O turismo como alternativa de desenvolvimento sócio-econômico em áreas de assentamentos de reforma agrária: um estudo do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia-MG. **Caderno Virtual de Turismo** (UFRJ), v. 09, p. 148-166, 2009. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/335/215> acesso em 12 de agosto de 2022.

MAX-NEEF, Manfred A. **Desenvolvimento à escala humana**. Tradução Rede Viva – Associação para Estudo e Prática do Desenvolvimento Humano. Blumenau: Edifurb, 2012.

MAZUEL, L. Patrimônio cultural e turismo rural: o exemplo francês. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru :EDUSC, 2000.

MENDES, Marcílio Ferreira. **Diagnóstico socioambiental dos assentamentos Facão Estadual e Facão/Bom Jardim em Cáceres/MT**. 2017. 131 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. **Turismo rural**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002. Disponível em: https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/2/Artigo_23.pdf. Acesso em 20 jan. 2022.

MOTA, Keila Cristina N. **Marketing Turístico**: promovendo uma atividade sazonal. São Paulo: Atlas, 2001.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Annablume, 2005.

NARDES, A. M. M. Proposta de Zoneamento ambiental para uma unidade de conservação: parque ecológico João Basso. In: SANTOS, J.W. M. C. **Produção do Espaço e transformações das paisagens do Mato Grosso**. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2010. Cap, 2. p. 37-51.

NEVES, S. M. A. S. **Modelagem de um banco de dados geográficos do Pantanal de Cáceres/MT**: estudo aplicado ao turismo. 2006, 284 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

NEVES, S. M. A. S.; NUNES, M. C. M.; NEVES, R. J. Caracterização das condições climáticas de Cáceres/MT Brasil, no período de 1971 a 2009: subsídio às atividades agropecuárias e turísticas municipais. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia-GO, v. 31, n. 2. p. 55-68, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/16845>. Acesso em: 20 nov. 2021.

NODARI, D. E.; MUÑOZ, E. F. P.; RIBAS, C. C; GUIMARÃES, V. N.; ZANELLA, L. C. H. Turismo no espaço rural brasileiro: novas alternativas para os assentamentos da reforma agrária. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, UFSC, n. 3. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/download/5510/4969/17372>. Acesso em: 18 fev. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. **El Turismo Rural en las Américas y su contribución a la creación de empleo y a la conservación del patrimonio**. Assunção, 2003. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/521326>. Acesso em: 17 fev. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001. Disponível em: <https://www.estantevirtual.com.br/livros/organizacao-mundial-do-turismo/introducao-aoturismo/1078541508>. Acesso em: 12 fev. 2022.

OLIVEIRA, Carlos Roberto. “Introduzindo o espaço do ócio”. In: Damiani, Amélia Luisa et al. (Orgs.). **O espaço no fim do século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

OXINALDE, M. R. **Ecoturismo**. Novas formas de turismo no espaço rural. Barcelona. Editora Bosch, 1994.

PAIVA, R. M.; SCHATAN, S.; FREITAS, C. F. T. de. **Setor agrícola do Brasil**: comportamento econômico, problemas e possibilidade. Forense: USP, 1976. 442 p.

PELLEGRINI FILHO, A. **Dicionário enciclopédico de ecologia e turismo**. São Paulo: Manole, 2000, p.129.

PIRES, M. E. R. **Caracterização e dinâmica socioambiental dos geossistemas no assentamento fazenda esperança, em Rondonópolis, Mato Grosso**. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Rondonópolis, 2016.

PIRES, Paulo dos Santos. Procedimentos para análise da paisagem na avaliação de impactos ambientais. In: **Manual de Avaliação de Impactos Ambientais – MAIA**. 2ª Ed. Curitiba: PIAB, 1993. Disponível em: https://www.uces.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/03/Avaliacao%20da%20Qualidade%20Visual%20da%20Paisagem%20no%20Parque%20Estadual%20da%20Serra%20do.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES. **Plano Diretor de Desenvolvimento de Cáceres - PDD, 2010**. Disponível em: <http://projetos.unemat.br/planodiretorcac/>. Acesso em: 11 nov. 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMOS, Dina Maria; COSTA, Carlos Manuel. Turismo: tendências de evolução. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 10, n. 1, p. 21-33, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/2843/dinav10n1>. Acesso em: 15 jan. 2022.

RODRIGUES, Adyr Aparecida Balastrieri. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. p. 51-69.

ROQUE, A. M.; VIVAN, A. M. O turismo no espaço rural: uma estratégia para a nova gestão rural brasileira. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 1, n. 1, jan./jun. 1999. Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/296>. Acesso em: 15 jan. 2022.

ROSS, J. L. S. **Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental**. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

SANDEVILLE JÚNIOR., E. A paisagem natural tropical e sua apropriação para o turismo. In: YÁZIGI, E. (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/27711040/A_PAISAGEM_NATURAL_TROPICAL_E_SUA_APROPRIA%C3%87%C3%83O_PARA_O_TURISMO acesso em 12 de agosto de 2022.

SANTOS, Milton. **A guerra dos lugares**. Folha de São Paulo: Caderno Mais 08/08, 1999.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, 174 p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. Hucitec. São Paulo 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. Hucitec: São Paulo, 1997.

SANTOS, Milton. Da Sociedade à Paisagem: O Significado do Espaço do Homem. In: **Pensando o Espaço do Homem**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2009. p. 53-63.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, J.E., CAVALHEIRO, F., PIRES, J.S.R., OLIVEIRA, C.H. & PIRES, A.M.Z.C.R. **Faces da polissemia da paisagem**. RiMa, São Carlos, 2004.

SANTOS, A. S. dos. **O Turismo Rural sob a perspectiva do novo rural**: uma análise das políticas públicas para o setor nos estados brasileiros. 2008. 137f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria. Universidade do Vale do Itajaí. 132 p. Balneário Camboriú: UNIVALI, 2008.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ** - Ano 10, v.2, n.18, p. 24-42. 2º semestre de 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1389/1179>. Acesso em: 2 fev. 2022.

SAQUET, Marcos A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Revista eletrônica. Estudos Sociedade e Agricultura**, 16, abril 2001: 164-184. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/191>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas. **Retrato do turismo rural no Brasil com foco nos Pequenos Negócios 2013**. Disponível em: <https://www.institutobrasilrural.org.br/download/20200418193718.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ronaldo dos Santos. **Proletário ou camponês? Uma discussão da natureza social do pequeno produtor agrícola inserido no agronegócio brasileiro.**

Disponível em:

<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewFile/56/52>. Acessado em 20 set. 2020.

SILVA, N. P.; FRANCISCO, A. C.; THOMAS, M. S. Turismo rural como fonte de renda das propriedades rurais: um estudo de caso numa pousada rural na região dos Campos Gerais no estado do Paraná. Revista: **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 10. Nº 02. Instituto Virtual de turismo, 2010. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/407>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SILVA, N. M. da; MENDES, J. D. Conservação de remanescentes de cerrado, a partir da avaliação de pressões antrópicas e da estrutura das unidades de paisagem no parque nacional da Chapada dos Guimarães, Mato Grosso. In: SANTOS, J. W. M. C. **Produção do Espaço e transformações das paisagens do Mato Grosso**. Cuiabá – MT: EdUFMT, 2012. Cap. 1. p. 13-18.

SOARES, M. D. O. **As contradições do turismo no espaço rural**: vida, trabalho, renda e exclusão. 2007. 239 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP: Campinas, 2007.

SOLHA, K. T. O universo rural e a oferta da experiência de turismo rural no Brasil. **Rosa dos Ventos: Turismo e Hospitalidade**, 11(3), p. 615- 633, jul-set. 2019. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/6205>. Acesso em: 10 out. 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I.; Gomes, P.C.; Correa, R.L. (Org.). **Geografia: Conceitos e temas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 140-164.

SOUZA, A. M. de. **Turismo rural**: uma viagem de inclusão produtiva. 2013. 220 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2013.

SOUZA, J. C. O. **Identificação de geossistemas e sua aplicação no estudo ambiental da bacia hidrográfica do rio São Miguel – Alagoas**. 2013. 213 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2013.

SOUZA, Edevaldo Aparecido. **O território e as estratégias de permanência camponesa da comunidade Pedra Lisa no processo de expansão das lavouras de cana-de-açúcar em Quirinópolis/GO**. 2013, 351 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013.

SPÖRL, C. **Metodologia para elaboração de modelos de fragilidade ambiental utilizando redes**. 2007. 185 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 2007.

STURZA, J. A. I. **Lugar e não-lugar em Rondonópolis-MT: um estudo de cognição ambiental**. 2005. 173 f. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP Rio Claro, 2005.

STURZA, J. A. I. **Paisagem e Organização Espacial na Bacia do Ribeirão Ponte de Pedra (MT)**. 1999. 104f. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1999.

STURZA, J. A. I. **Parceria de Fibra: ações para inclusão social, geração de renda e implantação de sistema de produção da bananicultura com práticas agroecológicas no Assentamento Fazenda Esperança, Município de Rondonópolis – Mato Grosso**. Relatório técnico final de projeto CNPQ, 2012.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável: conceito e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph, 2000.

TEIXEIRA, J. C. O turismo e a revalorização das ruralidades. **Revista Percurso - NEMO** Maringá, v. 8, n. 1, p. 59- 83, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/49668/751375140661> acesso em 20 de outubro de 2022.

TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

TULIK, O. Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri, SP: Manole. 2010.

TULIK, O. **Turismo Rural**. 1. Ed. Viçosa, MG: Aleph, 2003.

TROLL, Carl, **A paisagem geográfica e sua investigação**. 1950. Publicado originalmente em TROLL C. Die geographische landschaft und ihre erforschung. Studium generale III, p. 163-181, 1950. Traduzido por Gabrielle Corrêa, bolsista CNPq/UERJ. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6770/4823>. Acesso 15 jun. 2022.

VENDRAMINI, William James. **Mapeamento do risco de inundação na cidade de Cáceres Vendramini. Cáceres/MT**. 2017, 104 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa Graduação em Geografia, 2017.

VERDUM, R. Perceber e conceber a paisagem. In: VERDUM, R. VIEIRA, L. de F. dos S; PINTO, B. F; SILVA, L. A. P. da (Org.). **Paisagem: Leituras, significados e transformações**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. Cap. 1. p. 15-22.

VERGARA, S. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

WANDERLEY, M. de N. B. **O camponês**: um trabalhador para o capital. Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília: Embrapa, v.2, n.1. p.13-78, jan./abr.1995.

ZIMMERMANN, A. Planejamento e Organização do Turismo Rural no Brasil. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, M.; RIEDL, M. (Orgs.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. 2. Ed. Campinas/SP: Papirus, 2000.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico**. 87. Editora Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1990.

Anexo I



Universidade do Estado de Mato Grosso
Campus Universitário de Cáceres – MT
Programa Pós-Graduação em Geografia



ROTEIRO DE ENTREVISTAS

**POTENCIALIDADES PARA O TURISMO NO ESPAÇO RURAL NO
ASSENTAMENTO FACÃO EM CÁCERES–MT COMO ESTRATÉGIA DE
PERMANÊNCIA NO CAMPO**

1. Nome do entrevistado: Claudionor Duarte Correa
2. Profissão Guia de Turismo Regional – Mtur N 13.002935.96-9
3. Nome da Entidade ASPATUR-COMTUR – Presidente do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)

4. Existe algum tipo de planejamento voltado ao turismo no espaço rural no Assentamento Facão em Cáceres-MT. *No momento desconheço. Porém, com a elaboração do Plano Municipal de Turismo que será constituído na forma de Lei e deverá fazer parte do Plano Diretor do Município. Com isso, a possibilidade de criar um Projeto de Mapeamento dos Atrativos Turísticos existente na Área do Facão com certeza será viável, desde que futuramente possam oferecer acessibilidade junto à comunidade residente, um ambiente propício para a realização de debates sobre a “vontade de querer trabalhar com turismo em suas propriedades”.*

5. Quais são os potenciais turísticos existentes no Assentamento Facão: *Mesmo sem fazer um Mapeamento Turístico na Área do Facão, já existem algumas atividades recreativas, balneários, cachoeiras, trilhas, grutas e cavernas, tem uma comunidade rural produtiva, logística de transporte e comunicação acessível com a cidade. Existe algumas atividades turísticas que não estão ligados diretamente a comunidade do Facão e sim no seu entorno, ou seja, de outras propriedades.*

6. Quais atividades turísticas são consideradas sustentáveis da agricultura familiar: *Como restringe uma área limitada com diversas pequenas propriedades Rurais particulares, cada uma apresenta características muitos*

semelhantes em termos de produção rural, com isso, é preciso Identificar através de seus Proprietários suas potencialidades, e, ao mesmo tempo, se “querem” ou aceitam desenvolver alguma atividade turística na inserção de sua propriedade que possa gerar renda extra para sua melhoria de vida com a exploração de alguma atividade ligada ao turismo rural.

7. A Comunidade do Assentamento Facão em Cáceres recebe incentivo do poder público para agricultura familiar: *Particularmente não tenho dados concretos, e sim, informações da existência de movimentos da Agricultura Familiar ligados a Secretaria de Agricultura do Município, EMPAER e Cooperativas.*

8. Como o turismo rural pode ajudar no desenvolvimento do espaço rural: *Desde que sejam identificadas as potencialidades turísticas existentes nas propriedades rurais e que possam se transformar em um produto turístico diferenciado, onde toda a comunidade se beneficia, cada uma com sua particularidade produtiva, formando uma espécie de parcerias. Com isso as possibilidades são infinitas na exploração turística sustentável. Essas parcerias no turismo rural pressupõem uma organização, ou seja, criar uma associação onde as lideranças já identificaram suas potencialidades para criar um projeto turístico que seja comum a todos.*

9. Quais os fatores que levam a pensar na implementação do turismo rural no Assentamento Facão, em Cáceres: *Considerando um dos principais fatores e o próprio legado histórico e cultural como patrimônio histórico, com seus diferentes aspectos naturais, que, por si só, refletem alguns segmentos turísticos que possam tornar-se atrativos para visitaçã futuras, por turistas ávidos por experiências que tenham conexão com a natureza, sua cultura, gastronomia e seus aspectos de sustentabilidade, com isso fortalecendo a economia e mantendo a permanência do homem no campo. Portanto, uma vez definido o desenvolvimento do turismo como uma das prioridades locais, o planejamento deve concentrar seu foco nas atividades turísticas de forma sustentável, com base nas políticas elaboradas para o turismo rural. Conforme Beni (2007, p.109), “o conceito de sustentabilidade envolve o meio ambiente, a população residente e os sistemas econômicos envolvidos e atingidos pelo processo desencadeado pelo turismo”.*

10. Que benefícios o turismo rural poderá trazer para a melhoria da qualidade de vida da população do Assentamento Facão: *São vários benefícios de fixação da comunidade rural, que está intrínseco na sua própria capacidade em identificar as potencialidades e quais as atividades que possam ser exploradas com sustentabilidade, valorizando a sua cultura e minimizando os impactos sociais e melhorando a qualidade de vida. Para a Organização Mundial do Turismo (OMT, 1995), o desenvolvimento sustentável do turismo é*

aquele que “atende as necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e, ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades futuras”.

11. Quais são as dificuldades e/ou desafios para que se desenvolva o turismo no espaço rural no Assentamento Facão em Cáceres MT: O primeiro desafio está na comunidade, em organizar se coletivamente em prol de um bem comum, construir lideranças que possam dizer, queremos implantar um Programa de Turismo Rural no FACÃO. Digo isso porque no passado houve algumas tentativas nesse sentido. Porém, não adianta os organismos do setor propor, isso é algo de cima pra baixo. O desafio é a comunidade ter essa percepção de querer, esse querer possibilitar a criação de uma atmosfera de hospitalidade e parcerias, condições essenciais para a criação de uma organização coletiva. “Querer é Poder...”
